

LÚCIA MARIA DE ASSIS
JANETE SILVA DOS SANTOS
organizadoras

LIMA BARRETO NA SALA DE AULA

Questões raciais e de gênero



LIMA BARRETO NA SALA DE AULA

Conselho editorial

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

Blucher Open Access

LÚCIA MARIA DE ASSIS
JANETE SILVA DOS SANTOS
(organizadoras)

LIMA BARRETO NA SALA DE AULA
questões raciais e de gênero

2022

Lima Barreto na sala de aula: questões raciais e de gênero

© 2022 Lúcia Maria de Assis, Janete Silva dos Santos

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Aline Fernandes

Diagramação Taís do Lago

Capa Laércio Flenic

Revisão Samira Panini

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Assis, Lúcia Maria de
Lima Barreto na sala de aula : questões raciais e de
gênero : volume 2 / Lúcia Maria de Assis, Janete Silva
dos Santos. - São Paulo : Blucher, 2022.
192 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5550-260-2 (impresso)
ISBN 978-65-5550-261-9 (digital)

Open Access
1. Barreto, Lima, 1881-1922 - Crítica e
interpretação 2. Literatura – Estudo e ensino I. Título II.
Santos, Janete Silva dos

22-1708

CDD 808.07

Índices para catálogo sistemático:
1. Barreto, Lima, 1881-1922 - Crítica e interpretação

ORGANIZAÇÃO E AUTORES

AS ORGANIZADORAS

Lúcia Maria de Assis

Coordenadora da Coleção Lima Barreto na sala de aula e coorganizadora deste volume.

Possui doutorado em Linguística, pela USP, e mestrado em Linguística Aplicada pela UNITAU. Realizou estágio pós-doutoral no PPGL/UFT, com bolsa PNPd/CAPES, e no PIPGLA/UFRJ. Possui experiência docente em Linguística, atuando principalmente nas seguintes áreas: Linguística Textual, Oralidade e Escrita, Análise da Conversação e História das Ideias Linguísticas. Desenvolve pesquisas sobre os discursos racistas durante a ditadura civil-militar no Brasil e sobre questões raciais e de identidade na obra de Lima Barreto. Atualmente é professora associada na UFF e docente permanente no PPGLIT/UFNT.

Janete Silva dos Santos

Possui mestrado e doutorado em Linguística Aplicada pela UNICAMP. Tem experiência na área de Letras, Linguística e Linguística Aplicada, com ênfase em ensino de língua materna, atuando principalmente nos seguintes temas: gramática e contextualização, escrita, texto, ensino, estratégia de leitura em livro didático, análise do discurso, letramento, discursos de sustentabilidade. Atualmente é professora associada da UFNT, onde atua como vice-coordenadora do PPGLIT.

OS AUTORES

Alexandre Batista da Silva.

Possui mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela UFRJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e livro didático. Desenvolve pesquisa sobre a expressão da ideia de espaço em Língua Portuguesa a partir do aporte teórico da Linguística Cognitiva e é membro do grupo de pesquisa Alegria, que investiga fenômenos ligados à consciência metacognitiva na produção de texto no Ensino Médio. Atualmente é coordenador do Curso de Licenciatura em Letras do Centro Universitário Geraldo Di Biase, onde também é coordenador do curso de pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa.

Ana Gabriella Ferreira da Silva Nóbrega

Possui mestrado em Letras pela UFRN, onde cursa doutorado na mesma área.

É membro do Grupo de Pesquisa de Literaturas de Língua Portuguesa - GPORT. Atualmente realiza estudos literários no eixo luso-afro-brasileiro com ênfase nos estudos pós-coloniais e/ou decoloniais.

Davi Pereira Gomes

Possui graduação em Letras pela UFT e cursa mestrado em Letras no PPGLIT/UFNT.

Foi professor do Instituto de Ensino Superior Vanguarda, com experiência nas disciplinas de Estágio Supervisionado, Metodologia de Letramento e Alfabetização, Metodologia do Trabalho Científico, Língua Portuguesa e Literatura, Literatura infanto-juvenil, Didática Geral, Filosofia e Sociologia da Educação. Atualmente é professor da educação básica, da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do estado do Tocantins.

Denilson Botelho

Possui doutorado em História pela Unicamp. Desenvolve pesquisas sobre Lima Barreto, História e Literatura e História e Imprensa. Atualmente é professor do Departamento de História da Unifesp, onde leciona na área de História do Brasil República e atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Elisa Andrade Costa

Possui mestrado em Letras Vernáculas pela UFRJ . Atualmente é professora no Centro Universitário Geraldo de Biasi e na FAETEC/RJ.

Eliane Cristina Testa

Pós-doutorado (2019-2020). Possui doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e mestrado em Letras pela UEL. Realizou estágio pós-doutoral no PPGL/UFT. Tem experiência na área de Letras, Literatura, com ênfase em literatura e ensino, poesia e ensino, literatura e outras mídias, atuando principalmente nos seguintes temas: poesia e ensino, relação palavra e imagem, letramento literário, leitura literária. Atualmente é professora adjunta na UFNT, onde atua como docente permanente no PPGLLIT e no Programa de Mestrado Profissional em Letras.

Hilma Ribeiro

Possui mestrado e doutorado em Letras pela UERJ. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atua no Ensino Básico e na formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, coordena o Projeto de Extensão “Rodas de leitura Lélia González” e orienta o Projeto de Iniciação Científica “Intersecções teóricas e práticas de Língua, Linguística e Literatura na metodologia de ensino do português”.

Jorge Augusto

Possui doutorado em Literatura e Crítica da Cultura pela UFBA e mestrado em Estudos de Linguagem pela UNEB. Compõe a coordenação do grupo de pesquisa Rasura-UFBA. Atualmente é docente no Instituto Federal Baiano, no qual compõe a coordenação do NEABI/Itaberaba e o grupo de pesquisa Perifa.

Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça

Possui doutorado em Estudos de Literatura pela UFF; mestrado em Literatura Portuguesa pela UERJ e realiza estágio pós-doutoral em Linguística Aplicada na UFRJ. É membro da Academia Luso-Brasileira de Letras (Cadeira 03 - Patronímica Antônio Correia de Oliveira). Atualmente atua como professor da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro e na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, e como professor da Educação Superior nas Faculdades Integradas Campo-Grandenses - FEUC.

Leomar Alves de Sousa

Possui mestrado em Letras pelo PPGL/UFT e cursa doutorado também em Letras pelo PPGLLIT/UFNT. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Portuguesa, Literatura e de poesia. É professor efetivo de língua portuguesa na rede pública estadual de educação do Estado de Tocantins, onde coordena o Projeto Poetas na Escola, objeto de pesquisa de sua dissertação de mestrado.

Luciana Marino do Nascimento

Possui mestrado em Estudos Literários pela UFMG e doutorado em Teoria e História Literária pela UNICAMP. É membro associado da ABRALIC e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Atualmente é professora titular na UFAC e se encontra em exercício na UFRJ, onde atua como docente permanente do PIPGLA.

Manoel Freire

Possui mestrado em Estudos da Linguagem pela UFRN e doutorado em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Desenvolve pesquisas em Literatura Brasileira, especificamente prosa de ficção moderna e contemporânea, numa abordagem que enfatiza a relação entre forma literária e processo social. Atualmente é professor de literatura brasileira na UERN, onde também atua como docente permanente do Programa de Pós-graduação em Letras.

Márcia A. G. Molina

Possui doutorado em Linguística pela USP, mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP, onde também realizou estágio pós-doutoral. É autora de obras ligadas à Linguística, com publicação de vários artigos em âmbito nacional e internacional. Atualmente é professora adjunta na UFMA.

Ramon Silva Chaves

Possui doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP, onde também fez estágio pós-doutoral. Realiza pesquisas relacionadas a Linguística e Literatura, com base na Análise do Discurso em sua perspectiva enunciativo-discursiva. Atualmente é professor de Língua Portuguesa e Literatura.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
JANETE SANTOS	
CAPÍTULO 1 – A OPORTUNIDADE DE DISCUTIR RACISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA POR MEIO DA ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO DE LIMA BARRETO	15
RAMON SILVA CHAVES	
CAPÍTULO 2 – QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO EM CLARA DOS ANJOS: UMA PROPOSTA PARA A SALA DE AULA.....	31
ANA GABRIELLA FERREIRA DA SILVA NÓBREGA	
CAPÍTULO 3 – LIMA BARRETO: ROMPENDO BARREIRAS RELATO DE PROJETO DIDÁTICO	51
MÁRCIA A. G. MOLINA	
CAPÍTULO 4 – LIMA BARRETO: EM CONEXÕES DE ATOS DE LER E DE REEXISTIR	67
ELIANE CRISTINA TESTA	
DAVI PEREIRA GOMES	
LEOMAR ALVES DE SOUSA	
CAPÍTULO 5 – A EXCLUSÃO RACIAL E SOCIAL NO ROMANCE CLARA DOS ANJOS E EM QUATRO CRÔNICAS DE LIMA BARRETO	79
JORGE EDUARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA	
CAPÍTULO 6 – APONTAMENTOS SOBRE CRÍTICA E RAÇA NA LITERATURA BRASILEIRA: ANOTAÇÕES A PARTIR DE LIMA BARRETO	97
JORGE AUGUSTO	

CAPÍTULO 7 – O BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA “VILA QUILOMBO”: O QUE LIMA BARRETO PODE NOS ENSINAR?..... 121

DENILSON BOTELHO

CAPÍTULO 8 – A CONSCIÊNCIA DO IMPASSE: UMA LEITURA DE RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA..... 139

MANOEL FREIRE

CAPÍTULO 9 – CLARA DOS ANJOS: A CONTINUIDADE DO RACISMO NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO 161

ALEXANDRE BATISTA DA SILVA

ELISA ANDRADE COSTA

HILMA RIBEIRO

CAPÍTULO 10 – DISCUSSÕES RACIAIS EM LIMA BARRETO: O CASO DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA 179

LÚCIA MARIA DE ASSIS

LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO

APRESENTAÇÃO

Janete Santos

A presente obra, agora em seu segundo volume, organizada em dez capítulos, amplia a discussão sobre a temática barretiana e apresenta, paralelamente, um leque de abordagem da literatura nacional em sala de aula, mediante análise de crônicas, contos e romances de um autor que fez da arte literária um mecanismo de reflexão sobre o Brasil de sua época, com narrativas guiadas de modo a se tornarem referência de denúncia sobre as injustiças por que passavam os descendentes dos escravizados. Lima Barreto, escritor mulato, deixou um legado precioso a historiadores e a leitores curiosos por versões das duras realidades ficcionalizadas sobre a discriminação que cerca, ainda hoje, a vida dos negros brasileiros, lançando luz sobre vertentes que constituíram tanto a formação do pensamento (ou de parte dele), quanto das mazelas nas práticas sociais e políticas de nosso país em relação aos desafortunados, que, em geral, são negros ou mestiços, especialmente as mulheres.

No primeiro capítulo, *A oportunidade de discutir racismo e violência de gênero na aula de Língua Portuguesa por meio da Análise do Discurso literário de Lima Barreto*, Chaves, questionando a supressão da palavra “gênero”, relacionada a questões de identidade de gênero, da BNCC, problematiza o racismo e a violência

de gênero em obras de Lima Barreto, oferecendo ao professor da educação básica possibilidades pedagógicas para abordar a temática em sala de aula.

Nóbrega, no segundo capítulo, *Questões raciais e de gênero em Clara dos Anjos: uma proposta para a sala de aula*, faz uma análise das formas de representação da mulher negra na obra com o intuito de reconhecer a contribuição do sujeito étnico para a literatura e além dela. A partir do conhecimento reflexivo sobre a história das personagens femininas em *Clara dos Anjos*, elencam, ao final, *uma proposta de intervenção na sala de aula através por meio de uma oficina de leitura, baseada nos círculos de leitura literário, proposta por Rildo Cosson*.

Márcia Molina, no terceiro capítulo, *Lima Barreto: rompendo barreiras relato de projeto didático*, expõe um projeto didático interdisciplinar, considerado por ela muito bem-sucedido, realizado com o terceiro ano do Ensino Médio numa escola da rede estadual de São Paulo, trabalhando o conto *Três gênios de secretaria*, de Lima Barreto, cujo objetivo foi “mostrar aos alunos a genialidade do autor que teve, no início do século, de conviver com o preconceito e até o menosprezo da sociedade”.

Testa, Gomes e Sousa, no quarto capítulo, *Lima Barreto: em conexões de atos de ler e de reexistir*, apresentam um relato de experiência de um grupo de leitura com a obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (1881-1922), realizado numa escola da rede estadual de Araguaína/TO, com a turma de 3º ano, da Educação para Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, destacando “que por meio da mediação de leitura de professores e também de projetos de leitura, é possível construir uma educação literária que promova uma comunidade de leitores”.

No quinto capítulo, *A exclusão racial e social no romance Clara dos Anjos e em quatro crônicas de Lima Barreto*, Mendonça traça um panorama da narrativa barretiana, apontando, tanto nos romances, quanto nas crônicas, como Lima Barreto retratou de modo singular, sem subterfúgios, “a cidade em que viveu a vida inteira, com seus conceitos, preconceitos e mazelas sociais, em obras com uma linguagem jornalística, inédita em sua época, e muito criticada”.

Em *Apontamentos sobre crítica e raça na literatura brasileira: anotações a partir de Lima Barreto*, sexto capítulo, Jorge Augusto problematiza temas, em relação ao olhar do mercado sobre raça na literatura, com foco na obra de Barreto, destacando “as classificações arbitrárias, o uso controverso de ‘resistência’ como categoria de análise literária, e o biografismo como método de leitura dos textos negros”.

Em *O Brasil sob a perspectiva da “Vila Quilombo”*: o que Lima Barreto pode nos ensinar?, sétimo capítulo, Botelho analisa a crítica irônica de Lima Barreto a problemas brasileiros, também com foco na questão racial.

No oitavo capítulo, *A consciência do impasse: uma leitura de Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, Freire analisa os conflitos, a euforia, e o “fracasso” do personagem de Lima Barreto, investigando a trajetória que “marca a discriminação que pesa sobre o negro/mestiço e pobre na narrativa”, que, segundo ele, é “condição ainda muito presente na contemporaneidade, vista lá, e ainda necessária de se gritar nos dias atuais, como mais uma denúncia contra as injustiças sociais”.

Silva, Costa e Ribeiro, no nono capítulo, *Clara dos Anjos: a continuidade do racismo no Brasil pós-abolição*, discutem “a exploração sexual continuada da mulher negra no romance Clara dos Anjos de Lima Barreto depois da abolição da escravidão no Brasil”. Essa análise “objetiva explicitar a argumentação do romance que coloca a continuidade da exploração sexual da mulher negra como ponto fulcral”.

No décimo e último capítulo, *Discussões raciais em Lima Barreto: o caso do Escrivo Isaiás Caminha*, Assis e Nascimento descrevem como a cidade (Rio de Janeiro) foi pensada, representada e serviu de espaço para fomentar preconceitos. Para isso, exploram o livro *Recordações do Escrivo Isaiás Caminha*, no qual Lima Barreto denuncia o preconceito racial, revelando o que ele pode provocar na formação da identidade do indivíduo marginalizado.

Sabendo da importância das discussões que compõem este volume, acreditamos que a visita interessada aos textos aqui enumerados trará excelentes frutos aos leitores e às leitoras.

A OPORTUNIDADE DE DISCUTIR RACISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA POR MEIO DA ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO DE LIMA BARRETO

Ramon Silva Chaves¹ (PUC-SP)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação brasileira, versa a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/1996), tem entre princípios os “Art. 2º, IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância” e “XII. Consideração com a diversidade étnico-racial”. A LDB não é o único documento

¹ Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2018, e membro do Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Grupo de Estudo e Pesquisa Discurso e Ensino, da Universidade Federal de Goiás. Desde 2011, faz pesquisas sob os escopos teórico-metodológicos da Linguística e da Literatura, mormente à disciplina Análise de Discurso de tradição francesa. Concluiu mestrado e doutorado com bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Durante 2015, esteve na Universidade do Porto em razão de estágio sanduíche supervisionado, também com bolsa. Dá aulas de língua portuguesa e sua literatura na rede pública e privada desde 2008. Trabalhou com formação de professores e coordenadores, especialmente na rede privada de ensino, e executou trabalho de assessor de construção de currículo na rede privada do ensino básico. Compõe bancas de correção externa de redação, inclusive em vestibulares de Universidades reconhecidas. Atualmente, é pós-doutorando no programa de pós-graduação de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desenvolvendo trabalho sobre questões étnico-raciais na Linguística.

que aborda a necessidade de que a escola se abra às discussões sobre desigualdade racial e violências que interferem na equanimidade entre sujeitos. Esses temas também foram discutidos por outros documentos basilares da formação de educadoras e educadores brasileiros, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, de 2013. Ainda que a discussão seja ampla e garantida, não é incomum que escolas a ignorem, ou, em casos extremos, evitem-na.

Neste capítulo, indicamos um dos possíveis motivos que impedem o trabalho com temáticas dadas pelos princípios da Lei de Diretrizes e Bases na aula de Língua Portuguesa, que é a falta de correspondência imediata entre elas e o modelo conservador de oferta de conteúdos disciplinares. Ainda que consideremos a violência um edema que deve ser tratado na e pela Escola, o conturbado momento político nacional tenta controlar essa discussão de modo a minimizar seus efeitos e desconsiderar suas raízes. A palavra “gênero”, por exemplo, foi suprimida da atual Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Essa retração das discussões se deveu, porque

recentes movimentos de setores conservadores provocaram a retirada e a reinterpretação do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os termos “gênero” e “igualdade de gênero”, quando associados ao campo da educação, atendem a uma demanda prevista no campo dos Direitos Humanos e da agenda internacional 2030 para o desenvolvimento sustentável, que reafirma os princípios estabelecidos pela Convenção para Eliminar Todas as Formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW) e estabelece uma meta para o desenvolvimento dos países: “Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”. Ainda prevê, por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ações como as normas internacionais mínimas sobre o trabalho, visando diminuir a discriminação contra as mulheres (FERRAZ *et al.*, 2020, p. 412).

Mais do que discutir o diagnóstico do problema, apontamos uma forma para solucioná-lo por meio de repertório dado pela Análise do Discurso, disciplina da Linguística. Para nossa tarefa, selecionamos o discurso literário de Lima Barreto, compondo um *corpora* com os textos *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, 1909, e *Clara dos Anjos*, 1948.

Nosso *corpora* aborda duas formas de violência: o racismo e a violência de gênero. Desse modo, nossa empresa tem como enfoque entender em que medida tais elementos são linguisticamente representados. Esperamos que, com isso, educadores de Língua Portuguesa possam se instrumentalizar de modo a conseguir mitigar a distância entre o trabalho com questões étnico-raciais, tolerância e de

gênero dos conteúdos formais e, assim, sejam agentes formadores de sujeitos capazes de se impor contra a violência, quer racial, quer de gênero.

Sabemos que as discussões sobre os modelos de aula que repercutem questões contrárias ao racismo e à desigualdade de gênero já grassam de modo avançado, e isso veio com empenho de diversos setores da sociedade atual, por meio de lutas políticas e rígida argumentação. Este capítulo, de modo modesto, une-se a esse coro que almeja que a educação se preste ao abalo e problematização capazes de transformar o plano social. Para isso, a Análise do Discurso disciplina da Linguística de caráter interdisciplinar que tem sua origem na França em 1960, pode ser uma via facilitadora do trabalho docente.

É difícil dar à Análise do Discurso (doravante AD) uma paternidade como acontece com a Linguística, quando a relacionamos a Ferdinand Saussure, por exemplo. No caso da disciplina francesa, sua origem vem de muitas mentes interessadas, ou não, pela Linguística. Michel Pêcheux, por exemplo, é um pesquisador reconhecido por ter orientado os passos iniciais da AD. No caso desse pesquisador, o plano linguístico foi muito interessante, uma vez que sua proposta estava dentro de uma análise das representações de poder marcadas no plano da estrutura da língua. Por sua vez, Michel Foucault, outro pensador associado à formação da disciplina, nunca trabalhou com estruturas da língua, mas observou as relações de poder que são encontradas na comunicação em diferentes setores da atividade coletiva. Suas observações corroboram a emulação da noção de discurso e de formação discursiva, ainda hoje muito produtivas dentro da AD.

É compreensível que a AD seja uma disciplina capaz de trabalhar o ponto de vista estrutural da língua, e questões sociais simultaneamente, uma vez que, para AD, não existe distinção entre elementos internos e externos à língua; um analista do discurso pode ser mais ou menos interessado pela estrutura linguística, ou mais ou menos interessado pelas demandas sociais. Todavia, qualquer que seja o interesse, o discurso é o grande orientador do trabalho.

Isso posto, voltamo-nos ao nosso *corpora*: o discurso literário de Lima Barreto. Neste ponto, existe a necessidade de operar três justificativas:

- a) Por que chamamos de *corpora*, e não *corpus*?
- b) Por que é um discurso?
- c) Por que é um discurso literário?

Essas justificativas não passam em branco neste capítulo, elas estão desenvolvidas na seção “I. Trabalhar com discursos e suas unidades na aula de Língua Portuguesa”, que terá como sequência a “II. A oportunidade dada por Lima Barreto:

o trabalho com unidades não tópicas étnico-raciais e de violência de gênero”. Para finalizar este texto, há a terceira seção: “III. O discurso como matriz da aula de Língua Portuguesa”.

Diante dessa introdução, esforçamo-nos para trazer aos educadores de Língua Portuguesa aparato teórico-metodológico de trabalho que possa aproveitar o legado deixado por meio da literatura limana à contemporaneidade. Afinal, Lima Barreto sofreu na carne as mazelas de inúmeras violências que o cercaram ao longo de sua curta vida, (1881-1922), sendo um dos grandes representantes do panteão de escritores nacionais na luta contra o racismo e tendo sido generoso ao alertar-nos sobre a questão da violência de gênero e a perversão dos manicômios no Rio de Janeiro.

A obra limana, até a publicação de *A vida de Lima Barreto*, em 1952, por Francisco de Assis Barbosa, seu primeiro biógrafo, foi menosprezada e, na contemporaneidade da sua produção, diminuída à literatura à *clef*, expressão pejorativa que significou dizer que os romances limanos tinham “chave”, versavam mais sobre a vida do autor do que eram exemplo da alta literatura, especialmente a que representava a *Belle Époque* carioca.

Este capítulo, que está fundamentado pela Linguística, traz uma alternativa de trabalho com a produção literária limana. Essa alternativa, inter, trans e multidisciplinar, coloca no centro a noção de discurso, que é capaz de considerar o âmbito social, representado neste trabalho pelo racismo e a violência de gênero, como escopo da aula de Língua Portuguesa.

1. TRABALHAR COM OS DISCURSOS E SUAS UNIDADES NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Assumimos, neste capítulo, uma perspectiva de trabalho da aula de Língua Portuguesa que é a mesma que assumida pela Base Nacional Comum Curricular :

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Tal proposta assume a centralidade do **texto** como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (BRASIL, 2018, p. 67).

A perspectiva enunciativa-discursiva é a que consta no documento normativo. Por outras palavras, educadores e educadoras têm obrigatoriedade de orientar seus trabalhos por meio dessa perspectiva. Contudo, quer a noção de enunciado, quer a noção de discurso são autônomas da noção de Língua, especialmente aquela oriunda da publicação de *Cours de Linguistique Générale*, 1916.

Assim, agentes da educação da área de Língua Portuguesa terão de fazer certo esforço para trazer à aula questões do enunciado e do discurso, mas isso nem sempre vem de maneira confortável. Por isso, parece-nos ideal o trabalho com uma disciplina que assume em sua natureza fundamental o aspecto enunciativo-discursivo, o que faz com que

Quem se considera filiado à problemática discursiva associa intimamente língua (mais amplamente, os recursos semióticos disponíveis em uma sociedade), atividade comunicacional e conhecimento (os diversos tipos de saberes, individuais e coletivos, mobilizados na construção do sentido dos enunciados). Fazendo isso, a análise do discurso se distingue de outras disciplinas, que privilegiam uma só das três dimensões: os sociólogos acentuam a atividade comunicacional; os linguistas privilegiam o estudo das estruturas linguísticas ou textuais; os psicólogos enfocam as modalidades e as condições do conhecimento [...]

Aqui, o “discurso” não é apresentado como território circunscrito, mas como espaço incerto entre dois maciços, lá onde se “desfazem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas”, entre a linguagem e o mundo (MAINGUENEAU, 2015, p. 30 e 31).

Assumir-se na posição de analista do discurso, pressupõe, portanto, entender que o discurso está ancorado em duas dimensões “maciças”: a de um sujeito enunciativo; e na condição de produção. Sobre a primeira, pode-se dizer que todo enunciado se marca por meio da *ego, hic et nunc*, proposto por Benveniste em *Problemas de Linguística Geral* (1989). Essas marcas de sujeito são incontornáveis do ponto de vista dos enunciados e marcam a relação do enunciativo com os espaços de onde esse enunciado é emulado. Assim,

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e ao seu destinatário (fenômeno da “modalização”). Ele indica, especialmente, quem é o responsável pelo que ele diz: um enunciado bem elementar como “Chove” é estabelecido como verdadeiro pelo enunciativo, que se situa como responsável, como fiador de sua verdade. Mas esse enunciativo poderia ter modulado seu grau de adesão (“Talvez possa chover”), atribuir a responsabilidade pelo enunciado a outro (“Segundo Paulo, vai chover”), comentar sua própria fala (“Sinceramente, acho que vai chover”) etc. (idem, 2015, p. 27).

Essa característica enunciativa dos discursos coloca-nos frontalmente diante de discussões que, em certa medida, foram exploradas na aula de Língua Portuguesa, como o uso dos pronomes, advérbios, tempos e modos verbais. No entanto, na perspectiva da AD, não se pode desassociar essa observação enunciativa das condições de produção de cada discurso enunciado, o que força a reflexão que o EU é a tomada de voz de um sujeito enunciador, vinculado a determinada condição de produção.

Desse modo, o plano enunciativo encontra-se com o plano discursivo quando se exige uma observação complexa que não esteja apenas vinculada ao plano estrutural da língua, assim: quem é este “EU” enunciador? Quando enunciou? Por que preferiu usar determinados termos lexicais? Qual é a origem desse enunciado? São possíveis perguntas para evocar dos e das estudantes reflexão que ultrapassa os limites estruturais da língua.

As condições de produção, nesse ponto, não são elementos correlacionados ao contexto, quando o contexto é o que se considera exterior à produção enunciativa. De outro modo, a condição de produção emana do próprio enunciado: quando alguém se materializa como um EU, em um ONDE e um QUANDO, materializa, por conseguinte, as próprias condições de SER QUEM, SER ONDE e SER QUANDO. Assim, a condição de produção

advinda da psicologia social, foi reelaborada, no campo da análise do discurso, por Pêcheux para designar não somente o meio ambiente material e institucional do discurso, mas ainda as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua própria identidade [lugar], assim como de referente de seus discursos (“Do que lhe falo assim?”/“Do que ele me fala assim”) (MAINGUENEAU, 1998, p. 30).

A enunciação de todo discurso apresenta a sua condição de produção, pois o enunciador revela o seu ponto de vista, as suas crenças, a sua relação com o meio e com os demais da cena enunciativa.

Trata-se, assim, de entender que laço do discurso se dá por associação íntima entre o plano linguístico e o plano social e histórico. No caso da enunciação literária, essa associação é ainda mais agravada, porque a Literatura lida com um estatuto próprio de enunciação, mais dependente do enunciador do que outros gêneros que são mais dependentes das práticas sociais e das instituições que representam.

A coluna de jornal, por exemplo, está ancorada ao jornal; uma instituição que é reconhecida por representar os valores da imprensa. No caso da Literatura, não existe uma instituição capaz de validá-la, sendo assim, cabe ao próprio enunciado literário que se autovalide, o que produz uma consequência interessante em todos os níveis da enunciação literária. É o que passamos a discutir.

1.2 As unidades de trabalho no discurso literário

Mencionamos na introdução que nosso *corpora* representa o discurso literário de Lima Barreto. Sabemos que essa não é uma afirmação simples, uma vez que para compreendê-la se faz necessário entender, antes, qual a noção de discurso com a qual estamos trabalhando. Para nós, discurso é uma prática social, sócio-historicamente delineada, que acontece por diversos níveis de comunicação e que, invariavelmente, tem como centro a noção de sujeito.

Dada essa consideração sobre discurso, floresce outra discussão: em que medida podemos considerar dois romances, ainda que do mesmo autor, como um discurso? Sem prejuízo, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos* poderiam ser observados como discursos distintos, tendo, cada um, características próprias. No entanto, neste capítulo, as unidades com as quais trabalhamos perpassam ambos os enunciados, compondo a teia enunciativa que é controlada pela autoria: o racismo e a violência de gênero.

A obra limana, definitivamente, não é monotemática. *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) e *Os Bruzundangas* (1923), para citar poucos exemplos, são referências bastantes para atestar o potencial de reflexão do autor sobre inúmeras questões políticas e do comportamento humano no início do século XX no Rio de Janeiro. Contudo, neste trabalho as camadas do enunciado que nos interessam são aquelas que, de maneira interdiscursiva, escoram a enunciação em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos*.

Nosso exame, assim, considera o discurso literário como um discurso constituinte, aquele que não tem uma instituição que o valide e, portanto, precisa validar a si mesmo. Essa característica é especialmente interessante neste capítulo, porque potencializa o enunciador, a voz da enunciação do *corpora*, pois

a obra só pode surgir se, de uma ou de outra maneira, conseguir tomar forma numa existência que é ela mesma moldada para que essa obra nela advenha. Mediante seu modo de inserção (ainda que por auto-exclusão) no espaço literário e na sociedade, o escritor atesta seu posicionamento, a convergência entre uma maneira de viver e de escrever uma obra (MAINGUENEAU, 2006, p. 159 e 160).

Recordações do Escrivão Isaías Caminha e *Clara dos Anjos*, neste ponto, dialogam como uma obra só: ambas têm protagonistas jovens, belos, de caráter admirável e que, pela odiosa conjuntura racial no Brasil da recente República, têm suas vidas inferiorizadas. Em *Clara dos Anjos*, a violência racial é agravada pela violência de gênero, fato que denota a gradação de atentados contra o sujeito que podem ser observados, também, pela via linguística.

Evidentemente, sabemos que a discussão sobre racismo e violência de gênero está avançada nas Ciências Humanas como um todo e não são poucos os campos teóricos que se ocuparam em problematizá-las. No entanto, do ponto de vista da AD, nossa tomada de posição é que esses discursos que atravessam o *corpora* limano e corroboram sua fundação como discurso literário são as chamadas unidades não tópicas:

As unidades não tópicas são construídas pelo pesquisador a partir de unidades tópicas. Só pode haver análise do discurso se ela se apoia em unidade tópicas, mas elas não podem dar conta, sozinhas, do funcionamento do discurso, que é atravessado por uma falha constitutiva: o sentido se constrói no interior de fronteiras, mas mobilizando elementos que estão fora delas (MAINGUENEAU, 2015, p. 81).

A unidade não tópica que trabalhamos aqui é chamada formação discursiva, “concebida como um sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas” (idem, 2015). Essas unidades aparecem em nosso *corpora* de modo fundamental, de sorte que, sem elas, o discurso limano analisado não progrediria como progride.

2. A OPORTUNIDADE DADA POR LIMA BARRETO: O TRABALHO COM UNIDADES NÃO TÓPICAS ÉTNICO-RACIAIS E DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Afonso Henrique de Lima Barreto nasceu exatamente sete anos antes da Lei Áurea, que tornaria pretos e pardos, tratados como escravos, livres no território nacional. Ele mesmo, de “tez cor pronunciadamente azeitonada” (SCHWARCZ, 2017, p. 403) foi ao Largo do Paço aos 13 de maio de 1888 ver a festa do povo. Esse evento marcou a infância de Lima Barreto e, infelizmente, não apenas positivamente, uma vez que o símbolo de liberdade aventado pela abolição não se confirmou como progresso para a camada dos sujeitos de pele semelhante à de Lima Barreto.

Sua vida como intelectual começa ainda na mocidade; em 1907 colabora como secretário na revista Fon-Fon que tinha reconhecida repercussão. No entanto, ainda em 1907, quando ele dirige a própria revista, a *Floreal*, que se constitui como futuro autor de romances. É na *Floreal* que *Isaiás Caminha* tem seus primeiros capítulos publicados, mas a obra completa só seria integralmente lançada em 1909, em Portugal. Já *Clara dos Anjos*, só foi publicada postumamente, em 1948.

Os dois textos têm muito em comum. No primeiro, o protagonista é Isaiás Caminha, jovem pardo de inteligência acentuada que se desilude com as condições de trabalho para jovens da mesma natureza fenotípica que ele. No outro texto, a

protagonista é homônima da obra, Clara dos Anjos, mulher parda, jovem e bela, que é corrompida pela relação exploratória com um homem branco. O traço elementar da constituição das duas obras é, como temos elencado, a formação discursiva. Vejamos os trechos a seguir:

Recorte 1

[01] O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. [02] Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!” [3] Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. [4] O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. [05] Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa. Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição, a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada (Domínio Público, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*).

Recorte 2

[6] A única filha do carteiro, Clara, fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais. Puxava a ambos os pais. [7] O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso. [8] Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe. [9] Joaquim era alto, bem alto, acima da média, ombros quadrados e rija musculatura; a mãe, não sendo muito baixa, escapava à média da altura de nossas mulheres em geral. Tinha ela uma fisionomia medida, de traços breves, mas regular; o que não acontecia com o marido, que era possuidor de um grosso nariz, quase chato, e malares salientes. [10] A filha, a Clara, havia ficado em tudo entre os dois; média deles, dos seus pais, era bem exatamente a filha de ambos. Habituada às musicatas do pai e dos amigos, crescera cheia de vapores de modinhas e enfumaçara a sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos descantes e cantarolas populares. [11] Raramente saía, a não ser para ir bem perto, à casa de Dona Margarida, aprender a bordar e a costurar, ou com esta ir ao cinema e a compras de fazendas e calçado. [12] A casa dessa senhora ficava a quatro passos de distância da do carteiro. Apesar de ser uso, nos subúrbios, irem as senhoras e moças às vendas fazer compras, Dona Engrácia, sua mãe, nunca consentiu que ela o fizesse, embora de sua casa se avistasse tudo o que se passava, no armazém do “Seu” Nascimento, fornecedor da família.

Essa clausura mais alanceava sua alma para sonhos vagos, cuja expansão ela encontrava nas modinhas e em certas poesias populares.

Com esse estado de espírito, o seu anseio era que o pai consentisse na visita do famoso violeiro, cuja má fama ela não conhecia nem suspeitava, devido ao cerco desvelado que a mãe lhe punha à vida; entretanto, supunha que ele tirava do violão sons mágicos e cantava coisas celestiais (Domínio Público, *Clara dos Anjos*).

A formação discursiva que evidencia o racismo perpassa os dois enunciados, não como tema, mas como fio condutor que caracteriza a cena enunciativa. Sem o racismo, os trechos destacados não seriam interessantes. É porque existe certa memória da coletividade que resgata a condição racial no início do século XX que somos capazes de entender os efeitos de sentido gerados pelos enunciados. No Recorte 1, o enunciador é agente da cena, participa como ancoragem de todo enunciado, o que a crítica literária chama de narrador protagonista. Em 2, o enunciador observa a cena como voz exterior, conduzindo o desenvolver da cena. O que nos permite observar como progride, em diferentes “tomadas de voz”, a formação discursiva.

Assim, em [3] a tomada de consciência sobre a questão racial vem por meio da cor do “rapazola alourado”, enquanto em 2, a mesma tomada de consciência vem por meio do tom descritivo em [6], [7], [8] e [9].

O enunciador, no Recorte 1, ao participar da cena, nota o racismo por meio da cor do que para ele é o *outro*, o branco que recebe tratamento melhor. O Recorte 2, por sua vez, quando o narrador é alheio à cena, a descrição da cor remete aos sujeitos de pele preta.

Nasce dessa observação uma referência enunciativa marcada pelo tom de pele. Quando, em nosso *corpora*, o “Eu” admite a responsabilidade enunciativa, narra a partir do ponto de vista do sujeito de pele preta que é tratado com indiferença. Quando, no Recorte 2 [7], o Eu é alheio ao discurso, enuncia sobre pessoas que estão marcadas pela cor, ainda que, nesse momento, a diminuição desses sujeitos venha por meio do adjetivo “ruim” ou do uso da coordenada adversativa “mas tinha o cabelo liso”, que não estão diretamente ligados à cena, mas à condição de produção, como em [7].

No Recorte 2, emerge concomitantemente à formação discursiva étnico-racial, a de violência de gênero. Em [11], o formato de educação dado às mulheres se apresenta como a exclusão do espaço de fora da casa, construindo a dimensão doméstica como lugar, uma *déixis*, do espaço feminino. Em [12], a casa mostrada como lugar de “clausura” que compreendia às mulheres daquela condição

sócio-histórica um lugar de controle dos corpos e dos desejos, especialmente dos desejos dos homens que se mostravam ameaçadores da integridade.

Assim, a chamada “*dêixis* enunciativa”, representada pelas marcas de sujeito “Eu” (EGO), definem a condição da cor como condição de produção. Não estamos diante de uma análise do contexto, mas das condições para enunciar marcada pelo âmbito da questão étnica no início do século XX. Os termos valorativos, por sua vez, elaboram a memória da coletividade sobre o mesmo assunto, que releva um traço interessante: ao ser enunciador, o sujeito negro percebe-se como tal por meio do contraste de tratamento em relação a sujeitos brancos. Ao ser descrito, o sujeito negro é inferiorizado por meio de elementos valorativos negativos, como adjetivos e expressões coordenadas capazes de, eufemisticamente, construir certa imagem negativa de sujeitos pretos.

Sobre a violência de gênero, aparece representada por uma *dêixis* espacial (HIC), o lugar, a casa, representa a clausura ligada ao gênero feminino. Isso não vem à toa, liga-se imediatamente ao interdiscurso que compõe as representações femininas, mormente no início do século XX no Brasil.

3. O DISCURSO COMO OBJETO DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Grosso modo, este capítulo gira em torno de uma questão modesta e hercúlea ao mesmo tempo: o que e como ensinar na aula de Língua Portuguesa do Brasil? Como vimos, são muitos os documentos de orientação que indicam que os educadores devem assumir a orientação enunciativo-discursiva. Embora isso por si só já diga muito, nossa intenção aqui é orientar um possível “como”, aproveitando o grande legado deixado por Lima Barreto.

Pronome, adjetivo, advérbio e orações coordenadas pertencem, sem dúvida, à aula de Língua Portuguesa. No entanto, racismo e violência de gênero só aparecem de modo adjacente, como assunto à parte. Ao entendermos que o racismo e a violência de gênero são temas, eles não podem pertencer à aula de língua senão como elemento de posição política dos educadores. Esse posicionamento, por si mesmo, é salutar para o ambiente de trabalho pedagógico. Entretanto, ao assumir que racismo e violência de gênero podem ser tratados como formações discursivas, deixaremos de procurar pretexto para discuti-los e os traremos ao centro das aulas.

Evidentemente, consideramos os esforços de educadores e educadoras por trazer à baila discussões sobre as inúmeras mazelas sociais que interferem no desenvolvimento civilizatório brasileiro. Mesmo diante de inúmeras tensões políticas que, em muitas ocasiões, empobrecem o potencial reflexivo discente, por

extrair-lhes aparato reflexivo trazido por disciplinas como a História, a Filosofia, a Sociologia, para dizer o mínimo. Não se trata, aqui, de colocar a Língua Portuguesa como disciplina capaz de se responsabilizar por discussões que melhor se encaixam na aula de Sociologia, grosseiramente falando.

Queremos, isso sim, assumir o mesmo que assume a BNCC (2018), que a tomada da aula de Língua Portuguesa pela via enunciativo-discursiva coloca-nos diante de materialidades que extravasam o convencional, o que traz aos estudantes grande oportunidade de reflexão sobre questões que foram ignoradas por modelos tradicionais de ensino de língua materna no Brasil. A AD, por ser uma disciplina da Linguística cujo objeto é o discurso, pode ser importante facilitador docente para essa tarefa, uma vez que salvaguarda educadores em entender que a língua é um potencial condutor de problemas sociais e históricos. Por isso, defendemos que o discurso deve ser um dos objetos da aula de Língua Portuguesa.

Além disso, a oportunidade dada pelo discurso de Lima Barreto não pode passar ao largo das discussões sobre as inúmeras violências que conduziram a formação da identidade nacional. Quer em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, quer em *Clara dos Anjos*, a base de edificação do discurso literário são as formações discursivas que trouxeram a Lima Barreto, e tantos outros desafortunados sociais por meio da cor, um destino de luta e resistência.

Convocar o trabalho com o discurso literário sem levar em consideração essa possibilidade é desperdiçar um grande potencial de reflexão, especialmente quando consideramos que os estudantes brasileiros precisarão revisar as mesmas mazelas ancestrais da cor e da desigualdade de gênero enfrentadas por Lima Barreto.

Por isso, o trabalho que centraliza a produção do texto limano como discurso, pode ser um facilitador de trabalho para o que preconizam a LDB, os PCN e, mais recentemente, a BNCC. Esperamos que, com este capítulo, somemo-nos ao grande número de educadores e educadoras que têm a intenção de ver um país que Lima Barreto, aos sete anos de idade, imaginou que veria. Começemos por nossa prática, a aula de Língua Portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister refletir sobre o impacto que a aula de língua materna pode ter na transformação social e história no Brasil, admitindo que as inúmeras mudanças no contexto de aprendizagem, desde 1988, e as novas tecnologias da informação aumentaram o acesso discente, mas não foram suficientes para neutralizar problemas estruturais como o racismo e a violência de gênero.

Podemos concordar que as aulas de Língua Portuguesa, ou de Literatura, não têm a responsabilidade de discutir senão seus próprios eventos e planos teóricos disciplinares. No entanto, quando as urgências sociais convergem com os planos teóricos que podem ser objeto de discussão da aula, não fazê-las é uma opção sobretudo política.

Este capítulo apresentou uma disciplina da Linguística que tem se ampliado desde a década de 1960, na França, a AD. Essa disciplina, vem se ancorando a pesquisas interdisciplinares e tem oferecido importantes resultados dentro das Universidades quer na Europa, quer na América. No Brasil, a AD chegou ainda na década de 1980, mas esse “atraso” não impediu que educadoras e educadores brasileiros tenham se formado sob sua orientação. Além disso, documentos normativos como a BNCC apontam a necessidade do trabalho por uma vertente “enunciativo-discursiva” (BRASIL, 2018), o que faz-nos crer, ainda mais, que a aula de Língua Portuguesa e de Literatura podem se abrir para racismo e violência de gênero, pois isso não desabona a aula como às vezes acusa o senso comum conservador.

Trazer à baila discussões cuja matriz interfere na identidade e no comportamento, além de atender às angústias pessoais dos estudantes, amplifica a importância da aula de Língua Portuguesa e Literatura, dando a elas um espaço de reflexão e melhora política. Esperamos que este capítulo tenha colaborado para isso.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. A. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2017.
- BARRETO, L. *Um Longo Sonho do Futuro*: discursos, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, L. *Clara dos Anjos*. MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro, Domínio Público.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, A. *História concisa da literatura*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BOSI, A. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BOURDIEU, P. *As regras da Arte*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRANDÃO, H. N. *Gêneros do Discurso na Escola*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à Análise de Discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.
- BRASIL. Lei 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CARREIRA, R. *A paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em Vencidos e Degenerados*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2ª ed. Coordenação de Tradução Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHAVES, R. *Sombras negras: a imagem de autor em Recordações do Escrivão Isaías Caminha de Lima Barreto*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.
- CHAVES, R. *A Paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do Escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2018.
- CHAVES, R. A Paratopia do Estigma do Discurso um Homem Chamado Cavalo é meu Nome, de Stela do Patrocínio, p. 203 -239. In: *Paratopia - Discurso e Cultura Vol. 3*. São Paulo: Blucher, 2020.
- FERRAZ *et al.* *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 408-429 jan./mar. 2020 e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC-SP.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

- LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARIN, I. S. K. *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.
- MARIN, I. S. K. *Termos Chave em Análise de Discurso*. Trad. Márcio Barbosa, Maria Torres Lima, Belo Horizonte: Biblioteca Universitária UFMG, 1998.
- MARIN, I. S. K. *O Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral, São Paulo: Contexto, 2006.
- MARIN, I. S. K. *Manuel de Linguistique pour les Textes Littéraires*. Paris: Armand Colin: 2010c.
- MARIN, I. S. K. *Discurso e Análise de Discurso*. Trad. Sírio Possenti. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o Destino da Literatura*. São Paulo: UNESP, 2011.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais Secretaria da Educação Fundamental. Brasília MEC/SEF, 1998.
- PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, apr. 2004.
- RESENDE, B. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ UNICAMP, 1993.
- SANTOS, J. R. *O que é racismo*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTOS, G. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral I Ferdinand de Saussure*; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. Bd. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEVCENKO N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural da primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: triste visionário*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO EM CLARA DOS ANJOS: UMA PROPOSTA PARA A SALA DE AULA

Ana Gabriella Ferreira da Silva Nóbrega (UERN)

INTRODUÇÃO

Clara dos Anjos, obra do escritor Lima Barreto, teve a sua primeira versão registrada em 1904, época em que o autor revela um projeto de escrever a história da escravidão negra no Brasil e suas consequências. Entretanto, nunca realizou efetivamente o seu desejo em vida, pois somente em 1922, ano de sua morte, a obra passa a ser reconhecida como um romance de denúncia ao preconceito racial, cuja condição do negro na sociedade carioca pós-abolicionista e as desigualdades sociais do país são postas em questão pelos críticos. A obra apresenta uma variedade de riqueza temática, tais como: o enfoque em teorias racistas, dentre as quais o branqueamento, a presença de relacionamentos etnicamente diferenciados e o constante aparecimento de personagens descendentes de escravos, que apresentam impossibilidade de ascensão social.

A presença de tantos personagens condicionados pelos sinais da escravidão em *Clara dos Anjos* representa o desejo do autor em escrever a história da escravidão no Brasil, por isso, sintetiza a voz dos excluídos, dos esquecidos e dos desqualificados

que herdaram as marcas da escravidão, sendo a cor da pele o principal estigma. Ele assume a voz dos marginalizados para denunciar as injustiças contra os que, assim como ele, sofriam por não terem recebido qualquer reparo após a abolição, período que não representou a liberdade ou o acesso à educação como se imaginava. Esse caráter enunciador é carregado de indignação, de ironia e de revolta. A voz assumida pelo autor de *Isaias Caminha* é de um eu negro que vê na literatura um meio para lutar por igualdade de direitos ao dirigir suas críticas às teorias racistas vigentes na época que pregavam a inferioridade do negro.

A literatura com quem Lima Barreto diz ter se casado é o meio de comunicação, segundo ele acredita, capaz de unir as pessoas e eliminar as diferenças.

Portanto, meus senhores, quanto mais esse poder de associação for mais perfeito; quanto mais compreendermos os outros que nos parecem, à primeira vista, mais diferentes, mais intensa será a ligação entre os homens, e mais nos amaremos mutuamente [...]. A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade (BARRETO, 1956, p. 67).

Essa citação faz-nos enxergar um Lima Barreto idealista, que almejava um país igualitário, um mundo perfeito onde as pessoas se amassem, mesmo diante das diferenças, um ser sensível aos problemas humanos, solidário aos seus semelhantes. Acreditava ser a arte o espaço propício para a união e diminuição das diferenças, capaz de se apiedar do criminoso, da prostituta, do rico e do pobre, capaz de explicar a dor dos humildes e as angústias da alma, uma arte que fizesse compreender o Universo, a Terra, Deus e os mais misteriosos segredos que sondam o íntimo do ser humano. Reforça ainda que a literatura aviva o sentimento de solidariedade com os semelhantes, explicando os defeitos, realçando as qualidades e os fúteis motivos que separam uns dos outros. “Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim” (BARRETO, 1956, p. 68).

1. A CONDIÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX

Clara dos Anjos, a protagonista da história é uma jovem negra e pobre, cujos pais são descendentes de escravos e a educam com muito rigor. Engrácia, a sua mãe, não a deixa sair, a não ser com ela ou com a madrinha, Dona Margarida, pois, sabendo da condição que vivem as meninas negras de sua idade, teme que a sua filha sofra, como as demais.

Porém, a personagem, apesar de ser criada com total vigilância pelos pais, apaixona-se por um jovem branco, chamado Cassi Jones, sedutor de meninas “frágéis”, conhecido por desonrar moças e abandoná-las. É exatamente o que acontece com essa jovem. Após vários galanteios e cartas amorosas, Clara decide deixar a janela do seu quarto aberta, para que o seu namorado venha visitá-la e a partir daí a história de vida da jovem se desenreda. Ao engravidar, a moça procura por Cassi Jone, no entanto, ele já tem fugido da cidade, deixando-a sozinha com um filho para cuidar. É a partir desse contexto que analisaremos a condição das mulheres negras que se apresentam na obra, cuja identidade é relegada à subalternidade.

No quadro de apresentação dos personagens dentro da obra, encontra-se uma mãe, descendente de escravos, nascida em família de senhores de terra ricamente abastados. Essa é a história de Engrácia, mãe de Clara, que havia sido criada na casa de um nobre, cuja mãe adotiva (a sua havia morrido quando ela tinha 7 anos de idade), chamada de a “preta Babá”, cuidava dos serviços da casa.

Quando o chefe da família com quem ela vivia, faleceu, os filhos do senhor transportaram-se para a Corte, procurando se empregar nas repartições do governo. Para a cidade não levaram nenhum escravo, venderam a maioria e os de estimação libertaram. Só foram com eles os libertos considerados como da família. Quando Engrácia nasceu só tinha a velha Babá e um “preto”, como assim denomina o narrador. A mãe de Clara foi, portanto, criada com mimo de filha, como outros filhos de escravos nascidos na casa dos Teles, por essa razão corria de boca em boca que Engrácia era filha do varão da casa.

Diante desse contexto, a personagem formulava seus discursos de reclusão para com a filha, temendo que esta viesse a sofrer preconceitos, muitos dos quais ela teve que suportar durante a sua vida jovem.

Esse enclausuramento por parte dos pais da protagonista pode ser explicado por um acontecimento denominado pelos estudos da Análise do Discurso de “condições de produção” – isto quer dizer que um discurso ao ser enunciado está sempre ligado a outro e envolve transformações sociais, históricas e políticas de toda natureza que integra a vida humana. Dessa forma, para se compreender um discurso é necessário compreender o sentido que está por trás daquele dizer, ou seja, as circunstâncias ou condições sócio-históricas que influenciam na produção do enunciado.

Podemos perceber que o discurso de Engrácia é perpassado pelas condições históricas que vivenciou em que as mulheres negras eram relegadas aos serviços da casa e de seus senhores durante o dia, e à cama durante a noite, onde serviam de amantes para eles a fim de proporcionarem prazer aos seus protetores, como

mencionado a seguir por esta autora na descrição da situação da mulher branca e a mulher de cor diante de um relacionamento:

Se, para a mulher branca e de classe social mais elevada, as núpcias eram de suma importância, para as de cor e de classe social mais modesta eram indispensáveis, pois, existindo poucas oportunidades no mercado de trabalho, o enlace era-lhes proposto como o único meio de viver com respeitabilidade. Quando não se casavam, suas oportunidades encontravam-se reduzidas. As mais ricas poderiam viver na dependência econômica dos pais, de um irmão ou de algum parente do sexo masculino, como agregadas. As mais pobres, geralmente de cor, não tendo a quem recorrer e quase sem possibilidades de desenvolver uma atividade remunerada, não raro, eram obrigadas a exercer a mais velha das “profissões”, pois “seu único bem era seu próprio corpo”. Aquelas das classes carentes viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Além do mais, **era comum na época o pensamento de que a negra tinha por destino a prostituição**. Não podemos nos esquecer de que o regime escravocrata havia terminado há apenas alguns anos e a ideologia ditava que a mulher branca era a esposa imaculada, e **a negra era a amante, a que proporcionava os prazeres do sexo** (VASCONCELLOS, 1999, p. 80 grifos nossos).

Esses acontecimentos fazem parte da memória discursiva de Engrácia, cuja atitude de reclusão para com a filha é embasada no conhecimento pré-construído sobre a mulher pobre e negra. Esse saber obrigou-a a enclausurar a filha dentro do espaço da casa, como se as paredes e a rotina dos afazeres domésticos, os quais era obrigada a realizar diariamente, protegessem-na dos perigos da vida, fato não comprovado, pois foi exatamente na sua própria casa que a jovem foi desonrada.

Dentro dessa “casa jaula”, denominação de Elódia Xavier (2012), a personagem vive o drama da solidão e da incomunicabilidade com as pessoas, vivendo uma pretensa busca de prazeres que a levam nada mais do que à degradação. Devido a esse confinamento, não apenas percebido em Clara, mas também pelas outras donzelas, é que essas mulheres sofrem de “invisibilidade”. Por serem pouco vistas no espaço público, confinadas em casa, são invisíveis, pouco vistas, ao passo que os homens, por serem produtivos, trabalhadores, andam livremente pelas ruas, desfrutando da liberdade que possuem. Eis a razão de Clara, apesar de protagonista, quase não ter voz e atitudes na narrativa.

Na história das mulheres do século XIX, segundo Perrot (2013), a menina é menos desejada que o menino, tanto que os sinos soavam por menos tempo para o batismo e o enterro de uma mulher do que para os homens. Possivelmente essa explicação justifique o fato de Clara, apesar de protagonista, ser consideravelmente silenciada e esquecida no plano da casa, sem notáveis ações.

No percurso histórico delas, são relatados que as meninas passavam mais tempo dentro de casa e eram mais vigiadas do que os seus irmãos e quando se

agitavam eram chamadas de endiabradas. Além disso, eram postas para trabalhar mais cedo nas famílias de origem humilde e requisitadas para todo tipo de tarefas domésticas. Por essa razão a escolarização delas eram mais atrasadas que a dos meninos, além da extrema vigilância imputada a elas.

No contexto do século XIX “a virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe” (PERROT, 2013, p. 45). Por isso, preservar e proteger a virgindade da moça é uma obsessão, tanto da família quanto da sociedade, e a violação é um grande risco, pois aquelas que se deixam capturar pelos rapazes sedutores correm o risco de serem suspeitas de mulher fácil.

“Uma vez deflorada, principalmente se foram muitos, não a encontrará quem a queira como esposa. Desonrada está condenada a prostituição” (PERROT, 2013, p. 45), e ao preconceito da sociedade. Uma vez seduzidas entrariam na lista dos bandos de rapazes em busca de presas. A situação piorava ainda mais quando se sabia que as leis do século XIX diziam que somente estava suscetível de punição o estupro coletivo, no caso de estupro cometido por uma pessoa, era a mulher considerada complacente com o ato, pois poderia ter se defendido. Situação também apresentada pela personagem Mme. Bacamarte, que após ter sido abusada por Cassi Jones ficou exposta à promiscuidade e a sofrer pelos cantos da cidade todas as vergonhas possíveis.

Clara sempre teve curiosidade em saber por que a mãe prendia-a, mas somente quando se viu grávida e solteira lembrou-se da situação de Bacamarte e pensou no que seria dela a partir dali, pensou no desprezo que sofreria ao verem uma jovem negra solitária com um filho para cuidar:

Que havia de ser dela, agora, desonrada, vexada diante de todos, com aquela nódoa indelével na vida? Sentia-se só, isolada, única na vida. Seus pais não a olhariam mais como a olhavam; seus conhecidos, quando soubessem, escarneceriam dela; e não haveria devasso por aí que a não perseguisse, na persuasão de que quem faz um cesto, faz um cento. Exposta a tudo, desconsiderada por todos, a sua vontade era de fugir, esconder-se. Mas, para onde? Com a sua inexperiência, com a sua mocidade, com a sua pobreza, ela iria atirar-se à voracidade sexual de uma porção de Cassis ou piores que ele, para acabar como aquela pobre rapariga, a quem chamavam de Mme. Bacamarte, suja, bebendo parati e roída por toda a sorte de moléstias vergonhosas (BARRETO, 2011, p. 150).

Numa época em que o sexo feminino era visto como um defeito ou uma fraqueza da natureza, a virgindade da menina devia ser protegida o máximo possível, pois representava um valor supremo para elas, que sendo “filhas de Maria”, deveriam estar sujeitas à pureza. O pudor era o seu ornamento, o capital

mais precioso. Portanto, deveriam se defender da sedução dos bandos de rapazes em busca de presas. Entretanto, Clara, uma jovem pobre e negra, filha de pessoas de classe popular, tendo sido posta a trabalhar cedo, especificamente nos serviços domésticos, via-se agora constrangida, exposta no mínimo aos riscos da sedução, à promiscuidade, e no extremo, à prostituição.

A maternidade havia chegado para aquela rapariga e como um dos aspectos que completa a feminilidade e a identidade da mulher, a grande questão agora era: ter ou não ter a criança? Conceber ou não? O momento em que a mulher em geral descobre a gravidez é sempre um momento de escolha, de aceitação ou rejeição. A maternidade é sempre um momento desejado ou, em muitas ocasiões, temido. No caso da virgem Clara dos Anjos, a maternidade é de sobremaneira temida. Ocorre uma revolução, um fervilhar de dúvidas em seus pensamentos. Ela ficaria com um filho no ventre sendo alvo de vergonha e tortura de seus pais? Pensou imediatamente em abortar o bebê, por outro lado temia concluir este ato.

O que se sabe do desfecho da história é que após saber da gravidez de Clara, Dona Margarida correu para avisar a mãe da jovem e as três em seguida partiram em busca da casa de Cassi Jones, a fim de que o pai assumisse a criança e a pobre moça. A iniciativa não teve êxito:

Cassi partira, fugira... Agora, é que percebia bem quem era o tal Cassi. O que os outros diziam dele era a pura verdade. A inocência dela, a sua simplicidade de vida, a sua boa fé, e o seu ardor juvenil tinham-na completamente cegado. Era mesmo o que diziam... Por que a escolhera? **Porque era pobre e, além de pobre, mulata.** Seu desgraçado padrinho tinha razão... Fora Cassi quem o matara (BARRETO, 2011, p. 149, grifo nosso).

A partir daí não há relatos da gravidez, do parto, de como a jovem seguiu a vida, sabe-se apenas dos seus pensamentos de desilusão, um deles é o relato que ela faz a sua mãe quando percebe a sua condição e diz: – “Mamãe! mamãe! – O que é minha filha? – Nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, 2011, p. 158).

Como mulher, Clara era subjugada pela cor, pelo corpo e pelos aspectos que envolvem a identidade feminina aqui citados (a virgindade, a maternidade e a gravidez), todos eles atropelados e desfeitos da forma mais drástica possível. Começa então a pensar que o critério de escolha de Cassi Jones por ela tenha sido mesmo pelo fato de ser pobre e negra, como é dito na citação de Barreto. E realmente esse sempre foi um dos parâmetros utilizados pelo rapaz.

Propositalmente, Lima Barreto desejou representar a situação de muitas dessas mulheres rejeitadas, casos que ele presenciou. Barbosa, o biógrafo do autor, mencionou o medo que o autor possuía de ver a sua irmã na situação de muitas serviçais

que trabalhavam em propriedades rurais jovens, sozinhas, seduzidas pelo patrão ou por um criado, grávidas, destinadas à desonra. Muitas escondiam a gravidez e desfaziam-se do recém-nascido, atitude esta considerada uma fatalidade. Segundo os estudos de infanticídio na França realizados por Perrot (2013), se essas mulheres fossem denunciadas seriam levadas aos tribunais, onde padeceriam de extrema solidão, pois o pai da criança, segundo o código napoleônico, tinha o direito de desaparecer sem culpabilidade. No começo do século XIX, a situação torna-se ainda mais rigorosa, pois muitas dessas mulheres foram condenadas à morte.

2. RELAÇÕES DE DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS

Inúmeras obras da literatura brasileira retratam as relações de desigualdade entre os gêneros, reforçando ou negando a visão patriarcal de uma pretensa superioridade masculina. Embora pouco simpático a certas manifestações do feminismo, Lima Barreto enfoca muito bem a condição da mulher assujeitada em um sistema opressor no qual os papéis destinados a elas são definidos em função do matrimônio.

A exemplo de outras obras de Lima Barreto, *Clara dos Anjos* traz à tona o preconceito racial, as desigualdades de classes e a condição inferior da mulher, representadas em sua máxima fragilidade, vivendo em uma sociedade tradicionalmente patriarcal, cujos costumes denotavam ainda herança da escravidão. Na referida obra percebemos, dentre outros aspectos, as relações de desigualdade entre os gêneros, em particular no contexto do casamento, e a pretensa superioridade masculina frente à mulher, cuja condição é de dependência e submissão.

Na sociedade patriarcal as relações de poder são determinadas por oposições hierárquicas bem definidas, e ideologicamente marcadas por uma cultura essencialmente discriminatória quanto aos gêneros masculinos e femininos. De um lado, encontra-se o homem dono da propriedade, e, conseqüentemente, da razão e da lei; de outro lado, a mulher, desprovida de bens, em condição apenas objetual frente ao homem. As oposições poderiam ser definidas assim: “subversão/aceitação; inconformismo/resignação; atividade/passividade; transcendência/imanência” (ZOLIN, 2009, p. 219).

Um dos aspectos problemáticos das organizações de gênero do sistema patriarcal reside em uma organização sustentada por relações assimétricas, de modo que o sujeito masculino é sempre definido a partir de uma posição central, de maneira mais positiva e independente do que o feminino (SCHNEIDER, 2000, p. 119). Em *Clara dos Anjos*, isso ocorre na apresentação e caracterização dos

personagens masculinos, os quais, em sua maioria, são identificados pelos seus nomes acrescidos de suas profissões, ou qualidades. Essa estratégia de descrição evidencia a supervalorização do elemento masculino, sugerindo a superioridade deste e, desta forma, promovendo a diferença entre os gêneros. São exemplos dessa diferenciação de gênero a seguinte lista de personagens: O carteiro Joaquim; João Pintor; Seu Nascimento, comerciante, agricultor; Alípio, inteligente e curioso, capaz de invenções e aperfeiçoamentos mecânicos; Leonardo Flores, um “verdadeiro poeta”; Lafões, o guarda das obras públicas (este, em algumas passagens do romance tem seu nome suprimido, sendo apresentado apenas como “o guarda das obras públicas”). Além desses mencionamos o Dr. Praxedes, o qual apresenta um traço relevante, pois a narrativa enfatiza que ele não é formado, mas tem autoridade para carregar o título de doutor, pois possui conhecimentos suficientes para receber tal nomeação (cf. BARRETO, 2011). Mesmo que Praxedes não possua um ofício, é reconhecido por ele mesmo e pela comunidade por tal inteligência:

Chamava-se Praxedes Maria dos Santos; mas gostava de ser tratado por doutor Praxedes. A monstruosidade de sua cabeça o pusera a perder. Por tê-la assim, julgou-se uma inteligência, um grande advogado, e pôs a freqüentar cartórios, servindo de testemunha, quando era preciso, indo comprar estampilhas, etc., etc. (BARRETO, 2011, p. 53).

Comparados aos papéis sociais dos homens, as definições dadas às mulheres dentro desse sistema social ficcional representado na narrativa implica para elas papéis sociais inferiores e descaracterizados. Elas não são apresentadas por possuírem ofício, profissão ou capacidade intelectual, ao contrário, são (des) caracterizadas em função de sua pretensa fragilidade, de sua condição e/ou de sua cor. Vejamos: D. Vicência, “crioula velha”, “empregada” (BARRETO, 2011, p. 69); Clara dos Anjos, “mulata”, “ingênua”, “pobre” (*Ibid.*, p. 150); Engrácia, “sedentária” e “caseira” (*Ibid.* p. 22); D. Etelvina, “magra”, “encarquilhada” (*Ibid.* p. 98) etc. Percebe-se que as “identidades” atribuídas a essas mulheres estão sempre relacionadas às suas características físicas, em geral as mais negativas, e desta maneira evidencia-se a supremacia masculina.

Essa “superioridade” do homem em relação à mulher é bem caracterizada pelo personagem Cassi Jones, que embora seja desqualificado em função de seus atributos morais (vagabundo, malandro, safado etc.), não encontra maiores dificuldades para se aproximar e seduzir as moças que lhe caem nas graças, apoiando-se no fato de que em geral elas são de condição inferior, sobretudo quanto à cor da pele (já que ele é branco) e quanto à situação socioeconômica, como informa o narrador: “Em geral, as moças que ele desonrava eram de humilde condição e de

todas as cores” (BARRETO, 2011, p. 28). Assim, “O seu ideal era Clara, pobre, meiga, simples, modesta, boa dona de casa, econômica que seria, para o pouco que ele poderia vir a ganhar” (*Ibid.* p. 140).

Vê-se que o narrador apresenta com clareza o motivo pelo qual Cassi deseja Clara. Essa escolha não é motivada pelas qualidades da moça, e sim em função das “fragilidades” que carrega, condições essas pelas quais ele poderia exercer domínio e superioridade sobre ela. As qualidades são: (1) meiga, que transparece no sentido de voz dócil, que não se eleva para demonstrar poder ou superioridade; (2) simples, demonstrando a condição de pobre, enquanto ele pertence a uma família bem situada economicamente; (3) modesta, que sugere a ausência de qualquer pretensão de superioridade; e (4) boa dona de casa, para que enfim ela venha assumir o papel de passiva, dependente do marido e capaz de cumprir os mandos do chefe patriarcal.

No período helenístico, a prática do casamento possuía uma noção bastante semelhante a essa aqui apresentada. O casamento era privado, não institucionalizado, e acontecia como numa espécie de negócio entre dois chefes de famílias, no qual a moça que estava sob a tutela do pai era transferida para o futuro esposo. O casamento possuía um objetivo: transmitir o patrimônio aos descendentes numa política de castas, a qual para os superiores funcionava como uma transação política, econômica e dinástica. Para os pobres a função também acabava se tomando econômica, mas de maneira oposta, porque a esposa e os filhos constituiriam na verdade, mão de obra útil para o homem livre e pobre. No entanto, ao longo dos anos esse ato perde o valor puramente econômico e passa a ter valor pessoal, implicando no “compartir da vida, no companheirismo, nos cuidados recíprocos e na benevolência de um para com o outro” (FOUCAULT, 1997, p. 13).

Segundo Foucault (1985, p. 82), embora “o casamento pareça cada vez mais como uma união livremente consentida entre dois parceiros, a desigualdade se atenua sem, contudo desaparecer”. Ou seja, tende a perpetuar-se tomando novas formas e conceitos, passando a ser encarado como um sistema legitimado denominado patriarcalismo, “termo utilizado para designar uma espécie de organização familiar [...], na qual toda instituição social concentra-se na figura de um chefe, o patriarca, cuja autoridade era preponderante e incontestável” (ZOLIN, 2009, p. 223). Por sua vez, o comportamento feminino nesse sistema é caracterizado pela expressão mulher-objeto, marcado pelas palavras-chave submissão e resignação. O trecho a seguir ilustra essa condição representada no romance:

De quando em quando, mas sem grandes espaços, Joaquim gritava para a cozinha: – Clara! Engrácia! Café! De lá, respondiam, com algum **amuio** na voz: – Já vai! É que

as duas mulheres, para preparar o café, tinham que retirar de um dos fogareiros de carvão vegetal, uma panela do “ajantarado” que aprontavam, a fim de aquecer o **café reclamado**; e isto lhes atrasava o jantar (BARRETO, 2011, p. 22, grifos nossos).

Sobre o trecho citado, percebe-se que o cenário no qual as personagens femininas são frequentemente apresentadas é o espaço da cozinha, de onde entram e saem constantemente sob o comando da voz masculina que vocifera. Elas obedecem fielmente a esse comando, mesmo que isto custe um sacrifício. Os termos em negrito, amuo e café reclamado, correspondem uma ideia oposta ao que a palavra em seu sentido denotativo apresenta. As palavras conotam a noção de aceitação. Mesmo que não concordem com a situação imposta, são “obrigadas” a executar a tarefa ordenada.

Baseado em situações semelhantes, Bourdieu (2004) denomina de poder simbólico àquele poder que “é exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, pois, como afirma Millet (*apud* ZOLIN, 2009, p. 224), “toda forma de manifestação de poder exige o consentimento por parte do oprimido”. Ou seja, essas mulheres são conscientes de sua condição de inferioridade e permitem tornar-se cúmplice da própria escravidão.

Na obra em questão, Dona Castorina (uma pequena mulata magra, de olhos negros e tristes), é um dos exemplos mais eficazes quanto ao assujeitamento. Além de obedecer ao patriarca ainda obedece com firmeza de ânimo e paciência, e mais do que isso, sofre com o abuso do esposo, no entanto, o honra, e além disso, ele é para ela “o orgulho de sua glória”:

Dona Castorina que o fez entrar. **Estava aventalhada, gasta**, já não pela idade, que não podia ser ainda cinquenta anos, mas pelos trabalhos por que tinha passado com o marido, mais do que com os próprios filhos. [...] Nunca se lhe ouvia um queixume, nunca articulou uma acusação contra Flores. **Sofria todos os desmandos do marido com resignação e longanimidade.** [...] e ela tinha, no fundo d’alma, apesar dos desregramentos do seu marido, um grande **orgulho de sua glória** (BARRETO, 2011, p. 99, grifos nossos).

Como é destacado no trecho anterior, após o casamento seu estado físico torna-se degradante, e esta condição deve-se aos trabalhos que carrega com a família. Interessante é que ela mesma se permite viver em tais condições, sem reclamar nem muito menos tentar mudar a situação; é completamente resignada ao seu papel de escrava do lar. O mesmo acontece com Engrácia, cuja mãe, escrava, veio para a cidade juntamente com outros escravos libertos e viviam sob a tutela do senhor Teles de Carvalho mesmo depois da abolição. A mãe de Engrácia morreu quando ela tinha apenas sete anos de idade, como dito anteriormente e foi criada por uma

“preta velha”, também escrava. Daí Engrácia foi criada com muito mimo como os outros filhos de escravos, filhos dos senhores de terra. “Recebeu boa instrução, para a sua **condição e sexo**; mas, logo que se casou – como em geral acontece com as nossas moças –, **tratou de esquecer o que tinha estudado**” (BARRETO, p. 63, grifo nosso). Ela recebe boas instruções, no entanto, esse conhecimento é anulado devido às limitações estabelecidas à mulher que em seu contexto, não possuía direitos, inclusive na narrativa, até mesmo o Dr. Praxedes faz questão de mencionar: “[...] a Lei 1.857, de 14 de outubro de 1879, diz que a mulher casada, no regime do casamento, não pode dispor dos seus bens, ter dinheiro em bancos, na Caixa Econômica” [...] (*Ibid.*, p. 54). Engrácia esquece tudo que estuda para se dedicar ao casamento, anulando-se completamente em favor do outro. Sobre esse ponto, o narrador ainda comenta por intermédio do exemplo de Ernestina:

Pobre Ernestina! Era tão alegre, tão tagarela, era moça e bonitinha, na sua fisionomia miúda e na sua tez pardo-clara [...] quando conheceu Ataliba; e hoje? Estava mal calçada, escanzelada, cheia de filhos, a trair sofrimento de toda espécie, sempre mal calçada, quando, nos tempos de solteira, o seu luxo eram sapatos! Quem te viu e quem te vê! (BARRETO, 2011, p. 37).

Nesse trecho o narrador contrapõe a Ernestina do passado com a do presente. Parece não ser a mesma pessoa: antes, possuía boa aparência, demonstrava ser feliz, mostrava-se vaidosa, e após o casamento torna-se feia, sofrida, mal calçada, além de muitos filhos.

Segundo os estudos do feminismo existencialista de Beauvoir (1980), que trata das relações de propriedade como responsáveis pela opressão feminina, “não existe uma essência feminina responsável por sua marginalidade, existe o que a autora chama de situação da mulher” (ZOLIN, 2009, p. 224). Parafrazeando-a, a diferença entre os sexos dá-se pelo fato de a mulher dar à luz. Devido aos cuidados com o bebê e as limitações físicas, a mulher encontra-se impossibilitada de ir à caça, de exercer trabalhos pesados, privando-se de afirmar-se em relação à natureza. É exatamente neste ponto que “a superioridade é efetivada, não ao sexo que dá à luz, mas ao sexo que mata” (BEAUVOIR, 1980 *apud* ZOLIN, 2009, p. 224).

Analisando o trecho que caracteriza Ernestina com base no argumento dessa citação, podemos inferir que o ato de parir, que deveria representar o belo, concorre para a inferioridade e a feiúra. Esses adjetivos devem-se ainda aos sofrimentos que vieram após casar-se com Ataliba, que era antipático, arrogante, fátuo, mas “teve a hombridade de ficar com a mulher, embora, resignadamente ela sofresse toda espécie de privações no horrível subúrbio de D. Clara, enquanto ele andava sempre muito suburbanamente e tivesse vários uniformes de *football*” (BARRETO,

2011, p. 37). Ela, por sua vez, que gostava de luxo e de sapatos, agora não os tinha como antigamente.

Já Engrácia é apresentada como uma mulher extremamente religiosa. Segundo a descrição na narrativa, os indivíduos religiosos utilizam a religião como subterfúgio ou meio de escape diante dos problemas: “pois é próprio do nosso pequeno povo fazer uma extravagante amálgama de religiões e crenças de toda sorte, e socorrer-se desta ou daquela, conforme os tranSES e momentâneas agruras de sua existência” (BARRETO, 2011, p. 21). Daí começa a citar cada uma delas: “Se se trata de afastar atrasos de vida, apela para a feitiçaria; se se trata de curar uma moléstia tenaz renitente, procura o espírita” (*Ibid.*, p. 21). Logo após ser esclarecida a necessidade daquele povo de possuir uma religião, o narrador enfatiza que Engrácia era demasiadamente religiosa: “[...] Dona Engrácia, porém o era em extremo, embora fosse pouco à igreja, devido às obrigações caseiras” (*Ibid.*, p. 21).

A opressão vivida interiormente por ela leva-a em busca de uma religião a fim de encontrar refrigério para as agruras do cotidiano. Fato curioso é que, embora seja bastante religiosa, ela não pode ir à igreja com tanta frequência porque o seu único ofício, dona do lar, submissa ao matrimônio, não dá liberdade para que possa se desobrigar de seus deveres. O narrador enfatiza também que o “esposo”, Joaquim dos Anjos não é adepto de nenhuma religião, “não era animado de grande fervor religioso” (*Ibid.*, p. 21). Essa afirmação pode sugerir uma pretensa superioridade masculina, a autossuficiência do homem, que dispensaria o auxílio de um ente sobrenatural, para se ancorar em uma crença a fim de resolver suas inquietações e problemas.

Por fim, a condição da mulher na obra em questão é de extrema submissão e está relacionada ao sistema patriarcal vigente da época e principalmente das marcas da escravidão, onde as escravas eram submissas aos senhores, sem direito a questionar sua posição e por consequência levaram essas características de resignação para dentro dos lares.

3. TRABALHANDO QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO COM A OBRA CLARA DOS ANJOS

A proposta deste capítulo, além de trazer a discussão sobre as questões raciais e de gênero presentes na obra *Clara dos Anjos*, objetiva ainda propor ideias para trabalhar práticas leitoras na educação básica que possibilitem reflexões sobre a temática da diversidade étnico-racial. Focaremos apenas em uma proposta de atividade, por questões de espaço aqui neste suporte, porém, inúmeras são as ideias

pelas quais podem ser utilizadas para trabalhar as diversidades de maneira efetiva em sala de aula, basta se valer da infinidade de gêneros discursivos existentes, somados a esta temática.

Acreditamos que uma proposta de intervenção de leitura em sala de aula que se realize de modo satisfatório e eficaz necessita estar amparado em estratégias de leituras fundamentadas em teorias, cujo foco seja orientar o aluno a um pensamento, crítico, reflexivo e humanizador.

Em vista disso, escolhemos como estratégia, o círculo literário de Cosson (2017), como método consistente e satisfatório, pois não permite o uso de técnicas ultrapassadas de se trabalhar o texto de maneira isolada e descontextualizada.

A fim de possibilitar aos discentes uma leitura de forma crítica e contextualizada, propomos, trabalhar a obra *Clara dos Anjos*, tanto porque essa obra permite ao leitor pensar o sujeito negro, assim como, ressignificar sobre as práticas discriminatórias da sociedade atual, e além disso, porque entendemos, assim como Cosson, que o letramento literário eficaz exige o contato direto com o livro em sua integralidade.

Para isso, a primeira etapa da oficina consiste em convidar os alunos ao círculo de leitura, em seguida, dividir a turma em grupos; apresentar o autor e a obra; realizar a leitura coletiva do livro, propor que façam anotações por meio de fichas e diários de leitura, bem como debates sobre a obra. Após todas as discussões primárias sobre o livro, preparar um calendário para a apresentação do círculo, seguindo os passos encontrados em Cosson no livro *Círculos de leitura e letramento literário* (2017), no qual ele faz uma alusão à teoria proposta por Harvey Daniels (2002), que sugere a utilização de nove funções constituintes do círculo. São estas: a) Conector; b) Questionador; c) Iluminador de passagem; d) Ilustrador; e) Dicionarista; f) Sintetizador; g) Pesquisador; h) Cenógrafo; e i) Perfilador.

É importante lembrar que cada grupo pode ficar responsável por uma dessas etapas e ao final apresentar para a turma. Outro ponto a se destacar é que a seguir são mencionadas apenas sugestões, com a finalidade de demonstrar que é possível e de que forma é possível trabalhar com a obra *Clara dos Anjos*, utilizando esse método. Essas sugestões devem partir da leitura dos alunos, tendo o professor apenas a função de direcionar o discente.

- a) **Conector** – Liga a obra ou texto lido com a vida, com o momento;
 - Em *Clara dos Anjos* podemos perceber as consequências do preconceito de cor e a herança do trabalho servil, principalmente nas personagens femininas.

Ainda hoje é possível encontrar esse tipo de preconceito com as mulheres negras? De que maneira podemos perceber isso nos discursos atuais?

- É possível discutir com o grupo como o preconceito racial e social se relacionam, se o número de estudantes brancos e negros nas universidades é proporcional etc.
- b) **Questionador** – Prepara perguntas sobre a obra para os colegas, normalmente de cunho analítico como, por que os personagens agem desse jeito? Qual o sentido deste ou daquele acontecimento?
- As perguntas podem estar relacionadas a algumas categorias mencionadas aqui neste trabalho: a virgindade, a maternidade, o sexo e o corpo feminino, ou até mesmo a história da escravidão do Brasil. Assim, será possível o aluno perceber o motivo de as mulheres serem submissas aos maridos, o motivo de Clara dos Anjos viver tão enclausurada em casa pelos pais, o motivo de Cassi Jones gostar de mulheres negras e pobres etc.

Outras sugestões:

- Qual era a postura da mulher perante a sociedade no início do século XX?
 - Qual a importância do casamento para essa mulher?
 - Na sua opinião, houve mudanças em relação ao papel da mulher na sociedade?
 - Quais as possíveis razões e origens das discriminações sofridas pelos negros?
- c) **Iluminador de passagens** – Escolhe uma passagem para explicitar ao grupo, seja porque é bonita, porque é difícil de ser atendida ou porque é essencial para a compreensão do texto;
- Obviamente que cada aluno terá o seu ponto de vista sobre as cenas que julgam mais importantes para a compreensão do texto, porém, o professor pode mediar, levando-os a refletirem sobre as **falas de impacto que acontecem na trama, principalmente as que se referem ao modo como as mulheres se veem e se enxergam na condição em que vivem**. Selecionamos pelo menos duas:
 - “Pensou em morrer, pensou em se matar, mas por fim rogou a nossa Senhora que lhe desse coragem” (BARRETO, 2011, p. 150).

- “Mamãe, mamãe, nós não somos nada nesta vida” (BARRETO, 2011, p. 158).

d) **Ilustrador** – Traz imagens para ilustrar o texto;

- A ideia é que os alunos imprimam imagens da capa do livro, das personagens ou de cenas da história e levem para a turma. Outra opção é caricaturar as mulheres ou as cenas que os alunos julguem ser mais pertinentes à história, uma delas pode ser no momento em que Cassi Jones pula a janela da casa de Clara dos Anjos para deflorá-la ou o momento que o sedutor abandona a pobre moça etc.

e) **Dicionarista** – Escolhe palavras consideradas difíceis ou relevantes para a leitura do texto;

- O livro possui muitas palavras estrangeiras, como por exemplo expressões em latim e em francês como é o caso das palavras, *habitués* (frequentador); *raté* (malogrado); *tout court* (em poucas palavras); *attirail* (indumentária); *scrocs* que significa trapaceiro, inclusive, já incorporada ao nosso português – (escroque), dentre muitos outros.

Dado o período em que o livro foi escrito, é possível encontrarmos diversas palavras que não correspondem ao tempo atual dos alunos, como *vosmecê*, por exemplo, e tantas outras, provavelmente, desconhecidas por eles, como por exemplo:

- Morigerado = de bons costumes;
- Enxovia = prisão;
- Bandós = penteado em que parte do cabelo é arranjado em cada lado da testa.
- Estúrdio = extravagante
- Espórtula = esmola
- Bordelengos = frequentadores de bordel.
- Saloia = rústica.

Essas são apenas algumas das pouquíssimas palavras que podem ser utilizadas pelos alunos nessa etapa da apresentação. O livro é recheado de expressões em desuso ou expressões da época.

f) **Sintetizador** – Sumariza o texto;

- Nesse momento o professor deve orientar o aluno quanto à produção do resumo escrito, que deve ser feito com as palavras do discente, e cabe àquele dar orientações quanto a essa escritura para enfim, relatar o resumo da história aos colegas.

Um das orientações podem ser: realizar a leitura anotando os dados principais; fazer anotações no livro, colocando algumas palavras-chave; escrever uma introdução; detalhar o enredo; descrever os maiores problemas enfrentados pelos personagens; listar os tópicos mais importantes; relatar o desfecho da história e por fim, escrever uma conclusão para o resumo do livro.

g) **Pesquisador** – Busca informações contextuais que são relevantes para o texto;

- O contexto de produção da obra, engloba o Brasil do século XIX e consequentemente os influxos da modernização, o surgimento dos grandes centros industriais, a agitação política e social do País e somado a isso, o fim da abolição da escravatura, sendo esse um dos contextos mais importantes para análise dessa narrativa, pois, um dos desejos do autor, era escrever a história da escravidão negra no Brasil e sua influência para a nossa nacionalidade.

Sabendo desse contexto, o aluno entenderá a razão das escolhas de personagens negros e negras, assim como a vida medíocre pelos quais esses personagens enfrentavam.

h) **Cenógrafo** – Descreve as principais cenas;

- Não é necessária uma leitura crítica ou aprofundada para perceber as cenas marcantes que o autor menciona, em relação à situação renegada das mulheres, como em Bacamarte, por exemplo, exposta à promiscuidade por haver perdido a virgindade. Cenas como os momentos em que Clara reflete sobre a sua situação, são fortemente marcadas na obra. As cenas cujo abandono e a desvalorização da mulher, representadas mais como objeto do que como sujeito e o desespero de viver em condição vergonhosa são bastante impactantes na obra e chocam de fato, o leitor. É muito provável que os alunos percebam cenas como essas, porque a escrita do autor proporciona facilmente esse encontro.

i) **Perfilador** – Traça um perfil das personagens mais interessantes;

- Como sugestão poderíamos falar sobre o perfil das personagens femininas, porém, como já foi bastante discutido ao longo deste trabalho, selecionei os personagens masculinos negros, pois estes também são marcados pelo fracasso e pela vida medíocre. Vejamos o perfil de dois deles:
 - Leonardo Flores, era um poeta que tivera o seu momento de celebridade no Brasil inteiro e cuja influência havia sido grande na geração de poetas que se lhe seguiram, porém não é permitido a este personagem continuar a ter seus momentos de glória, portanto, ele é posto em uma das mais tristes situações. “Não era mais do que a triste ruína de um homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não seguir o fio da mais simples conversa” (BARRETO, 2011, p. 67). Havia publicado mais de dez livros como poeta e ainda assim nunca obtivera dinheiro, diferentemente de seus amigos, que alcançaram sucesso, enquanto ele vivia pobremente com a mulher e os filhos. Sobreviviam de uma mesquinha aposentadoria do governo.
 - Marramaque é marcado pela decadência, afetado pela doença física descrita como “mais um simples contínuo de ministério em que não fazia o serviço respectivo nem outro qualquer, devido ao seu estado de invalidez, de semialeijado e semiparalítico do lado esquerdo [...]” (BARRETO, 2011, p. 22). Era um “infeliz suburbano”, nas palavras de Lima Barreto.

Os personagens masculinos são em sua maioria, infelizes, sem heroísmo, com sucessivas sequências de pequenos fracassos. A começar pela falta de gestos marcantes, sem surpresas e aparentemente insignificantes, esses pobres homens possuem vocação para o fracasso, e se situam nas camadas inferiores da pirâmide social – a pobreza.

Por fim, acreditamos que o docente, após realizar esse percurso do círculo de leitura proposto por Rildo Cosson, obterá um encontro mais significativo e diferenciado com a obra, de modo que o seu olhar para a literatura tornar-se-á mais reflexivo e crítico, por isso é também importante que o professor deixe claro para o aluno, a importância de se trabalhar as funções descritas pelo teórico, pois dessa forma, pensamos que a leitura se tornará mais leve e terá melhor aproveitamento, tendo em vista que todo o livro foi minuciosamente explorado.

Os círculos de leitura proporcionam ainda ao educando outra visão sobre o ato de ler, pois, além de apreciarem o conteúdo literário de forma socializadora, ainda terão outro olhar para as aulas de literatura, muitas vezes monótonas.

É importante ressaltar que ler as obras de Lima Barreto em sala de aula, por si só, já promovem um pensamento crítico aos que o leem porque a sua obra é toda crítica, é toda pensante, denunciativa, pois ele carregava consigo uma concepção de literatura muito peculiar, a concepção de uma literatura pragmática, utilitária, militante, como uma forma de esclarecer aos homens as mazelas da sociedade e a partir daí criar um mundo melhor, mais justo e solidário. A preocupação do autor, sempre foi tornar o mundo melhor e mais justo por meio da literatura, eis a nossa preocupação também, enquanto educadores, por isso, a importância de oferecer um modo de ler a história, diferente das técnicas já cauterizadas pelo comodismo de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos compreender como as questões raciais e de gênero se manifestam na literatura de Lima Barreto e sob que condições e circunstâncias os personagens se apresentam.

O papel das mulheres, conforme vimos, demonstra atitudes de submissão, resignação, vexame público e principalmente abandono, ainda mais quando são pobres e negras como Clara dos Anjos e outras mencionadas ao longo do trabalho. As mulheres são apresentadas dentro do contexto do casamento que funciona mais como uma espécie de “salvação” e rendição para elas, já que muitas não casam por amor, mas por terem sido defloradas. Sendo o casamento a única opção de mudança de vida, almejam o matrimônio, no entanto, quando postas no espaço do lar, tornam-se sujeitas às vontades do marido, tendo que renunciar suas próprias vidas para se submeterem aos serviços domésticos e à completa submissão à casa. Os homens, de maneira oposta são seres produtivos enquanto elas são altamente passivas, sem voz e sem expectativas de vida.

Em se tratando das mulheres negras, estas são representadas em uma situação ainda mais inferior, pois sem instrução atendem os lugares de empregadas, criadas, amas, e outras por serem abandonadas passam a prostituir-se passando a viver na subalternidade. Vivem em situações de pobreza, e, além disso, são alvos prediletos da sedução dos homens, especialmente quando são ainda jovens, pois uma mulher sem instrução, pobre e abandonada não teria outra saída a não ser prostituir-se

para evitar a miséria. Por essa razão recebem extrema vigilância e proteção dos pais, como no caso de Clara dos Anjos que vivia enclausurada.

Dessa feita, entendemos que Lima Barreto não tentou meramente resgatar a história do negro no Brasil, ou fazer com que eles se tornassem sujeitos de sua própria história, mas, valorizou a importância do afrodescendente como sujeitos humanos e reconheceu a contribuição do negro como membros elementares para a formação do caráter nacional brasileiro.

Por essa razão, torna-se pertinente o debate sobre a temática da discriminação étnico-racial e de gênero em sala de aula, com o objetivo de desmistificar este problema ainda presente. Com a estratégia de leitura dos círculos literários de Cosson é possível promover além da criticidade e a reflexão dos alunos, a ressignificação de práticas discriminatórias raciais e de gênero.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. Notas de revisão de Beatriz Resende.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A mulher e os rapazes da história da sexualidade* (extraído da História da Sexualidade) v. 3. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. Tradução de Angela M. S. Corrêa.
- SCHENEIDER, Liane. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, Michel; NEIS, Ignácio Antônio. *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000, p. 119-139.
- VASCONCELLOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

XAVIER, Elódia. *A casa na ficção de autoria feminina*. Florianópolis: Mulheres, 2012.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3ª ed. (Revista e ampliada). Maringá: Eduern, 2009, p. 217-242.

LIMA BARRETO: ROMPENDO BARREIRAS RELATO DE PROJETO DIDÁTICO

Márcia A. G. Molina (UFMA)

*Não é só a morte que iguala a gente.
O crime, a doença e a loucura também acabam
com as diferenças que a gente inventa.
(Lima Barreto)*

INTRODUÇÃO

Os objetivos deste trabalho são, primeiramente, o de divulgar um projeto didático interdisciplinar muito bem sucedido realizado com o terceiro ano do Ensino Médio numa escola da rede estadual de São Paulo, pelos professores de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e História, tendo como objeto de estudo o conto: *Três gênios de secretaria*, de Lima Barreto e, em segundo lugar, a partir da análise realizada, mostrar aos alunos a genialidade de seu autor que teve, no início do século, de conviver com o preconceito e até o menosprezo da sociedade. O aporte teórico que norteia os estudos é constituído por autores de teoria literária e literatura, como Massaud Moisés (1997), de gênero, como Bakhtin (2003) e de História, como Fausto (2013), dentre outros. Tratou-se, como já falado, de um

trabalho interdisciplinar envolvendo História, Literatura e Língua Portuguesa, compreendendo com Fazenda (2008, p. 14) que

A Interdisciplinaridade [...] pretende um diálogo entre pares, capazes de compreender a mensagem das diferentes línguas nas suas entrelinhas. A Interdisciplinaridade aqui arquitetada busca a troca de ideias locais e sua universalização, nesse sentido pretende não confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas.

Para que o diálogo entre os pares fosse estabelecido, foram feitas reuniões a fim de que se definissem o período, o autor e os conteúdos efetivamente que viriam a ser enfocados. Dado o previsto em Literatura para a série (3^a): Pré-modernismo, fixou-se esse movimento como marco temporal para a organização do planejamento.

Na sequência, a professora de Literatura, norteadada pelo período e na vertente literária programada, dentre os autores dessa fase, estabeleceu como conteúdo Lima Barreto, para mostrar aos alunos que, embora pobre e mulato, tendo sofrido preconceito e descaso pelos seus pares, o literato ultrapassou barreiras sociais e de linguagem, despontando com um dos maiores nomes de nossa literatura. Já o docente de História, alinhando-se ao Pré-modernismo, reforçou a necessidade de focar a Primeira República, período em que viveu e produziu o autor; e a professora de Língua Portuguesa, programou estudar as características do gênero conto, tanto sob a perspectiva da Teoria Literária quanto da Linguística.

Feitas as delimitações e especificações de conteúdo, faltava avaliar, dentre a obra de Lima Barreto, o que bem poderia suprir às expectativas de todos os professores. Depois de uma cuidadosa leitura de grande parte da obra do autor, concordou-se que o conto *Três gênios de secretarias* atenderia satisfatoriamente aos objetivos do Projeto, que se julgou por bem chamar: “Lima Barreto, rompendo barreiras”.

Na sequência, foram determinados os passos a serem seguidos: primeiramente, o professor de História falaria da Primeira República, mostrando na obra o olhar do autor para aquele momento histórico, introduzindo o conto à classe. Logo depois, a professora de Literatura discutiria o Pré-modernismo, esclarecendo suas características e autores, pontuando Lima Barreto, autor de linguagem crítica e despojada, como um dos principais representantes do período, a despeito de todas as barreiras que teve de transpor, inclusive e principalmente, a do preconceito. Mostraria no conto as características apontadas. Ao mesmo tempo, a professora de Língua Portuguesa discutiria com a turma a noção de gênero textual, ancorada em Bakhtin, estudando sua estrutura, estilo e conteúdo, tocando também na questão do gênero, sob a perspectiva literária, exemplificando esse conteúdo por meio do conto.

Assim foi feito e os passos de como o conteúdo foi ministrado serão apresentados na sequência, na ordem: História, Literatura e Língua Portuguesa, começando-se, neste artigo, por um pequeno resumo do conto, para situar o leitor.

1. OS TRÊS GÊNIOS DE SECRETARIA²

Antes que comecemos a tratar do texto, cabe esclarecer uma questão semântica importante: na época, a palavra “gênio”, constante no título, estava estritamente ligada à sua etimologia: do latim *genius*, “talento, dom natural”,³ isso quer dizer que o narrador vai tratar dos três talentos (personagens com seus “dons naturais”) que costumava presenciar nas secretarias.⁴

Assim, o texto, em primeira pessoa, assinado por Brás Cubas, como *Memórias*, datado de 10-04-1919, teria sido recebido pelo narrador, de outra personagem, o Sr. Augusto Machado, e apresenta uma crítica mordaz aos três tipos (gênios) de burocratas que na época⁵ trabalhavam em órgãos públicos: o primeiro, o próprio memorialista: honesto e insípido, repetidor mecânico de suas funções:

Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. Nada houve que fosse surpresa, nem tive o mínimo acanhamento. [...]

[...] Com familiaridade e convicção, manuseava os livros – grandes montões de papel espesso e capas de couro, que estavam destinados a durar tanto quanto as pirâmides do Egito. Eu sentia muito menos aquele registro de decretos e portarias e eles pareciam olhar-me respeitosamente e pedir-me sempre a carícia das minhas mãos e a doce violência da minha escrita. Puseram-me também a copiar ofícios e a minha letra tão má e o meu desleixo tão meu, muito papel fizeram-me gastar, sem que isso redundasse em grande perturbação no desenrolar das cousas governamentais (p. 1).

Como ele, há o Sr. Xisto:⁶

[...] O doutor Xisto já é conhecido dos senhores, mas não é dos outros gênios da Secretaria dos Cultos. Xisto é estilo antigo. Entrou honestamente, fazendo um concurso

² O texto na íntegra pode ser lido em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000172.pdf>.

³ Dicionário de etimologia. Nova Fronteira, 1994, p. 383.

⁴ Órgãos públicos.

⁵ Alguns (poucos), temos visto, ainda habitam órgãos públicos, infelizmente.

⁶ Xisto Beldroegas, personagem de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, representa uma figura impiedosa da máquina burocrática do Estado: ridículo, obcecado por leis, totalmente alienado.

decente e sem padrinhos. Apesar da sua pulhice bacharelesca e a sua limitação intelectual, merece respeito pela honestidade que põe em todos os atos de sua vida, mesmo como funcionário. Sai à hora regulamentar e entra à hora regulamentar. não bajula. nem recebe gratificações (p. 3).

O segundo, o fofoqueiro e simpático “charadista”, o homem “que o diretor consulta, que dá informações confidenciais, para o presidente e o ministro promoverem os amanuenses. Este ninguém sabe como entrou para a secretaria; mas logo ganhou a confiança de todos [...]” (p. 2) e que:

[...] de todos se fez amigo e, em pouco, subiu três passos na hierarquia e arranjou quatro gratificações mensais ou extraordinárias. Não é má pessoa, ninguém se pode aborrecer com ele: é uma criação do ofício que só amofina os outros, assim mesmo sem nada estes saberem ao certo, quando se trata de promoções [...]

O terceiro, o pior de todos, o inútil, superficial, metido a literato, parasita da sociedade e produto típico de uma burguesia tola e falsa:

Veio de qualquer parte do Brasil, da Bahia ou de Santa Catarina, estudou no Rio qualquer cousa; mas não veio estudar, veio arranjar um emprego seguro que o levasse maciamente para o fundo da terra, donde deveria ter saído em planta, em animal e, se fosse possível, em mineral qualquer. É inútil, vadio, mau e pedante, ou antes, pernóstico [...]. Gênio doméstico e burocrático, Mata-Borrão, não chegará, apesar da sua maledicência interesseira, a entrar nem no inferno” (p. 3 e 4).

Depois de descrever os três tipos que habitavam os órgãos públicos, finaliza, como que forçado pelo hábito, como se estivesse produzindo um texto oficial: “Pela cópia, conforme.”. E assina: “Brás Cubas, Rio, 10-4-1919.” (p. 4).

Passemos agora para os passos do projeto como ocorreram em classe, com o professor de História dando início a ele, com a contextualização do período.

2. OS TRÊS GÊNIOS DE SECRETARIA E A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

Como se pôde ver pela data do conto, foi ele produzido durante a primeira República, iniciada com a Proclamação da República que, como se sabe, ocorreu em **15 de novembro de 1889**, estendendo-se até 1930. Esse período foi também conhecido como **República da Espada**, pelo fato de que os dois **presidentes** brasileiros (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) tinham sido **militares**. Vale lembrar também que esse momento histórico pode ser dividido em três grandes fases:

- **Fase da consolidação** (1889-1898): marcada pela solidificação das estruturas políticas e econômicas da Primeira República, assinalada por crises na política e na economia;

- **Fase da institucionalização (1898-1921):** período no qual a estrutura política da Primeira República estava devidamente firmada, e momento em que se definiram políticas como a dos governadores e do café com leite; e
- **Fase da crise (1921-1930):** momento em que as estruturas políticas da Primeira República começaram a entrar em crise dada a incorporação de novos personagens na e da política brasileira.

A Primeira República, como um todo, também ficou conhecida como República Oligárquica, dado o predomínio das oligarquias, ou seja, forças políticas que norteavam o seu poder em suas posses, isto é, na terra. Somando-se a isso, outras características marcam a Primeira República, como o mandonismo, o clientelismo e o coronelismo.

No conto de Lima Barreto, assinado como produzido no segundo período da Primeira República, o mandonismo e o clientelismo podem ser observados em algumas de suas passagens, como, por exemplo, quando o memorialista verbaliza a necessidade de “pistolões” para a conquista de promoções: “Pensei até em casar, não só para ter uns bate-bocas com a mulher mas, também, para ficar mais burro, ter preocupações de ‘pistolões’, para ser promovido” (p. 2), ou quando, por exemplo, formula uma ironia, verbalizando o desconhecimento de como o funcionário ingressara no trabalho, levando à hipótese de que o fato ocorrera por algum auxílio extra... “Este ninguém sabe como entrou para a secretaria; mas logo ganhou a confiança de todos, de todos se fez amigo e, em pouco, subiu três passos na hierarquia e arranjou quatro gratificações mensais ou extraordinárias” (p. 3).

Nesse sentido, Cuti (2011) informa que a obra literária limana apresenta uma multiplicidade de abordagens e que favorece ao leitor o preenchimento dos vazios, com interpretações concretas. Essa marca está bastante presente nesse texto de Lima Barreto.

Além dessas, outras características marcaram esse período da Primeira República, como as políticas que sustentavam as estruturas no âmbito político do Brasil: a política dos governadores e a do café com leite. A primeira, também conhecida como política dos estados, foi criada durante o governo Campos Sales, momento em que o funcionamento político brasileiro na Primeira República foi estruturado e por meio do qual estabeleceu-se uma aliança entre executivo e legislativo. Possivelmente, teria sido nessa instância em que o funcionalismo público, infelizmente, começou a ganhar a fama negativa que “alguns” ainda ousam atribuir-lhe...

O cargo público era muitíssimo almejado pela maioria dos jovens da classe média brasileira, para que pudessem ter o que se chamava de “vida sossegada”: salários razoáveis, feriados livres e ganhos garantidos. Esse fato fica claramente registrado no conto:

Os dias no emprego do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais, para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República (p. 2).

Outra característica da Primeira República foi a Política do Café com Leite, que ganhou força no Brasil, em especial, em 1913, com a assinatura do “Pacto do Ouro Fino” entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. De acordo com esse pacto, paulistas e mineiros alternavam-se na presidência da República. O nome “café com leite” faz referência ao fato de São Paulo ter sido o maior produtor de café do Brasil, enquanto Minas Gerais, o maior produtor de leite.

Na Primeira República foi dado início ao desenvolvimento industrial, sobretudo no estado de São Paulo, em parte financiado pela prosperidade do negócio cafeeiro. Foi ela finalizada com a eleição presidencial de 1930. Naquela ocasião, o presidente Washington Luís resolveu romper com o Pacto de Ouro Fino e, em vez de lançar um candidato mineiro, optou por Júlio Prestes, candidato paulista, desagradando a oligarquia mineira. Ela, então, aliou-se à gaúcha e aos tenentistas, e juntos lançaram Getúlio Vargas como candidato presidencial, que foi derrotado, mas membros de sua chapa conspiraram contra o governo, dando início à Revolução de 1930 que depôs o presidente eleito e, em novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas foi empossado como presidente, dando início à Era Vargas.

A República, tão idealizada e esperada na ocasião, foi mencionada de forma bastante crítica no texto pelo memorialista: “santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República” (p. 2).

Finalizado esse trabalho com o professor de História, com a introdução do contexto e apresentação do conto, a professora de Literatura deu início aos seus trabalhos, com a introdução da escola literária, do autor e de sua vida e obra, mostrando o sofrimento pelo qual passou em virtude das dificuldades que teve de enfrentar.

2. O PRÉ-MODERNISMO, LIMA BARRETO E OS TRÊS GÊNIOS DE SECRETARIA

2.1 Pré-modernismo

Esse é período literário brasileiro que vai de 1902 até 1922. Muitos autores não o consideram como “Pré”, mas aceita-se essa terminologia, por se entender que se trate, efetivamente, de fase de transição: momento de denúncias e de rompimento com o ufanismo advindo com a República.

Na Europa, o período que antecedeu ao modernismo foi marcado por tensões políticas entre países imperialistas e pelo surgimento dos movimentos de vanguarda. Já no Brasil, a Proclamação da República, o surgimento das favelas e a Guerra de Canudos são alguns fatos históricos que levaram os autores desse período a realizarem críticas sociais, econômicas e políticas em suas obras.

Por ser um período de transição, o pré-modernismo apresenta, de um lado, marcas de algumas das escolas literárias anteriores: realismo, naturalismo, parnasianismo e simbolismo e, de outro, um nacionalismo crítico, sem aquele olhar idealista que pontuou o Romantismo Brasileiro, por exemplo. Sérias críticas ao Sistema eram tecidas e, nisso Lima Barreto era brilhante. Em relação ao funcionalismo público, já que fora funcionário de uma secretaria, testemunha ocular, portanto, das muitas mazelas burocráticas que ocorriam em gabinetes, denunciaria neste conto:

Gênio doméstico e burocrático, Mata-Borrão, não chegará, apesar da sua maledicência interesseira, a entrar nem no inferno. A vida não é unicamente um caminho para o cemitério; é mais alguma cousa e quem a enche assim, nem Belzebu o aceita. Seria desmoralizar o seu império; mas a burocracia quer desses amorfos, pois ela é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência, e os influxos naturais e físicos ao indivíduo. É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza toda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, o triunfo inexplicável de um Mata-Borrão por aí (p. 4).

Autores como Lima Barreto, Graça Aranha e Monteiro Lobato mostraram, em prosa, um Brasil sem retoques, enquanto o poeta Augusto dos Anjos revelava sua descrença na espécie humana:

[...] Na existência social, possuo uma arma
- O metafisicismo de Abidarma -
E trago, sem bramânicas tesouras,
Como um dorso de azêmola passiva,
A solidariedade subjetiva

De todas as espécies sofredoras.

Como um pouco de saliva cotidiana
Mostro meu nojo à Natureza Humana.
A podridão me serve de Evangelho...
Amo o esterco, os resíduos ruins dos quiosques
E o animal inferior que urra nos bosques
É com certeza meu irmão mais velho! [...]
(Monólogo de uma sombra)⁷

Vale pontuar que os autores desse período imprimem em sua obra uma inconformidade com o passado e o desejo romper com o que se chamavam de “Literatura decadente” que vinha sendo produzida.

Importante também notar que grande parte dos autores do Pré-Modernismo, em especial, Lima Barreto, usa linguagem menos rebuscada, mais voltada, intencionalmente para o coloquial, às vezes até bastante despojada. Essa forma de se expressar está presente em grande parte o conto em estudo. Cita-se como exemplo: “Tinha ele uma filha a casar e o ‘auxiliar de gabinete’, logo viu no seu casamento com ela, o mais fácil caminho para arranjar uma *barrigazinha estufadinha* e uma bengala com castão de ouro” (p. 4, grifo nosso).

Como o objetivo do trabalho não era somente apresentar a escola literária, ou questionar sua terminologia, passou-se, na sequência diretamente para o trabalho com o autor escolhido para análise.

2.2 Lima Barreto: o mulato que venceu⁸

O final do século XIX e início do XX, como visto, deu-se início e ocorreu a institucionalização da República, períodos de ambiguidades na e para a constituição do Brasil e do “ser brasileiro”: ao lado da modernidade da República, conviviam os resquícios e atrasos da Monarquia.

Na sociedade rural, dominavam os grandes proprietários, que antes de 1888 eram também, na grande maioria, proprietários de escravos, muitas vezes aliados aos comerciantes urbanos, que sustentavam a política do coronelismo. Já nas

⁷ Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/AUGUSTO_ANJOS/EU/EU_TEXTO.HTML. Acesso em: 19 maio 2021.

⁸ Baseado em Molina (2021): “Lima Barreto e a representação do saber e da educação no início do século: uma proposta de leitura interdisciplinar na e para a sala de aula”. In: ASSIS, et al. *Lima Barreto na sala de aula: Primeiros escritos*. São Paulo: Blucher, 2021.

idades, sobretudo em São Paulo, os “coronéis” eram os donos de indústrias que mandavam e desmandavam em praticamente todos os âmbitos.

Foi um pouco antes desse período conturbado que nasceu Lima Barreto, em 13 de maio de 1881. Mulato, filho de uma escrava liberta e de um tipógrafo. Possivelmente, por isso que se apaixonou pelos livros, desde cedo.

Apesar de dedicado e estudioso, infelizmente, sentiu logo muito jovem o peso do preconceito tanto relativo à cor quanto às questões socioeconômicas.

No seu *Diários íntimos* revelaria:

Porque então essa gente continua a me querer contínuo, por quê?

Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande.

Era de perguntar se o Argolo, vestido assim como eu ando, não seria tomado por contínuo; seria, mas quem o tomasse teria razão, mesmo porque ele é branco.

Quando me julgo – nada valho; quando me comparo, sou grande.

Enorme consolo. (26 de dezembro)

Tornou-se órfão de mãe muito cedo e seu pai enlouqueceu quando era ainda muito jovem, exigindo que abandonasse o curso de engenharia e passasse a trabalhar para assumir as despesas da casa. Apesar disso e tendo herdado dos pais o gosto pela leitura e escritura, iniciou sua atividade como jornalista, sendo colaborador de muitas das principais revistas de sua época: *Brás Cubas*, *Fon-Fon*, *Careta* etc. No entanto, o que o mantinha, economicamente falando, era o emprego como escrevente na Secretaria de Guerra, onde se aposentou em 1918 e onde, possivelmente, se inspirou para escrever este e muitos outros textos.

Fora internado duas vezes no Hospício Nacional, por causa de seu vício pelo álcool e os sofrimentos por que passara durante suas internações aparecem em seu livro *Cemitério dos vivos*:

[...] Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há 6 anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio. Além dessa primeira vez que estive no hospício, fui atingido por crise idêntica, em *Ouro Fino*, e levado para a Santa Casa de lá, em 1916; em 1917, recolheram-me ao Hospital Central do Exército, pela mesma razão; agora, volto ao hospício [...]

Algumas de suas personagens, similarmente a ele, tinham o hábito de beber e, no conto em estudo, uma delas também está presente:

– Quem é aí o doutor Mata-Borrão? O homenzinho voltou-se e respondeu, com algum tremor na voz e esperança nos olhos: – Sou eu, excelência. – O senhor fica. O seu “sogro” já me disse que o senhor precisa muito. É ele assim, no gabinete, entre os poderosos; mas, quando fala a seus iguais, é de uma prosápia de Napoleão, de quem se não conhecesse a Josefina. A todos em que ele vê um concorrente, traiçoeiramente desacredita: é bêbedo, joga, abandona a mulher, não sabe escrever “comissão”, etc. Adquiriu títulos literários, publicando a *Relação dos Padroeiros das Principais Cidades do Brasil*; e sua mulher quando fala nele, não se esquece de dizer: “Como Rui Barbosa, o Chico...” ou “Como Machado de Assis, meu marido só bebe água” (grifo nosso).

Escreveu inúmeros contos e crônicas, mas suas principais obras foram *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em que retrata a vida de um funcionário público, nacionalista fanático, representado pela figura de Policarpo Quaresma; e *Clara dos Anjos*, que também traz à baila questões sociais da época, como o preconceito racial, a obrigação do casamento e o papel das mulheres na sociedade fluminense durante o princípio do século XX. Até o nome da personagem “Clara dos Anjos” é uma ironia, porque é ela descrita como mulata sem viço, pobre e pálida.

Lima Barreto foi bastante rejeitado e acusado pela crítica, em virtude de sua postura irreverente e mordaz à intelectualidade acadêmica da época. Essa sociedade foi desvendada nua e cruamente pelo autor, também no conto em estudo:

Na Secretaria dos Cultos, o seu típico e célebre “auxiliar de gabinete”, arranjou o sogro dos seus sonhos, num antigo professor do seminário, pessoa muito relacionada com padres, frades, sacristãos, irmãs de caridade, doutores em cânones, definidores, fabriqueiros, fornecedores e mais pessoal eclesiástico. O sogro ideal, o antigo professor, ensinava no seminário uma física muito própria aos fins do estabelecimento, mas que havia de horripilar o mais medíocre aluno de qualquer estabelecimento leigo (p. 3 e 4).

No que se refere a questões raciais, muitos consideram Lima Barreto o principal representante daquele momento histórico, pois, como já falado, enfoca com bastante propriedade temas como preconceito e racismo associados à escravidão então extinta no Brasil. Nesse sentido, descreve em várias de suas obras o tratamento diferenciado dado ao negro em relação ao branco, apontando diversas situações discriminatórias dirigidas aos mesmos, como já exemplificado. Nesse sentido, Cuti (2003, p. 92) declara que “a hipocrisia racista no Brasil, sendo muito refinada, dificilmente se expõe. Lima Barreto puxa-lhe o véu ao construir seus personagens humanizados no racismo”.

Como o conto em análise pela turma não aborda tal questão, e para que a classe melhor compreendesse o papel do autor na crítica ao racismo, foi indicada a leitura do texto: “O pecado” que conta, de forma bem-humorada, a história de

uma alma que sobe ao céu e é bem recebida por São Pedro. Ao ler uma “ficha explicativa do ex-vivo”, o Santo acredita que tal seria digna e casta e por isso deveria sentar-se à direita do trono celestial, porém ao final de toda análise de sua vida terrena, descobre-se um detalhe: era negro e então deveria ir para o purgatório.

Os alunos vibraram com o texto e a professora pôde nele apontar com profundidade essa questão para que, a partir daí, a docente de Língua Portuguesa pudesse dar continuidade ao projeto, situando, primeiramente, etimologicamente a palavra conto.

3. O GÊNERO CONTO E TRÊS GÊNIOS DE SECRETARIAS

Etimologicamente a palavra “conto” significa “relato, narração, cálculo, cômputo (XIII)”, passando depois, de acordo com Moisés (1997), a ser utilizada na literatura com o significado de história, narração, historieta, fábula.

A palavra, com o significado de invenção e ficção passou a ser usada pela literatura portuguesa no século XVI, pelo primeiro contista em língua portuguesa: Gonçalo Fernandes Trancoso, autor dos Contos e Histórias de Proveito e Exemplo, publicados em 1575.

Reis e Lopes (1990) mostraram que, com a evolução do conceito de “Literatura” e sobretudo a partir da Era Moderna, passou-se a diferenciar os tipos de gêneros literários e a definição de conto passou a situar-se primordialmente no contexto das relações entre modos e gênero.

Deu sequência ao conteúdo, tratando dos modos lírica, narrativa e drama, ensinado que esses são as categorias historicamente situadas e apreendidas por via empírica, integrando na expressão literária os gêneros: romance, conto, tragédia, canção, etc. A partir daí introduziu a questão do gênero, como se verá na sequência.

3.1 A noção de gênero sob as perspectivas literária e linguística

A noção de gênero não é nova. Pode-se dizer que tenha sido iniciada por Platão há pelo menos vinte e cinco séculos e esteve ligada especialmente aos gêneros literários, firmando-se com Aristóteles, passando na sequência por Horácio e Quintiliano.

Aplicando à literatura, Moisés Massaud (*opus cit*) ensina que o conto pode ser compreendido com um gênero narrativo de caráter linear, centrado num único tema, tempo e espaço reduzido, com pequeno número de personagens. Tem poucas divagações e é de fácil compreensão para os leitores. Coutinho (1984, p. 41), por

sua vez, informa que “o conto é atualmente gênero de grande voga em todas as literaturas”.

As características do conto, apontadas por Moisés (*opus cit*), podem ser claramente observadas no texto em análise: é linear: apresenta ao leitor os três gênios de funcionários públicos, o tempo, pode-se dizer, é simultâneo, ou seja, os três tipos coexistem, e as personagens são reduzidas: o narrador, o “memorialista” e os funcionários públicos. Finalmente, não há divagações, seu ponto de vista é declarado com clareza, favorecendo a compreensão.

Retomando a questão do gênero, Candlin, citado por Bhatia (1977, p. 629), assevera que sua noção é “um conceito que se achou no tempo” e que vem sendo usado de maneira cada vez mais frequente e em número cada vez maior de áreas de investigação. Sociólogos, tradutores, linguistas da computação, entre outros, tornando-se, inclusive, um texto cada vez mais multidisciplinar, buscando, sobretudo, responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas.

Para Bakhtin (2003) é impossível comunicar-se verbalmente sem que seja por algum gênero, da mesma forma que não é possível comunicar-se verbalmente sem que seja por algum texto, chegando à conclusão de que toda a manifestação verbal ocorre apenas por meio de textos realizados em algum gênero, levando-nos a compreendê-los como formas culturais e cognitivas de ação social que ocorrem de modo particular na linguagem. Bakhtin (*opus cit*, p. 301-302) afirma:

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica.

Koch e Elias (2006) ensinam que os indivíduos desenvolvem uma competência metagenérica, a qual lhes oportuniza interagir de forma conveniente, na medida em que se envolvem nas diversas práticas sociais.

Da mesma forma, seguindo Bakhtin (2003, p. 301-302), revela-se a competência metagenérica quando se adapta a fala às formas precisas de gêneros e, ao ouvir o outro, identifica-se de imediato o gênero em que se insere o texto proferido.

Bakhtin (*opus cit*) ensina que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados, identificáveis por sua estrutura composicional, estilo e conteúdo. Trata-se de entidades escolhidas, tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou a intenção do locutor.

Para o autor, há os gêneros primários (por exemplo, os diálogos do dia a dia) e os secundários (complexos, isto é, que estão relacionados à comunicação cultural mais evoluída da sociedade). Fato reforçado por Marcuschi (2008), para quem hoje existem novos gêneros em velhas bases, advindos com o desenvolvimento das tecnologias.

O conto em estudo é do gênero secundário, complexo, relacionado com a comunicação cultural:

O meu amigo Augusto Machado, de quem acabo de publicar uma pequena brochura aliterada — Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá — mandou-me algumas notas herdadas por ele desse seu amigo, que, como se sabe, foi oficial da Secretaria dos Cultos. Coordenadas por mim, sem nada pôr de meu, eu as dou aqui, para a meditação dos leitores (p. 1).

Koch e Elias (2006), por sua vez, ensinam que, muitas vezes, ocorre a intergenericidade, ou intertextualidade intergêneros, ou seja, dá-se a fusão de gêneros diferentes para cumprir um determinado propósito comunicativo. É exatamente o que vemos no conto em estudo. Trata-se de um conto, sob a perspectiva da literatura, como já mencionado, mas revestido de Memória: “Estas minhas memórias que há dias tento começar, são deveras difíceis de executar, pois se imaginarem que a minha secretaria é de pequeno pessoal e pouco nela se passa de notável [...]” (p. 2), e finalizado como um texto oficial: “Pela cópia, conforme.” (p. 4), como habitualmente funcionários assinavam os documentos por eles lavrados. Portanto, tem-se em *Três gênios de secretaria* um conto fundido tanto com Memórias quanto com textos oficiais.

Coutinho (*opus cit*, p. 294) ensina que “as memórias põem maior relevo sobre as pessoas e coisas contemporâneas do autor e os acontecimentos que testemunhou. [...] O autor conta o que viu e viveu intercalando amiúde os seus comentários, irônicos, críticos, mordazes [...]”:

[...] bem avaliarão em que apuros me encontro para dar volume às minhas recordações de velho funcionário. Entretanto, sem recorrer a dificuldade, mas ladeando-a, irei sem preocupar-me com datas nem tampouco me incomodando com a ordem das cousas e fatos, narrando o que me acudir de importante, à proporção de escrevê-las. Ponho-me à obra. Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me Julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. Nada houve que fosse surpresa, nem tive o mínimo acanhamento (p. 2).

Nesse caso, pode-se afirmar que intergenericidade ocorre para cumprir o propósito comunicativo de denunciar os fatos sem muito se comprometer... seu

fim era formular uma crítica a respeito dos funcionários que circulavam pelos departamentos públicos à época e, na pessoa de um outro como testemunha ocular, o relato seria revestido de muito maior veracidade, salvaguardando a figura do autor e do narrador.

Em relação ao gênero conto, sob a perspectiva de Bakhtin (*opus cit*), podemos ver que ele atende à **estrutura**: relato breve (na versão analisada são 4 páginas); poucas personagens: o narrador e os tipos descritos; tempo curto (não foi mencionado, mas pode ser inaugurado a cada leitura e ocorrer num único dia); ao **estilo** da época (Pré-modernismo), já que marcado pelo nacionalismo crítico, facilmente observado já no título do texto: *Os três gênios de secretarias*; e, finalmente, ao **conteúdo**: o relato de um fato do cotidiano: o dia a dia de um departamento público à época.

Já, quanto ao gênero memória, está atendida a **estrutura**: narração em primeira pessoa: “Estas minhas memórias que há dias tento começar, são deveras difíceis de executar” (p. 2); o **estilo**: comentários irônicos, como se pode verificar: “Pensei até em casar, não só para ter uns bate-bocas com a mulher mas, também, para ficar mais burro, ter preocupações de ‘pistolões’, para ser promovido” (p. 2); e o **conteúdo**, como já falado, relato do cotidiano.

Finalmente, o intertexto com o gênero oficial pode ser detectado, na **estrutura** final, com a assinatura como ocorre em textos dessa espécie: “Pela cópia, conforme.” (p. 4), exemplificando-se, portanto, a intergenericidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentarmos as considerações finais, vale lembrar que o Projeto foi desenvolvido com alunos do terceiro ano do Ensino Médio, de uma escola pública de São Paulo, portanto, a densidade do conteúdo e sua seleção foram dimensionadas para o público a que se dirigiu, pelos professores de História, Literatura e Língua Portuguesa, sob o título de “Lima Barreto: rompendo barreiras”.

Como resultado dos trabalhos, importa afirmar que os alunos se viram totalmente envolvidos pelo movimento literário Pré-Modernismo, compreenderam o porquê do “Pré” e mergulharam na figura de Lima Barreto, mulato, pobre, funcionário público. Observaram que, apesar de pouco valorizado no momento de criação de suas obras, foi, paulatinamente, a despeito de sua cor e do preconceito dominante, galgando seu espaço na Literatura Brasileira, já que inovador e rompendo estéticas anteriores, mostrou um texto sem forma fixa, transitando por diferentes gêneros textuais, fugindo, portanto, frequentemente, de normas preestabelecidas.

Muitos alunos, depois do trabalho, relataram que buscaram por outros contos e vieram apresentar suas descobertas em relação à obra desse grande nome, inclusive, no que diz respeito à questão do preconceito, como lhes fora relatado nas aulas.

Quanto ao conteúdo de História: Primeira República, os alunos viram-se mergulhados naquele contexto, tão peculiar da nossa História, de ruptura com a Monarquia, já que o próprio memorialista do texto assevera:

Quando, de manhã, novo ou velho no emprego, a gente se senta na sua mesa oficial, não há novidade de espécie alguma e, já da pena, escreve devagarinho: “Tenho a honra”, etc., etc.; ou, republicaneamente, “Declaro-vos. para os fins convenientes”, etc.. etc. Se há mudança, é pequena e o começo é já bem sabido: “Tenho em vistas”... - ou “Na forma do disposto”... (p. 3, grifo nosso).

A noção do gênero conto, tanto pela perspectiva literária quanto linguística ficou bem solidificada e isso foi revelado no momento de avaliação dos trabalhos, cujos resultados surpreenderam os três professores envolvidos no trabalho: praticamente 80% da sala obteve notas, nas três disciplinas, acima da média.

A noção de intergenericidade foi compreendida também satisfatoriamente, até mesmo porque, posteriormente, foi reforçada com outros exemplos de textos que apontam para esse tipo de enunciado.

A dor do racismo de que foi vítima Lima Barreto ficou reforçada pela leitura de trechos de seu *Diário Íntimo* e intensificada com a leitura indicada do conto “O pecado”.

Fica aqui, portanto, nosso registro, para quem deseje executar um trabalho envolvente, tomando como base um dos maiores expoentes de nossa literatura.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. *Literatura brasileira: tempos, leitores e leituras*. São Paulo: Moderna, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, Lima. “O pecado”. In: *O homem que sabia javanês e outros contos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

BARRETO, Lima. *Os três gênios de secretaria*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000172.pdf>. Acesso em 19 de maio 2021.

BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=5890>. Acesso em: 19 maio 2021.

BARRETO, Lima. *Cemitério dos vivos*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000162.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

BASTOS, ALCMENO. *Poesia brasileira e estilos de época*. 3. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

BHATIA, Vijay K. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 1997.

CÂNDIDO, ANTÔNIO. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes/ Antônio Cândido*. – 3. ed.– São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CUTI. *Lima Barreto*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade na educação*. São Paulo: Cortez, 2008

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MASSAUD, Moisés (1997). *A criação literária*. São Paulo: Cultrix.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. Editora Parábola, 2008.

MOLINA, Márcia A. G. *Lima Barreto e a representação do saber e da educação no início do século: uma proposta de leitura interdisciplinar na e para a sala de aula*. In: ASSIS, et al. *LIMA BARRETO NA SALA DE AULA: Primeiros escritos*. São Paulo: Blucher, 2021

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. *Dicionário da Narratologia*, 2ª ed., 1990:181.

LIMA BARRETO: EM CONEXÕES DE ATOS DE LER E DE REEXISTIR

Eliane Cristina Testa (UFT)

Davi Pereira Gomes (UFT)

Leomar Alves de Sousa (UFT)

“Aquele Quaresma podia estar bem, mas foi meter-se com livros.”

(Barreto, 2011, p. 107)

“É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça.”

(Barreto, 2011, p. 62)

INTRODUÇÃO

Que possibilidades temos no trabalho pedagógico com o texto literário em sala de aula? Com essa pergunta damos início a este texto e arriscamos dizer que elas são múltiplas, profundas e expansivas. Compreendemos leitura em consonância com a noção de leitura subjetiva (JOUVE, 2013) e dos leitores reais (ROUXEL, 2013), em que estão em jogo o retorno e a projeção de si, e a experiência leitora como espaço humano e “real”, cheia de camadas, nas quais leitor(a) e texto se comunicam transitivamente perspectivadas a partir de experiências humanas e

vivas, compartilhadas de valores e de saberes, operadas por soma, em que se prevaleçam um olhar subjetivo sobre o texto.

Dessa maneira, reconhece-se no sujeito um caráter ativo, de autonomia e de posicionamentos identitários, demonstrando que é viável partir dessa noção de leitura subjetiva, que mobiliza funcionamentos e fenômenos de subjetividade de leitura literária na escola pensada, também como, um espaço de letramento literário de construção contínua de “leitores reais” (ROUXEL, 2013). No entanto, não desconsideramos as formas de leituras mais analíticas e tradicionais também, tudo é passível a somar com as leituras subjetivas, que, aliás, é necessário elucidar que essas têm “limites”, não é um vale tudo, sem pé nem cabeça.

Por isso, nos processos de trocas e de interações leitoras, nos compartilhamentos ou no atos de leituras, o leitor e suas singularidades estão no centro da leitura, com suas capacidades de se apropriar do texto, e suas disposições e seus índices de “[...] uma relação viva com o texto e de uma interpretação legítima” (ROUXEL, 2013, p. 197) participativa, ativa e dotada de movimentos de afastamento, e de aproximação, nos quais integram e implicam perspectivas emocionais, éticas, estéticos, psicossociais, culturais etc. Especialmente, em face de apropriações da obra, como assevera Gérard Langlade (2013, p. 37): “[...] como se ela remetesse ao mundo real [...]”, ou frente a sua capacidade de despertar com o engajamento da leitora e do leitor múltiplas percepções de mundo.

Assim, posicionaram-se alunas e alunos da EJA no engajamento das ações mediadoras da leitura da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (1881-1922). Nessa proposta pedagógica de leitura literária participaram, como mediadores de leitura dois professores de Língua Portuguesa e o grupo de leitura “Além da leitura”, um projeto desenvolvido de 2017 a 2018, que envolveu um grupo de acadêmicos do Curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins, do Campus de Araguaína – Unidade Cimba, nutridos pelos afetos que a literatura implica quando se acredita que a literatura é imprescindível à vida e ao homem. Esse projeto foi coordenado pelos professores doutores Eliane Testa e João de Deus Leite.

1. AÇÕES MEDIADORAS: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA ENGAJAR LEITORAS E LEITORES NA ESCOLA

A formação de leitores é uma construção exigente e depende de diferentes ações pedagógicas. Dentre elas, podemos ressaltar a mediação leitora como um caminho possível para se efetivar a construção de alunas(os) leitores. O que

compreendemos como mediação de leitura se pauta no engajamento de agentes leitores para fomentar, de maneira entusiástica, viva, efetiva e convicta o avanço da leitura literária na escola. Por isso, este processo pode contemplar professores, grupos de leitores, bibliotecas e outras/outros agentes de leitura.

Dessa maneira, dentro da perspectiva de fomento à leitura foi que o grupo de leitores “Além da leitura” se dispôs a mobilizar encontros em escolas estaduais na cidade de Araguaína, no estado do Tocantins, com alunas e alunos, para compartilhar experiências de leituras literárias. Quando o grupo “Além da leitura” foi formado em 2017 também assumiu o compromisso e o desafio de formar leitores que não faziam parte efetivamente do grupo. Por isso, o projeto percorreu escolas com o compromisso fundamental de ajudar estudantes a avançarem no ato de ler e também de partilhar procedimentos colaborativos de leitura.

Desse modo, uma das ações de mediação de leitura do grupo “Além da leitura” envolveu a obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto, que em parceria com professores-mediadores da EJA, no Ensino Médio, possibilitaram uma socialização da leitura da obra desencadeando, assim, frutíferos processos comunicativos, ressignificando e ampliando a noção de aluna(o) leitor(a) para cidadãos leitores, uma vez que o ato de ler na escola, sobremaneira também é um ato de (re)existir, um direito à leitura de mundo “[...] como um direito à cidadania” (SANTOS, 2009, p. 38). Além disso, houve uma ampliação das abordagens com discussões de questões de raça e de classe, que estão imbricadas em relações de ética e de política que a obra de Barreto contempla em suas diversas camadas de leitura.

Essa prática de socialização de leitura literária também demanda do professor-mediador, enquanto sujeito-leitor, mesmo mediante às condições de trabalhos educacionais na escola básica, que implicam várias (des)ordens da vida contemporânea e profissional, mas que mesmo diante de tantos percalços, abre-se para viver, como um leitor-ativo, sempre em vias de uma prática leitora contínua e processual. Essas práticas leitoras do professor(a) contribuem nas relações de mediação na sala de aula e potencializam as ações metodológicas, que tendem a se tornar mais sólidas e com maiores chances de efetivar uma mediação dinâmica e exitosa, levando em consideração as suas singulares e vivências/experiências.

A seguir propomos algumas reflexões sobre as muitas vozes que se encontram e transbordam ocupando espaços da sala de aula em redes de interações leitoras. Se pensarmos as vozes também como ocupação de espaços. Lembremos daquilo que conceitua Djamilia Ribeiro (2017), como “lugar de fala”: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala

como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Nessa perspectiva, o professor-mediador de leitura na EJA tem suas práticas pedagógicas pautadas no diálogo e nas interações constantes com os estudantes, que quase sempre são jovens e adultos trabalhadores que perspectivam, por meio dos estudos, alcançarem melhores condições de vida ou uma sobrevivência mais digna no mundo do trabalho. Assim, o professor-mediador de leitura literária constantemente é solicitado a dialogar sobre as leituras propostas e realizadas pelos estudantes, no sentido de auxiliá-los na compreensão das diferentes camadas que envolvem o texto literário. Por isso, o professor-mediador assume importante papel social de interlocutor entre as leituras realizadas por alunas e alunos, e os modos como esses estudantes são capazes de externar suas compreensões de leituras, que implicam, ainda, levar o professor-mediador a desenvolver uma escuta sensível.

Nesse contexto, o lugar de fala assumido pelo professor-mediador não deve ser confundido com uma postura pedagógica controladora de leituras, mas antes, e sobretudo, pautada nas práticas pedagógicas permeadas de constantes diálogos, de modo que caiba a ele sugerir (e não impor aos estudantes) obras e autores, que tematizam, principalmente, contextos alusivos às posições psicossocioculturais da(o)s estudantes da EJA. Sendo assim, quando se valoriza a própria realidade da sala de aula, as/os estudantes são capazes de ressignificar seus papéis sociais a partir das chaves de leituras e ainda de levantarem inúmeras reflexões, que são oportunizadas pelas leituras literárias, a exemplo das discussões suscitadas pela leitura da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto.

No que concerne à proposta metodológica que culminou na leitura da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto, foi adotada a roda de conversa sobre o livro, onde o professor-mediador investiu na contextualização histórico-social ligada à época da produção da obra de Barreto, no Brasil. Além disso, uma boa apresentação da própria obra foi adotada como ponto de estímulo da(o)s estudantes da EJA. Ademais, adotar estratégias pedagógicas que aguçam a curiosidade de alunas e alunos para a leitura do livro, e instigá-la(o)s constantemente com a valorização do mesmo, viabiliza as/os estudantes, consequentemente, a verbalizarem semelhanças e/ou diferenças aos atuais contextos contemporâneos do Brasil, que, como sabemos tem uma complexa estrutura política, que acaba definindo, decisivamente, nas relações raciais, de classe e de gênero na sociedade.

2. AS VOZES, A EJA, A ESCOLA E A REDE DE INTERAÇÃO LEITORA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um segmento que tem por finalidade oportunizar uma educação às pessoas que não tiveram acesso na idade apropriada, ou seja, jovens e adultos que por algum motivo tiveram que deixar a escola para dar seguimento na vida pessoal e profissional. Sendo assim, a EJA é uma modalidade de ensino que adota um currículo diferente dos segmentos considerados regulares, voltado para aulas mais dinâmicas e com engajamento maior, no que diz respeito à alfabetização e letramento dos sujeitos que dela fazem parte.

Desse modo, as vozes que são silenciadas pelas circunstâncias da vida tomam fôlego e se fazem aparecer no segmento EJA, para tentar recuperar o tempo considerado perdido, tendo em vista que são vozes de jovens e de adultos que possuem uma carga de trabalho excessiva e cansativa na maioria dos casos, mas que não medem esforços para conseguir conciliar escola e trabalho, muitos deles trabalham durante o dia e estudam à noite. Essa é uma realidade que caracteriza o perfil da EJA.

Devido às várias situações da vida da(o)s estudantes da EJA, o esforço deles para participar de todas as dinâmicas da sala de aula é maior, e se engajar nesse processo depende da postura e de como a/o professor(a) conduz o conteúdo a ser ministrado, que faz parte do currículo escolar, mas pode ser expandido, complementado sob as demandas da realidade de aluna(o)s, que têm suas histórias tão presentes na escola. Por isso, é necessário se pensar em abordagens mais leves e com didáticas menos cansativas na rotina de um estudante trabalhador, mas sem esquecer que não podemos descartar a formação leitora que vai desencadear um leitor mais autônomo e crítico.

A literatura surge nesses espaços como forma de resistência e de “letramento de reexistência”, como defende Ana Lúcia Silva Souza (2011):

[o]s letramentos de reexistência mostram-se singulares, pois, ao capturarem a complexidade social e histórica que envolve as **práticas cotidianas de uso da linguagem**, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados em que as práticas validadas sociais de uso da língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal (SOUZA, 2011, p. 36, grifo nosso).

Nesse sentido, o “letramento de reexistência” (SOUZA, 2011) ajuda na construção de aluna(o)s críticos e reflexivos, uma vez que atuam no campo da “complexidade social e histórica”, e sempre deslocando e movimentando o uso da linguagem nas práticas sociais. Também contribui em sentido semelhante Rildo

Cosson (2010), quando elabora seu conceito de letramento literário, para quem o compreende como o uso da literatura nas práticas sociais.

Além disso, Cosson (2010) também defende a ideia de que a relação entre ensino/educação e literatura é muito antiga, como salienta o autor “[...] a literatura já era usada como matéria de formação, ensino e aprendizagem em diferentes culturas” (COSSON, 2010, p. 55). Dessa maneira, a literatura desempenha um importante papel na construção da sociedade, isso é inegável, pois ela não tem o papel de ensinar, alfabetizar, mas faz isso ao libertar os sujeitos que dela se apropria, pois ela humaniza (CANDIDO, 2002).

Ainda é Candido (2002) que assevera que a literatura “[...] não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos de o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 2002, p. 85). Fazer (re)viver é uma das expressões fundamentais na EJA, uma vez que a leitura literária nessa perspectiva precisa subjetivar as vozes de aluna(os), fazendo com que esses possam ter uma experiência de serem ouvidos, como aponta Souza (2011) “[...] de forma a considerar as diferentes vozes e identidades que circulam nos espaços educativos”.

Essa experiência de leitura na EJA, em formação contínua, é um modo de valorizar as vozes, que comumente são silenciadas se considerarmos as esferas de poder e os projetos capitalistas/neoliberais que percorrem o mundo, onde muitos têm o acesso à escola negado, e a oferta de trabalho é precarizada. À vista dessa situação, os sujeitos ficam reféns de sistemas políticos perversos e excludentes, preponderando uma dominação de acesso à educação e aos bens culturais, sobretudo, às pessoas menos favorecidas e/ou em situações de vulnerabilidade.

Sendo assim, é papel de uma rede de interação na formação de leitores literários promover trocas sensíveis nos modos de ler e de ouvir, para que haja entradas mais afetivas e reais nas interpretações advindas da(os) jovens e adultos da EJA. Desse ponto de vista, o nosso encontro de vozes e agentes leitores contribuíram para o amadurecimento de seus percursos de leitores. E a mediação do professor é tentar alcançar sempre diferentes meios de tornar as/os estudantes dignos/as de exercerem sua cidadania, como destacam Abreu e Andrade (2011):

[p]ode-se notar quando se ouve alunos da EJA, que procuraram a escola com o sonho de adquirir habilidade de leitura e ter sob essa habilidade, a possibilidade de reclamar por condições mais dignas de vida. Portanto, é perceptível através dessa reivindicação a consciência de que aprender a ler, se não é condição essencial para o direito à cidadania, a leitura literária constitui-se como recurso auxiliar para tal fim. Nesse estágio, nota-se a relação de natureza crítica que se estabelece entre o ensino de literatura e a educação de jovens e adultos (ABREU; ANDRADE, 2011, p. 15).

Dessa maneira, como afirmam os autores, aluna(o)s têm consciência do “poder” da leitura e é daí que veem, em seu bojo, o direito de exercer as suas cidadanias de modos mais dignos. Essas conexões da literatura com a vida, com a sociedade engendram outros meios de experiências e agenciamentos de letramentos. Por isso, na EJA as práticas de leitura são importantes agências de letramento, pois “[...] grande parte da população brasileira aprende a ler na escola e tem acesso às primeiras leituras também nesse contexto” (SILVA; MARTINS, 2010, p. 26). Nesse sentido, a escola ainda é o lugar principal de contato/contágio com a leitura literária.

3. LIMA BARRETO EM CONEXÃO DE VIVÊNCIAS LITERÁRIAS: LER E REEXISTIR

As vivências com o texto de literatura dentro de uma sala de aula são inúmeras e as possibilidades de criar estratégias de mediação leitora também, pois não existe fórmula pronta e acabada para desenvolver didáticas de leituras com o texto literário. Além disso, a presença do livro físico na sala de aula, como foi estabelecido no caso da nossa proposta, também implica outras relações de contato/contágio com a obra literária. Assim, salientamos que dentre as inúmeras relações desse contato físico com o livro existe uma construção de afetos, mesmo que estes sejam mobilizados de modo (in)consciente. Ademais, o objeto livro cria na memória lembranças de tatilidade, de cheiros, de percepções de volume, de tamanho etc., sem falar nas imagens das capas das obras, já que essas podem ficar registradas para sempre em nossas mentes, e, porque não dizer, nos nossos corações.

Nesses encontros plurais de possibilidades leitoras, destacamos a participação dos estudantes-leitores da EJA, da(o)s participantes dos projetos “Além da leitura”, da(os) professores-mediadores de leitura e do objeto livro em sala de aula. Foi desses encontros e afetos que muitas chaves de leituras se deram e a partir da ideia de compartilhamento de leitura “[...] com seus dinâmicos e moventes dispositivos de interação e de integração [...]” (TESTA, 2019, p. 84), que emergem algumas reconfigurações do texto literário, garantindo, assim, nesse processo todo, uma pluralidade de leituras, expressas, principalmente, pelas polifonias das vozes.

Nesse contexto da escola, da sala de aula, com a leitura da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto, a leitura engaja também um jogo amplo e de muitas camadas, em que estão inseridos os atravessamentos dos tempos, as percepções dos leitores e o movente “jogo” dos “leitores reais” (ROUXEL, 2013). Por isso, nesse caminho da leitura literária, vemos que a centralidade está pautada no “leitor real”, e a leitura do leitor real, como jogo de possibilidades, segundo

Eliane Testa (2019, p. 85): “[...] é um modo de reativar as (re)apropriações do texto pelo sujeito leitor em condição ‘real’” (grifo mantido do original).

Dessa maneira, (re)ativar um texto é também propor chaves de leitura, o que gera também ressignificações para o texto. Por isso, nesse campo aberto e sempre inacabado dos atos de ler, aglomeram-se ideias, circulação de pensamentos, de efeitos de sentidos, de zonas profundas e profusas de convergências e de divergências, que amalgamam a circulação de encontros, para engendrar diferentes “formas” de experiências de leitura. Assim, das vozes coletivas ou da comunidade de leitores, destacamos a seguir, quatro chaves de leitura que marcaram a nossa roda de compartilhamento de leitura, a saber: (i) A contemporaneidade da obra que ainda se faz tão marcante na sociedade de hoje (a leitura da obra de Barreto mostra-se ainda muito atual, principalmente por todos os acontecimentos nacionais que vivenciamos nesse período); (ii) A desvalorização da cultura e das riquezas nacionais; (iii) A valorização da cultura estrangeira; e (iv) Temáticas políticas.

Ressaltamos ainda que as quatro chaves de leitura foram fundamentais para avançarmos com as leituras na EJA. Além disso, essas “chaves” encontram-se registradas no blog (clubemalemdaleitura.blogspot.com) e também presentes no livro *Além da leitura: cartografias de leitura e de escrita*, organizado por Testa e Leite (2019). Outrossim, foram selecionados trechos da obra de Barreto, que revelam aquilo que marca as leituras dos sujeitos em situação de compartilhamento. Vejamos, a seguir, as partes que impactaram os leitores:

Quem uma vez esteve diante deste enigma indecifrável da nossa própria natureza, fica amedrontado, sentindo que o gérmen daquilo está depositado em nós e que por qualquer cousa ele nos invade, nos toma, nos esmaga e nos sepulta numa desesperadora compreensão inversa e absurda de nós mesmo, dos outros e do mundo. Cada louco traz em si o seu mundo e para ele não há mais semelhantes: o que foi antes da loucura é outro muito outro do que ele vem a ser após (BARRETO, 2011, p. 72).

Nesse trecho, podemos observar o impacto da natureza humana sobre a leitura da(o)s estudantes. Vemos que o interesse sobre a natureza os conduziu em suas intersubjetividades à escolha do fragmento citado. E pensando na citação, poderíamos realmente trazer a pergunta: O que seria a natureza humana? De acordo com o trecho da obra, seria um enigma. Mas, esse há muito tempo que filósofos, cientistas, poetas e loucos tentam compreender. No entanto, o que nos atravessa são mundos tão complexos que não conseguimos, de fato, fechar qualquer conceito, pois a natureza humana é o que vem antes e depois. Eis a complexidade da existência. E, para sobrevivermos, criamos, na maior parte do tempo, mundos

paralelos. Tudo nos invade com tamanho e força tal, que a loucura, o desespero e o absurdo que nos amedrontam e nos salvam o mundo, os outros, e a nós mesmos:

Não estava ali a terra boa para cultivar e criar? Não exigia ela uma árdua luta diária? Por que não se empregava o esforço que se punha naqueles barulhos de votos, de atas, no trabalho e no fecundá-la, de tirar dela seres, vidas – trabalho igual ao de Deus e dos artistas? Era tolo estar a pensar em governadores e guaribas, quando a nossa vida pede tudo à terra e ela quer carinho, luta, trabalho e amor... (BARRETOS, 2011, p. 95).

No fragmento selecionado, podemos verificar que o personagem Quaresma, com seus ideais de quem luta por uma política que se efetive nos valores do bem-estar humano, se autointitula de “tolo”, pois a luta é exigente e árdua, e na sua visão o que deveria ser valorizado como “trabalho” é o trabalho do artista (como demiurgo) e das coisas da terra, que nos dá o pão a comer. Vemos, assim, a valorização da terra como provedora do sustento do homem:

Para Dona Adelaide, a vida era coisa simples, era viver, isto é, ter uma casa, jantar e almoço, vestuário, tudo modesto, médio. Não tinha ambições, paixões, desejos. Moça, não sonhara com príncipes, belezas, triunfos, nem mesmo um marido (BARRETO, 2011, p. 124).

Verificamos também que no trecho escolhido da obra de Barreto, o que se destaca é a simplicidade e os outros modos de viver no mundo: sem muitos sonhos pautados no acúmulo de bens, na junção de capital. E esse modesto jeito de ser da personagem conseguiu mobilizar nas alunas e alunos leitores um movimento de aproximação da personagem, que despertando neles, um carinho, um afeto e até um reconhecimento social, pois, estamos numa sala da EJA, em que a maior parte da(o)s estudantes são trabalhadores jovens e adultos que tentam encontrar na literatura o entendimento de seus contextos sociais:

Mas, como é que ele tão sereno, tão lúcido, empregara sua vida, gastara o seu tempo, envelhecera atrás de tal quimera? Como é que não viu nitidamente a realidade, não a pressentiu logo e se deixou enganar por um falar ídolo, absorver-se nele, dar-lhe em holocausto toda a sua existência? Foi o seu isolamento, o seu esquecimento de si mesmo; e assim é que ia para a cova, sem deixar traço seu, sem um filho, sem um amor, sem um beijo mais quente, sem nenhum mesmo, e sem sequer uma asneira! (BARRETO, 2011, p. 210).

Já neste último fragmento selecionado, constatamos que o sonho (a quimera), mesmo contra todos os desgastes do tempo e dos desenganos faz uma existência tornar-se outra, mesmo que o “custo” a pagar seja alto, mesmo contra tudo e todos, mesmo que a existência se esvai aos olhos de outrem sem sentido e senso

de “realidade”. Cada pessoa terá a sua luta, a sua lida e o seu “triste fim”, com o aval ou sem o aval dos seus (des)semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo trouxe reflexões sobre como a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto, pode ressignificar o ensino de literatura na EJA. Nossa abordagem enfoca partilhar práticas de leituras adotadas na escola que ajudaram a viabilizar o “letramento de reexistência” (SOUZA, 2011). Esse letramento visto, ainda como prática social vai ao encontro da ideia de que é necessário engendrar estratégias pedagógicas de leitura literária que ajudem no enfrentamento das desigualdades sociais. Além disso, ter levado para sala de aula uma obra de Barreto, é também perspectivar integrar na escola (e fora dela também) questões de raça, de gênero e de classe.

Professores/as e alunos/as da EJA têm vez e voz, todas e todos “existem” e reexistem nos espaços da sala de aula, e a literatura tem que ser sentida, vivida, pensada e vista, como um “direito humano” (CANDIDO, 1989). Por isso, a obra de Barreto, que possibilitou reunir alunas, alunos, professoras e professores, faz fervilhar nossos “direitos humanos”, abre pontes para as diferentes escutas sensíveis, e, ainda, consegue efetivar o letramento de reexistência como uma prática social, ética e política.

Além disso, oferecer aos estudantes da EJA, que são leitores em construção contínua, obras canônicas e não canônicas é mais um modo de fazer com que o papel humanizador da literatura se estabeleça na vida destes jovens e adultos. Ademais, o papel dos mediadores de leitura, que são professores que estão à frente do processo de letramento é de suma importância na escolha das obras.

Também a formação leitora na EJA perpassa por valorizar aquilo que alunas e alunos se dispõem a subjetivar no mundo, considerando as suas criticidades, suas falas, suas autonomias de sujeitos leitores reais, especialmente mediante uma sociedade letrada. À vista disso, na sala de aula é necessário sempre buscar meios de emancipar e de amadurecer a(o)s leitora(e)s, e uma boa estratégia para tal intento, é investir em uma interlocução próxima (ou profunda) entre leitor e obra, como destacam Márcia Cabral da Silva e Milena Ribeiro Martins (2010, p. 25), “[...] o leitor tem a possibilidade de conhecer e compartilhar das diferentes dimensões da experiências humana, dos imaginários de outros povos e de outras épocas, mesmo sem nunca tê-los vivenciado”.

Nessa perspectiva, as vivências com as leituras literárias advêm de experiências humanas e por isso, não podem ser engessadas – temos que considerar toda a complexidade do ato da leitura, considerar, ainda, as muitas camadas que estão presentes num texto de literatura também, e que estas se abrem para muitas leituras e sentidos. Nesse contexto, é sempre importante considerar trazer para sala de aula obras clássicas e contemporâneas, como uma didática de leitura e um modo que professores alcancem expandir as experiências leitoras da(o)s estudantes, sejam eles da EJA ou não.

Olhares e vivências, vozes da EJA, em luta na lida da vida, frente aos desafios de conquistar um estudo formal. A literatura tem que ser acolhimento, motivação, querença, momento de experiência de leitura, engajamento aos letramentos de reexistência, acontecimento etc. Que o livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Barreto, possa ser atualizado a cada leitura, lido com os olhos do tempo do(a) leitor(a), e que consigam realizar as relações, as conexões, os achados para que a obra não envelheça, pois nela sempre haverá as brechas, as rachaduras, as proximidades, as contaminações que levantam as vozes que são postas silenciadas, seja pela vida, ou por tudo que lhes é negado de acesso à cultura, um lugar, uma (re)existência, uma resistência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Elânia Cristina Soares de; ANDRADE, Miguel Wanderley de. *A importância da literatura na EJA*. Intesa (Pombal/PB – Brasil), v. 4, n. 1, jan./dez 2011, p. 13-20. Disponível em: file:///C:/Users/Aparecida/Documents/artigos%20LP2/EJA.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. Textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades, ed. 34, 2002.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COSSON, Rildo. O espaço da literatura na sala de aula. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca (org.). *Literatura: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

JOUBE, Vincent. A leitura como retorno a si: sobre o interesse pedagógico das leituras subjetivas. Trad. Neide Luzia de Rezende. In: ROUXEL, Annie;

LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luiza de. *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

LANGLADE, Gérard. O sujeito leitor, autor da singularidade da obra. Trad. Rita Jover-Faleiros. In: ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luiza de. *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

ROUXEL, Annie. O advento dos leitores reais. Trad. Rita Jover-Faleiros. In: ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luiza de. *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS, Fabiano dos. Agentes de leitura: inclusão social e cidadania cultural. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania M. K. *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Márcia Cabral da; MARTINS, Milena Ribeiro. Experiência de leitura no contexto escolar. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca (org.). *Literatura: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramento de reexistência: poesia, grafite, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

TESTA, Eliane C. Além da leitura: “leitores reais” em condições de compartilhamentos de leituras. In: TESTA, Eliane; LEITE, João de Deus (orgs.). *Além da leitura: cartografias de leitura e de escrita*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

TESTA, Eliane; LEITE, João de Deus (orgs.). *Além da leitura: cartografias de leitura e de escrita*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

A EXCLUSÃO RACIAL E SOCIAL NO ROMANCE CLARA DOS ANJOS E EM QUATRO CRÔNICAS DE LIMA BARRETO

Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça (FEUC)⁹

INTRODUÇÃO

Em um panorama de transformações nacionais, de caráter político, social e econômico – cujos resultados são visíveis, mas também vertiginosos, tanto para se repensar sobre a nação e o país com consequentes modificações, assim como a insistente permanência de mazelas do passado, advindas do período colonial – vários escritores retrataram essa época de transição e de contrastes sociais, dentre eles, Lima Barreto.

Mestiço e de origem humilde, Afonso Henriques de Lima Barreto presenciou, com um olhar clínico e crítico, a acelerada transformação do país e, empiricamente, da cidade do Rio de Janeiro que, ao mesmo tempo em que se modernizava para se tornar uma capital nos moldes europeus, escondia mazelas sociais e preconceitos raciais, denotando uma sociedade desigual e cruel.

No romance *Clara dos Anjos*, Lima Barreto, por meio das personagens Cassi Jones e Clara, pinta um contundente retrato do racismo, em uma sociedade cujos

⁹ Pós-doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Luso-Brasileira de Letras, Cadeira 03, Patronímica de Antônio Correia de Oliveira. Professor das Faculdades Integradas Campo-Grandenses. E-mail: jemagalhaes@yahoo.com.br.

brancos se sentem superiores aos negros e mestiços e, possivelmente, considerando-os até suas propriedades.

Em suas crônicas, mais especificamente em *Uma coisa puxa a outra... II*, *A Biblioteca* e *Continuo...* não discute, propriamente, o racismo, mas a exclusão dos mais pobres em relação à cultura e à educação no país, mesmo com teatros e bibliotecas tão imponentes, que davam ares ao Rio de Janeiro de uma capital do primeiro mundo. Em *Maior* deixa clara sua simpatia pela princesa Isabel e, conseqüentemente, pela Monarquia, como os libertadores dos escravos, de certa forma, fazendo uma alusão indireta à injustiça direcionada aos negros.

Tanto em seus romances, quanto em suas crônicas, Lima Barreto retratou como ninguém, sem subterfúgios, a cidade em que viveu a vida inteira, com seus conceitos, preconceitos e mazelas sociais, em obras com uma linguagem jornalística, inédita em sua época, e muito criticada.

1. O AUTOR POR TRÁS DE SEUS ROMANCES

1.1 Um panorama sobre Lima Barreto e o seu tempo

No período de transição entre o final da Monarquia e os vinte primeiros anos da República no Brasil, inicia-se, conseqüentemente, um processo de visíveis transformações. Em um cenário de aparente ascensão no quadro mundial, a partir da remodelação da cidade Rio de Janeiro, então Distrito Federal, surge a política do bota-abaixo, e a construção da Avenida Central, conhecido processo de higienização e urbanização, de modo que ocorrem alterações no âmbito político e social, principalmente com a abolição dos escravos e a Proclamação da República.

Além dessa remodelação da capital, aparentemente, o país progredia com o acelerado processo de urbanização da cidade São Paulo, no auge da economia cafeeira do Sudeste, mais propriamente no Vale do Paraíba e o promissor ciclo da borracha da Amazônia. Segundo Boris Fausto, “a Amazônia viveu um sonho transitório de riqueza graças à borracha” (FAUSTO, 2018, p. 164).

Por trás de toda essa aparente ascensão nacional, acentuavam-se, ainda mais, os contrastes e as mazelas sociais. Dentro desse verdadeiro quadro da realidade brasileira, várias revoltas populares se intensificaram por todo o país, dentre elas, a Guerra de Canudos, no sertão da Bahia, as Revoltas da Vacina e da Chibata, ambas no Rio de Janeiro, em 1904 e 1910, respectivamente. Segundo Sidney Chalhoub:

O tom acidentalmente irônico de Lima Barreto aponta para traços de continuidade e mesmice no intenso processo de reconstrução radical, de “civilização”, pelo qual

passava a Capital Federal naqueles anos. Mas se a ironia de Lima Barreto se dirigia aos inimigos habituais – burocratas, burgueses, fazendeiros –, a historiografia mais recente tem se preocupado em entender a motivação daqueles com quem o romancista simpatizava: a legião dos descontentes que ganharam as ruas na maior revolta popular da história da cidade até então (CHALHOUB, 2017, p. 113).

Não podemos negar a importância da reformulação e higienização da cidade; é importante destacar que, no início do século XX, a cidade era suja, repleta de lixo, o que fazia com que proliferassem doenças, como a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, sendo necessário às autoridades promover tais mudanças. Por isso, com o objetivo de reurbanizar e sanear a cidade que, o então presidente Rodrigues Alves, nomeou o engenheiro Pereira Passos para prefeito e o médico Oswaldo Cruz para chefiar a Saúde Pública, cujos processos modernizantes sacrificaram as camadas mais pobres, que foram desalojadas de suas moradias. Por isso, a Revolta da Vacina, que tinha como finalidade a luta contra a vacinação compulsória, na verdade era contra os desmandos do governo, tendo em vista que “os movimentos de protesto no Rio de Janeiro tiveram um conteúdo mais popular do que amplamente operário” (FAUSTO, 2018, p. 168).

Entretanto, provavelmente a simpatia de Lima Barreto pela revolta é a forma arbitrária de como esse processo de modernização é executado, demolindo por exemplo, os velhos cortiços para a construção da Avenida Central, sem nenhum projeto habitacional, obrigando seus antigos moradores a migrar para os subúrbios, sem nenhuma infraestrutura.

Devido aos contrastes existentes no âmbito nacional, nesse período, diversos escritores abordaram em suas obras pontos comuns, como a denúncia da realidade brasileira, em um vasto painel nacional, retratando tipos marginalizados, como o sertanejo nordestino, o caipira, o imigrante, o mulato e o suburbano carioca.

É conveniente comentar que, por trás das manifestações artísticas e suas consequentes tendências e estilos, tanto na literatura, quanto nas demais artes, geralmente têm como pano de fundo o contexto social no qual vivem os artistas e intelectuais; sendo assim, seria praticamente impossível que os escritores não relatassem em suas obras as mazelas daquele período.

Dentro dessa perspectiva de transformação e reflexão sobre a realidade brasileira, Lima Barreto é um dos que aborda em sua literatura personagens excluídas, dando voz ao mestiço e aos moradores do subúrbio carioca, retratando o cotidiano e as misérias de seus habitantes.

Muito se debate sobre a importância de Lima Barreto nos cânones da Literatura Brasileira. É fundamental ressaltar que o escritor não teve o merecido

reconhecimento por parte de seus contemporâneos, sendo, inclusive, considerado por eles como um autor sem um estilo de escrita definida.

Existem infinitas críticas acerca da obra de Lima Barreto sob a alegação de uma estilística deficitária que, provavelmente advenha de sua linguagem jornalística, utilizada em sua prosa, recurso esse muito usado pelos diversos escritores da nossa atualidade.

Percebemos tal característica informativa e documental em grande parte de sua obra, nos romances e, principalmente, nas crônicas, nas quais, em um trabalho de verdadeiro *flaneur*, mostra-se um observador da cidade e de sua sociedade, apresentando suas belezas, seus problemas e suas experiências pessoais acerca da exclusão social e do preconceito racial. Segundo Lúcia Miguel-Pereira:

Ao lado de seu valor como ficção – o mais importante – os livros de Lima Barreto possuem o de serem crônicas da vida do Rio. Conhecia profundamente a sua cidade, cuja paisagem lhe forneceu, espalhadas por toda a obra, páginas descritivas de sóbria beleza (MIGUEL-PEREIRA, 1957, p. 314).

Lima Barreto, em sua prosa, apresenta uma enorme afinidade e conhecimento acerca do cotidiano da cidade em que vivia, sendo assim, conforme podemos observar, nessa afirmação, em seus romances também vivenciava o cronista; provavelmente, por isso que suas crônicas, publicadas na Gazeta da Tarde, Correio da Noite, entre outros periódicos, sejam tão emblemáticos e nos façam visualizar, de forma tão nítida, o Rio de Janeiro de seu tempo.

1.2 Clara dos Anjos: personificação do preconceito racial

Aos dezesseis anos, mais precisamente em 1897, Lima Barreto ingressa no curso de engenharia civil, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Devido à sua convivência com jovens oriundos de famílias abastadas o jovem Afonso Henriques sentiu na pele as diferenças sociais entre ele e os colegas e o consequente preconceito racial, como podemos verificar nesta afirmação de Francisco de Assis Barbosa:

Não se acostumava ao “ar” da escola. Tímido mas orgulhoso estava sempre prevenido. E via na maioria dos colegas, quase todos filhos de gente graúda, olhares de desdém. Vestia-se pobremente, ao contrário de muitos, um Guilherme Guinle, um Miguel Calmon Du Pin e Almeida, um Benjamim da Rocha Faria. Estes só faziam ternos no Raunier e ostentavam chapéu-coco, bengala de castão de ouro e polainas brancas (BARBOSA, 1988, p. 76).

Embora muitos desses olhares descritos por parte dos colegas possam ser impressões de Lima Barreto – que na adolescência provocavam-lhe constrangimento

em virtude da cor de sua pele e da classe social a qual pertencia – é incontestável analisarmos a sociedade da época.

Além de se sentir discriminado, interessava-se mais pela Filosofia e pela Literatura do que pelas Ciências Exatas, não concluindo o curso, já deixando claro, ainda na adolescência, sua vocação para a escrita e para as Ciências Humanas, como podemos observar nesta afirmação de Francisco de Assis Barbosa:

Ia pouco às aulas. Era incapaz de se interessar pelas coisas que não amava. Conjugados... Momentos... Teoria do pêndulo... teorema das áreas... Preferia esconder-se na biblioteca devorando Kant, Spencer, Comte, Condillac, Condorcet, Le Bon (Idem, p. 74).

Provavelmente seus colegas da Escola Politécnica, de famílias abastadas, e seus lentes jamais imaginariam que aquele menino mestiço, suburbano e de origem humilde, no futuro, se tornaria um dos maiores escritores brasileiros e seria inserido nos cânones literários nacionais.

Em sua obra percebemos traços biográficos da trajetória de pessoa discriminada que foi. Iniciado em 1904 e concluído somente em 1922, um pouco antes de sua morte, publicado, postumamente, em 1948, o romance *Clara dos Anjos* aborda não só a pobreza dos moradores do subúrbio carioca, como também o preconceito racial. Provavelmente Lima Barreto retrata nas personagens do romance fatos marcantes de sua biografia, no qual sentiu de forma empírica, a discriminação e a exclusão social proporcionada aos suburbanos. Segundo Sérgio Buarque de Holanda sobre a obra de Lima Barreto, “em grande parte, uma confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos de malogros pessoais” (HOLANDA, 1978, p. 132).

Na obra de Lima Barreto, principalmente nesse romance, o escritor tem a finalidade de formalizar uma denúncia não apenas contra o preconceito racial sofrido por negros e mestiços, mas também a miséria e o abandono sofridos pelos desfavorecidos que viviam nos arrabaldes da cidade. Segundo Alfredo Bosi:

A proximidade da composição e do tema está a definir a necessidade de expressão autobiográfica em que penava o jovem Lima Barreto. As humilhações do mulato encarna-as Clara dos Anjos, moça pobre de subúrbio, seduzida e desprezada por um rapaz de extração burguesa (BOSI, 1994, p. 321-322).

Nessa afirmação, percebe-se, claramente, que existe na sua obra uma forte carga de sentimentalismo, fomentada por experiências pessoais por parte do autor. No romance em questão, Lima Barreto transfere para Clara dos Anjos e as demais personagens do romance toda sua gama de ressentimento em relação à discriminação que sofreu.

Nessa obra, também debate o papel exercido pela mulher no Rio de Janeiro do início do século XX: a jovem mestiça Clara dos Anjos, moradora do subúrbio carioca, que, apesar de uma família modesta, recebeu todo o carinho e uma boa formação.

A vida de Clara começa a ruir quando, na comemoração de seu aniversário, o sedutor Cassi Jones é convidado para tocar violão em sua festa. Malandro e violeiro, inicia um intenso processo de sedução, cujo objetivo é que Clara se entregue a ele, a todo custo. Logo no início do romance, o narrador faz uma descrição do perfil de Cassi Jones, conforme podemos observar neste trecho:

Não usava topete, nem bigode. O calçado era conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão.

Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo, o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas.

Todas essas proezas eram quase sempre seguidas de escândalo, nos jornais, nas delegacias, nas pretorias; mas ele, pela boca dos seus advogados, injuriando as suas vítimas, empregando os mais ignóbeis meios da prova de sua inocência, no ato indiscriminado, conseguia livrar-se do casamento forçado ou de alguns anos na correção.

Quando a polícia ou os responsáveis pelas vítimas, pais, irmãos, tutores, punham-se em campo para processá-lo convenientemente, ele corria à mãe, Dona Salustiana, chorando e jurando a sua inocência, asseverando que a tal fulana - qualquer das vítimas - já estava perdida, por esse ou por aquele; que fora uma cilada que lhe armaram, para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família, etc., etc.

Em geral, as moças que ele desonrava eram de humilde condição e de todas as cores. Não escolhia. A questão é que não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações maternas.

A mãe recebia-lhe a confissão, mas não acreditava; entretanto, como tinha as suas presunções fidalgas, repugnava-lhe ver o filho casado com uma pobre mulata costureira, ou com uma criada preta ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta.

Graças a esses seus preconceitos de fidalguia e alta estirpe, não trepidava em ir empenhar-se com o marido, a fim de livrar o filho da cadeia ou do casamento pela polícia (BARRETO, 2002, p. 23-24).

A fama de Cassi Jones era conhecida pelos jornais e pela polícia e, como se percebe, suas vítimas geralmente eram moças ingênuas, oriundas de famílias humildes e mestiças. O autor parece ter a intenção de expor a vulnerabilidade a que essas jovens estavam sujeitas, em uma sociedade machista e preconceituosa, na qual eram vistas como objetos de prazer. Podemos afirmar que Cassi Jones é a personificação desse contexto social machista, preconceituoso e opressor,

ratificado por Salustiana, sua mãe, que encobre as seduções e defloramentos do filho, exalando desprezo e soberba, e que não aceitaria que Cassi Jones se juntasse com uma mestiça.

Devido à ingenuidade de Clara dos Anjos, Cassi Jones não encontra dificuldade em se aproximar da moça e, conseqüentemente, em seduzi-la, que completamente iludida e apaixonada, acaba cedendo aos desejos e caprichos de seu algoz e acaba engravidando.

Até então, a moça não havia percebido, nem vivenciado o preconceito racial, existente no seio daquela sociedade, não tinha a menor experiência de vida. Descobre da pior forma a mentalidade excludente quando é humilhada por dona Salustiana, ao procurar Cassi Jones em sua casa para reparar seu erro.

Observemos este trecho do romance no qual ocorre o encontro entre Clara e Salustiana:

A mãe de Cassi, depois de ouvi-la, pensou um pouco e disse com ar um tanto irônico:

– Que é que a senhora quer que eu faça?

Até ali, Clara não dissera palavra; e Dona Salustiana, mesmo antes de saber que aquela moça era mais uma vítima da libidinagem do filho, quase não a olhava; e, se o fazia, era com evidente desdém. A moça foi notando isso e encheu-se de raiva, de rancor por aquela humilhação por que passava, além de tudo que sofria e havia ainda de sofrer.

Ao ouvir a pergunta de Dona Salustiana, não se pôde conter e respondeu como fora de si:

– Que se case comigo.

Dona Salustiana ficou lívida; a intervenção da mulatinha a exasperou. Olhou-a cheia de malvadez e indignação, demorando o olhar propositadamente. Por fim, expectorou:

– Que é que você diz, sua negra?

[...]

A velha continuou:

– Casado com gente dessa laia... Qual!... Que diria meu avô, Lord Jones, que foi cônsul da Inglaterra em Santa Catarina – que diria ele, se visse tal vergonha? Qual!

Parou um pouco de falar; e, após instantes, aduziu:

– Engraçado, essas sujeitas! Queixam-se de que abusaram delas... É sempre a mesma cantiga... Por acaso, meu filho as amarra, as amordaça, as ameaça com faca e revólver? Não. A culpa é delas, só delas... (Idem, p. 131).

Percebemos, na fala de Salustiana, uma defesa incondicional em relação aos atos lascivos do filho, como se Clara e as demais moças, seduzidas por Cassi Jones, fossem meros objetos de prazer. De fato, as moças não foram forçadas, entretanto devemos considerar a ingenuidade delas no início do século XX.

Ainda no diálogo entre Salustiana e Clara dos Anjos, observa-se a personificação do preconceito vigente, cujos brancos se sentem em uma posição superior aos negros, em um contexto no qual a abolição ainda era muito recente e muitas pessoas ainda cultivavam uma mentalidade escravocrata.

É válido sugerir que *Clara dos Anjos* é o romance de Lima Barreto que melhor descreve o racismo entranhado na sociedade, quando os brancos desprezam e usam os mestiços e negros; e também a exclusão social, vivida no dia a dia pelos moradores do subúrbio, ambos os problemas vividos, de fato, pelo autor.

2. AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E A EXCLUSÃO SOCIAL

2.1 Maio: uma alusão à abolição dos escravos

Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 1881 e, em sua crônica *Maio*, publicada na Gazeta da Tarde, no dia 04 de maio de 1911, quando o autor descreve suas impressões no dia de seu aniversário de sete anos, justamente no dia em que a princesa Isabel assina a Lei Áurea, libertando os escravos. Observemos este trecho da crônica, em questão:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um *sky-scaper*; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo.

Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio.

Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas...

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia (BARRETO, 2017, p. 28-29).

Nessa descrição das recordações do seu aniversário de sete anos, nota-se que muitos detalhes não aparecem, de forma nítida, apenas como *flashes*, típicos da infância remota, enfatizando, apenas, os momentos mais marcantes, como por exemplo, a aparição da princesa Isabel, na janela do Paço Imperial e do homem que não tinha certeza se era José do Patrocínio, conforme podemos verificar nesta afirmação de Francisco de Assis Barbosa, em sua biografia de Lima Barreto:

Aos sete anos, Afonso assistiu com o pai aos festejos da Abolição. A Princesa Isabel assinara a Lei Áurea no dia do seu aniversário. João Henriques levou o filho ao Largo do Paço e à missa no Campo de São Cristóvão, para testemunhar o grande acontecimento. O menino ficou deslumbrado. Mais tarde, reconstituiu todas aquelas impressões que lhe ficaram, confusas e desordenadas, numa página de memória, que vale por um precioso testemunho (BARBOSA, 1988, p. 76).

Verificamos, nesse trecho, que o menino Afonso tem em sua memória fatos vagos e marcantes. Algo que muito o impressionou, reportando-o, na missa do Campo de São Cristóvão ao quadro *A primeira missa*, de Vítor Meireles, como se, em sua concepção infantil, o Brasil estivesse renascendo e sendo redescoberto em uma sociedade mais justa.

É conveniente ressaltar que Lima Barreto, que era criança nos últimos anos em que existiu a escravidão, não conheceu nenhum cativo pessoalmente. Para ele, que ainda não tivesse sentido na pele o preconceito racial, provavelmente era como não existissem, talvez fossem escassos na cidade do Rio de Janeiro, “onde já os escravos rareavam, faltava-lhe o conhecimento direto da vexatória instituição” (BARRETO, 2017, p. 29).

Apesar de não ter convivido pessoalmente com escravos, Lima Barreto sentiu, de forma empírica, as consequências de uma política escravocrata que, mesmo acabando oficialmente, a mentalidade senhorial permaneceu durante décadas, e proporcionou preconceito e exclusão social, temas muito abordados em sua obra, principalmente, no romance *Clara dos Anjos*.

Naquela concepção infantil e, talvez, para o resto de sua vida, mostrou-se mais simpático à Monarquia do que à República. Na crônica, em sua descrição da princesa Isabel, afirma que lhe “parecia loura, muito loura, maternal, com um olhar doce e apiedado” (Idem, p. 29).

Francisco de Assis Barbosa ressalta a antipatia que Lima Barreto nutria pela República, nesta afirmação:

Do dia 15 de Novembro, quase nada tem a recordar. [...]

Seria a sua aversão ao regime, ou, mais propriamente, aos homens que o encarnavam, o que tornaria tão pobres as suas recordações da queda da monarquia? É bem possível (BARBOSA, 1988, p. 44).

O escritor, em sua trajetória, deixa pistas do motivo pelo qual simpatizava com a Monarquia, simplesmente pelo fato de, apesar da maior parte de sua vigência, conviverem com as mazelas da escravidão, os monarcas respeitavam mais os costumes e as tradições populares. Em uma alucinada tentativa de civilizar o país, em especial, a cidade do Rio de Janeiro, a República tentou erradicar manifestações

de cunho oriundos do povo. Por exemplo, na crônica *Feiras e Mafuás*, publicada na Gazeta de Notícias, em 28 de julho de 1921, descreve as barraquinhas no Campo de Santana, no meio do ano, dando a impressão de uma tradicional comemoração junina, ainda em sua meninice, extinta pela República.

Verifiquemos este trecho da citada crônica, sobre a feira:

Fui lá várias vezes, em menino; e a lembrança dessa curiosa feira é muito embatida, diluída. Lembro-me bem dos bichos e das barracas de tábuas, metim, sarrafos, iluminadas por toscos e fumarentos lampiões de querosene, que bem se pareciam com aqueles elementares que as cozinheiras chamam “vagabundos”.

Veio a república, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. A república chegou austera e ríspida (BARRETO, 2017, p. 150).

Inicialmente, faz uma breve descrição dos aspectos físicos e do funcionamento da feira, também de forma vaga e imprecisa, devido à sua pouca idade, ainda no século XX. A seguir, responsabiliza a nova forma de governo vigente da extinção de um tradicional evento do Rio de Janeiro. É importante destacar que a República proibiu e perseguiu outras manifestações populares.

Na crônica *Maio*, Lima Barreto não menciona diretamente o preconceito racial, nem as questões étnicas; contudo, sugere, sutilmente, a data de seu aniversário de sete anos como o marco inicial de uma série de reflexões acerca da opressão, muito combatida em sua obra.

2.2 A questão cultural e educacional nas crônicas em *Uma coisa puxa a outra... II, A Biblioteca e Continuo...*

O Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi inaugurado no dia 14 de julho de 1909, na gestão do então prefeito Souza Aguiar, tendo início na administração de Pereira Passos, fazendo parte do projeto de reurbanização da cidade, a partir da abertura da Avenida Central, projetada aos moldes dos *boulevards* franceses. Segundo Nunes de Azevedo:

A visão organicista é aquela que tende a perceber a cidade como um corpus continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes mesmos órgãos em função do funcionamento harmônico do corpo urbano. Nesta perspectiva, a ideia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vista integrada nas suas funções, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentido de existência dos diversos órgãos integrados que o sustentam. Ou seja, em uma intervenção urbanística, nada deveria ter razão de existência se não concorresse para uma função integrativa da cidade (AZEVEDO, 2015, p. 78).

É importante lembrar que, desde o final do século XIX, os ideais da *Belle Époque* haviam se instaurado na cidade do Rio de Janeiro e obrigava o então Distrito Federal a adquirir ares de uma capital de primeiro mundo, em uma intensa preocupação de “maquiar” a cidade, abandonando seus problemas sociais.

A visão organicista da cidade é contemplada com a construção de um majestoso teatro, com a finalidade de reunir toda a elite urbana da época. Em 1903, Pereira Passos ressuscitou um antigo projeto do dramaturgo Artur Azevedo de construir um teatro para ser sede de uma companhia municipal, inspirado na *Comédie Française*. Para tal empreendimento, Pereira Passos abriu um edital para o concurso de um projeto para a construção do Theatro Municipal, cujo resultado foi polêmico: o projeto de seu filho era o contemplado, Francisco de Oliveira Passos, foi o escolhido.

Quase dois anos após sua inauguração, Lima Barreto, em sua crônica, *Uma coisa puxa a outra... II*, publicada na Estação Teatral, no dia vinte e dois de abril de 1911, na qual o autor faz críticas à sua construção, devido à imponência do prédio que intimidava e excluía a grande massa, inculta e iletrada, conforme podemos constatar, logo no início do texto:

O Theatro Municipal! É inviável. A razão é simples: muito grande e luxuoso. Supondo que uma peça do mais acatado dos nossos autores provoque uma enchente, repercute sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc.? Também não.

De antemão, portanto, pode-se afirmar, deixando de apelar para números exatos, que aquilo não é muito prático, é inviável. Bem: há adiantos à educação artística da população em representações para plateias vazias? Isso estimula autores que não são nem pateados nem aplaudidos? Até os próprios atores quando olham as plateias vazias e indiferentes, perderão o passo, o gesto, o entusiasmo, ao declamarem lindas tiradas e tiverem de jogar um teatro vivo (BARRETO, 2017, p. 25).

Segundo Lima Barreto, nesse trecho, o Rio de Janeiro não tem população suficiente, tanto em números de habitantes quanto em nível cultural, para ter um teatro daquele tamanho, de tanta imponência para uma população de maioria iletrada e sem acesso à cultura. População essa, inclusive, sem condições econômicas para trajar as indumentárias exigidas para frequentar o local, deixando evidente “as elites brasileiras viviam uma ficção, europeizando seus costumes e hábitos, separando-se da maciça realidade atrasada da maioria da população do país” (CURY, 2020, p. 46).

Na verdade, Lima Barreto nutre uma forte resistência a esse surto de reurbanização na cidade, decerto não só pelo fato de a grande massa permanecer excluída desse processo de modernização, mas também por ser um projeto da República, sempre hostilizada pelo escritor. Sobre esse aspecto, afirma Alfredo Bosi:

É verdade que se apontaram contradições na ideologia de Lima Barreto: o iconoclasta de tabus detestava algumas formas típicas de modernização que o Rio de Janeiro conheceu nos primeiros decênios do século. [...] Chegava até a confrontar o sistema republicano desfavoravelmente com o regime monárquico no Brasil (BOSI, 1994, p. 317).

Poderíamos associar todo esse descontentamento de Lima Barreto em relação ao progresso, aos seus traços e formação suburbana, certamente, convivendo com um povo desconfiado e conservador; todavia, sua resistência se dá, justamente, pela modernização de fachada, sem um investimento em um projeto de âmbitos educacionais e culturais. A citada crítica fica ainda mais evidente, neste trecho da crônica, quando propõe uma inclusão da população ao ambiente teatral:

Se o governo municipal tivesse sinceramente o desejo de criar o teatro, para ser eficaz, devia seguir outro caminho.

Vamos como. Primeiro: criar na Saúde, na Cidade Nova, no Engenho de Dentro, em Botafogo, pequenos teatros; entregava-os a pequenas empresas, que, mediante módica subvenção, se obrigassem a representar, para a população, local (em Botafogo era só para os criados, empregados, etc.).

[...]

Bem: agora o segundo. Construía a edilidade um pequeno teatro cômodo, mas sem luxo no centro da cidade e entregava-o a uma companhia escolhida que tomasse o peito de representar Dona Júlia Lopes, João Luso, Roberto Gomes, Oscar Lopes, Isto é, a *troupe* de autores verdadeiramente municipal, sem esquecer alguns autores portugueses e tradução de outros de França e alhures. Este teatro receberia subvenção, é claro (BARRETO, 2017, p. 27).

Pode-se sugerir que Lima Barreto não era totalmente contra a construção do Theatro Municipal, mas sim, na forma e no período inapropriados, tendo em vista que a maioria da população não tinha preparo econômico e intelectual para assistir aos espetáculos, proporcionados pelo imponente espaço.

Impressiona como Lima Barreto não é apenas mais alguém que critica, como muitos intelectuais, ainda existentes em nossos dias, sem uma contraproposta. O escritor sugere, em sua crônica, um projeto de inserção da população mais humilde, moradoras dos subúrbios da cidade, de forma lenta e progressiva, para que, naturalmente vá se familiarizando com o teatro e a cultura, de forma geral.

Ainda referindo-se a tal temática – do distanciamento do povo desses imponentes monumentos culturais – em sua crônica *A Biblioteca*, publicada na Gazeta

de Notícias, de 13 de janeiro de 1915, o escritor, assim como no caso de Theatro Municipal, faz críticas à construção da nova sede da Biblioteca Nacional que, assim como o teatro vizinho, tem ar imponente. No citado texto, o autor afirma que “o Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas” (Idem, p. 42).

No ano de 1810, foi determinado que se construísse um prédio para a Biblioteca Nacional, só sendo aberta ao público a partir de 1814. Em 1858, o acervo foi transferido para o prédio onde, atualmente, funciona a Escola de Música da UFRJ, no Passeio. Com o crescimento do acervo, fez-se necessária a construção de uma nova sede, que começou em 1905, sendo concluída e inaugurada em 1910, também fazendo parte da reurbanização da cidade.

Novamente, Lima Barreto é ferino em sua narrativa, criticando a construção de um prédio que, pela soberba de sua arquitetura, intimidava e afastava o grande público, a maioria, sem acesso à leitura ou ao conteúdo existente no acervo, mostrando-se mais simpático ao antigo prédio, “por muito tempo ocupado pela Biblioteca Nacional” (GERSON, 2000, p. 235).

Em uma provável crítica à burocracia das instituições públicas, que se preocupam muito mais com números do que com resultados reais e eficazes – infelizmente, um hábito comum, ainda em nossos dias – Lima Barreto afirma, na crônica, que “a diretoria da Biblioteca Nacional tinha o cuidado de publicar mensalmente a estatística dos leitores que a procuravam” (BARRETO, 2017, p. 42).

É conveniente sugerir que, embora visasse a uma sociedade mais justa e criticasse várias falhas pretéritas que ocasionaram mazelas sociais, era um crítico ferrenho à destruição da antiga cidade para se mascarar toda a problemática existente no contexto social, como se varresse para baixo do tapete. Seu enorme amor pela cidade fez com que se incomodasse com esse pseudoprogresso. De acordo com Lúcia Miguel-Pereira:

Esse amor operaria o milagre de torná-lo tradicionalista. O mesmo homem que afirmava não gostar de passado, no qual via como uma fonte de preconceitos, insurgia-se contra qualquer obra que implicasse na destruição dos velhos edifícios, ligados à história ou ao aspecto do Rio (MIGUEL-PEREIRA, 1957, p. 314).

Nessa afirmação, verificamos um Lima Barreto controverso, ao mesmo tempo tradicionalista e crítico de um passado devido aos seus desmandos e preconceitos, que respingaram em sua época, apesar da falsa sensação de prosperidade da nação. A resistência do escritor em relação à construção de novos prédios é, justamente,

quando expõe seu estranhamento em relação ao novo prédio da Biblioteca Nacional, pois em sua opinião, “a velha biblioteca era melhor, mais acessível e acolhedora, e não tinha a empáfia da atual” (BARRETO, 2017, p. 43).

Possivelmente, toda essa resistência de Lima Barreto não seja pura e simplesmente por causa do “novo”, mas sim, uma severa crítica em relação às construções imponentes e faraônicas, com o objetivo de mostrar ao mundo que o país se preocupava com a cultura, em um contexto que atenderia a uma insignificante minoria.

Toda essa problemática da estrutura educacional do país é debatida pelo escritor na crônica *Continuo...*, publicada no Correio da Noite, do dia 13 de março de 1915, quando ressalta o abandono do ensino no Brasil, desde a Monarquia, cuja República deu continuidade ao seu descaso, como podemos perceber neste trecho:

No que se toca à instrução primária generalizada, coisa que não tenho fé alguma, toda a gente sabe o que tem sido.

No tocante à instrução secundária, limitaram-se os governos a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos eles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nas mesmas exigências tais quais, se fosse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne.

Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito (Idem, p. 47).

Observa-se que faz alusão ao modelo de ensino totalmente obsoleto e elitizado em nosso país, cujo povo não tem acesso; pouquíssimas instituições de ensino, onerosas para os cofres públicos que atendem apenas aos filhos da elite, sistema que Lima Barreto presenciou em sua passagem pela Escola Politécnica.

A escola ainda era elitizada, a República apresentava a proposta de uma de expansão do ensino, com uma escola pública para todos, algo que somente começou a ser popularizado algumas décadas mais tarde e que, assim como no sistema de governo anterior, continuou a ser elitizado, nos primeiros anos da gestão republicana, do final do século XIX ao início do século XX, como podemos concluir nesta afirmação de Rebeca Pancotte Pizza Darius e Fábio Augusto Darius:

No final do século XIX, os republicanos anunciavam que se concretizaria o projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica, cuja função seria a de corrigir as desigualdades sociais. O século XX herdou essa crença do poder da escola. Porém, o sistema educacional ainda não estava alicerçado, e se considerar a voracidade do capitalismo e a desigualdade decorrente deste, é possível perceber que não houve na história tantas pessoas à margem do desenvolvimento e vítimas desse sistema, num período de acelerado desenvolvimento tecnológico, científico, entre outros (DARIUS; DARIUS, 2018, p. 35).

Embora durante o início da República até a década de 1930, a escola pública tenha sido implementada e expandida gradativamente, durante esse período ainda deixava muito a desejar; no ano de 1915, época na qual Lima Barreto escreveu e publicou a crônica, o sistema de ensino era ainda destinado aos privilegiados.

Ainda em *Continuo...*, Lima Barreto faz severas críticas à educação das moças, em que “toda instrução secundária está limitada à Escola Normal, também estabelecimento fechado em que se entra com as maiores dificuldades” (BARRETO, 2017, p. 48). Verifica-se que o escritor destaca a limitação do ensino feminino que, em sua sociedade, só existiam duas opções: ser dona de casa ou professora primária, no último caso, sendo raro que uma moça de origem humilde conseguisse tal proeza.

Notoriamente, Lima Barreto foi um severo crítico das vertiginosas transformações de seu tempo. Muitos podem considerá-lo avesso ao progresso; entretanto, ao lermos sua obra, concluímos que sua maior censura e indignação era o fato de a massa não ter acesso a toda a remodelação da cidade e da sociedade, pois visava à inclusão e ao combate dos preconceitos racial e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lermos a obra de Lima Barreto, constatamos que, dentro de sua narrativa, traça uma precisa e minuciosa radiografia da cidade e da sociedade do seu tempo: seja nos romances, seja nos contos, seja nas crônicas, conseguimos visualizar o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com todos os seus nuances e dilemas.

Em seus romances, principalmente em *Clara dos Anjos*, abordado brevemente neste trabalho, visualizamos um subúrbio híbrido, entre o rural e o urbano, no qual se tem todas as desvantagens de uma cidade grande e nenhuma prerrogativa do campo, cujos habitantes sofriam todas as privações e preconceitos.

Com exceção de *Maio* – que destaca a sua inocência na infância, na qual a Lei Áurea fosse o símbolo da liberdade e de um novo país, em um período em que ainda não havia descoberto o preconceito – suas demais crônicas, aqui abordadas, como um incansável *flaneur*, Lima Barreto desconstrói toda a narrativa civilizatória da *Belle Époque* carioca e sua proposta de modernização, que mascarava toda a miséria e exclusão social que assolava e ainda assola a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. In: *Intellectus*, ano XIV, n. 2, p. 72-87, 2015. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20981/15156>.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- BARRETO, Lima. A Biblioteca. In: *Lima Barreto: cronista do Rio*. Organização de Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- BARRETO, Lima. Continuo. In: *Lima Barreto: cronista do Rio*. Organização de Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- BARRETO, Lima. Feiras e mafuás. In: *Lima Barreto: cronista do Rio*. Organização de Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- BARRETO, Lima. Maio. In: *Lima Barreto: cronista do Rio*. Organização de Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- BARRETO, Lima. Uma coisa puxa a outra... II. In: *Lima Barreto: cronista do Rio*. Organização de Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. O avesso do cartão-postal: João do Rio perambula pela capital da república. In: *Literatura e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 44-53, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/678>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares

e do manifesto dos pioneiros da educação nova. *In: Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-41, jan./jun., 2018

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio* (e da sua liderança na História política do Brasil). Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno de Lima Barreto. *In: Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira – prosa e ficção* (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

APONTAMENTOS SOBRE CRÍTICA E RAÇA NA LITERATURA BRASILEIRA: ANOTAÇÕES A PARTIR DE LIMA BARRETO

Jorge Augusto (IFBA)¹⁰

[...] parece fundamental que os envolvidos nas artes negras contemporâneas participem de uma discussão sobre estética. (bell hooks)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a literatura negra/afro-brasileira/negro-brasileira tem alargado de forma significativa o alcance, a dimensão e o escopo daquilo que se convencionou chamar de literatura brasileira. Condições de possibilidade inéditas permitiram a solidificação do debate e instituição acadêmica de disciplinas e pesquisas que se voltaram à temática da produção textual de pessoas negras.

Devido à escassez histórica desse debate no ambiente acadêmico, sua fundamentação e desenvolvimento têm que dialogar e tencionar a tradição canônica, de

¹⁰ Docente no Instituto Federal Baiano. Coordena os grupos de pesquisa Rasuras/UFBA e PERIFA/IF Baiano, onde desenvolve o projeto de pesquisa Modos de Fazer: aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, no município de Itaberaba/BA.

forma prospectiva, mas também, retrospectiva. São muitas as frentes das quais se ocupam a crítica literária voltada às obras negras: fazer o inventário dos autores e obras negras apagadas pela historiografia tradicional; instituir os termos do debate, critérios de avaliação, valoração que não reproduzam os processos de apagamentos da crítica canônica; produzir categorias teóricas e repertório crítico que dialoguem com as especificidades de obras produzidas a partir do repertório cultural negro; elaborar modos de fazer a pesquisa que sejam menos dependentes dos métodos científicos baseados no eurocentrismo e seu discurso de universalidade e neutralidade; pensar e discutir o ensino da literatura negra e africana na sala de aula e elaborar materiais didáticos que não sejam baseados nos estereótipos que constituíram a aparição negra ao longo da nossa literatura. Enfim, há uma imensa engrenagem funcionando no cerne da crítica negra no Brasil, buscando responder a uma demanda histórica pela capacidade de imaginar uma sociedade que não seja baseada na violência do epistemicídio e do genocídio negro, ou seja, que não se constitua a partir da hierarquia racial.

Nesse sentido acreditamos na relevância de uma dobra no exercício crítico do campo da literatura negra, ou seja, na importância de, ao mesmo tempo que executamos esse imenso trabalho, que certamente atravessará ainda algumas gerações, irmos simultaneamente avaliando seu processo, delineando seus contornos, debatendo uma ou outra questão que nos permita ajustar eventuais equívocos e/ou potencializar os acertos.

A necessidade dessa empreitada é inegável e inegociável à medida que a sociedade brasileira foi fundada a partir do *ethos* da antinegitude, tomada do projeto de modernidade ao qual nos filiamos enquanto nação. Nesse sentido os avanços conquistados nas dimensões políticas, epistêmicas e culturais, estão sempre sob ameaça, já que seguem rodeadas por uma estrutura racial que visa, quando não pode destruir, capitalizar todo ganho dos movimentos sociais da população negra como moeda de troca no mercado neoliberal ou para o campo político partidário, mitigando assim parte importante da força de ruptura dessas ações.

No campo da literatura isso se traduz em integrar e incluir as obras literárias negras em uma genealogia e uma taxonomia tradicionais, que os próprios intelectuais¹¹ e pesquisadores negros têm se encarregado de apontar como defasadas e insuficientes para abordar com aspectos específicos da produção textual negra.

¹¹ Citamos aqui alguns desses pesquisadores e suas obras: Edmilson de Almeida Pereira. *Entre Orfe(x)u e Exunouveau*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2017; Henrique Freitas. *O arco e a Arkhé: ensaios sobre Literatura e Cultura*. SSA. Ogum's Toques Negros, 2016; Leda Maria Martins. *Afrografias da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 1997. Jorge Augusto. *Contemporaneidades Periféricas*. Salvador: Segundo Selo, 2018.

São exemplos desses gestos de contenção: as classificações arbitrárias, o uso controverso de “resistência” como categoria de análise literária, e o biografismo como método de leitura dos textos negros.

Diante disso, nos propomos a investir nesse ensaio como exercício metacrítico, especulando livremente sobre como esses três gestos de leitura que circulam entre os campos da crítica canônica e da crítica negra, quando voltados à análise da literatura afro-brasileira podem funcionar como estratégias de contenção de sua potência de inventícia, fazendo com que propostas estéticas de ruptura ecoem como movimentos de integração ao corpus moribundo da crítica canônica.

Nesse sentido abordaremos os três tópicos, a partir da obra de Lima Barreto, buscando mostrar: como a raça modula sua classificação como pré-modernista; o uso da noção de resistência nas análises de sua obra; e a utilização do biografismo como método de interpretação dela.

1. PRIMEIRO APONTAMENTO: RAÇA, NAÇÃO E PRÉ-MODERNISMO

Nesse tópico buscaremos esboçar como a raça ocupava o cenário literário no momento em que Lima Barreto escrevia suas obras. Em que pese o caráter relativamente conhecido desse debate achamos necessário recapitular, mesmo que rapidamente, seus termos, para contextualizarmos as relações entre o autor e o modernismo. Esboçaremos esse desenho em duas dimensões; na sincrônica e na diacrônica. Na primeira, o autor está submerso no contexto em que as teorias raciais cunhadas no Positivismo agendam o debate do desenvolvimento nacional, atribuindo à raça negra a responsabilidade do atraso civilizatório brasileiro. Assim, Darwinismo social, Evolucionismo histórico e Frenologia, davam as bases científicas, nos campos das humanidades e da biologia, para a negação da plena humanidade negra, legitimando a antinegitude que já alicerçava as relações sociais no Brasil. A hierarquia racial era estabelecida, então, como um dado natural, no qual brancos e europeus gozavam, mesmo no período pós-abolição, de um inegável status de superioridade ontológica diante das populações negras e ameríndias.

Essa racialização das ciências humanas praticamente monopolizava a agenda intelectual brasileira na passagem do século XIX para o XX, operando a biologização da nação, traçando como condição de possibilidade para seu progresso técnico e civilizatório a aniquilação da população negra. É nesse contexto que a elite burguesa/colonial, a essa altura já “proprietária” do Estado, instaura uma

série de dispositivos segregacionistas que se estendem da lei de terras, de 1850,¹² passando pela lei da vadiagem, de 1889,¹³ e chegando à política de branqueamento já em 1890.¹⁴ Portanto, a limpeza étnica enxergada como apagamento simbólico e extermínio físico da população negra era a condição imposta para que o Brasil avançasse enquanto nação, caracterizando indubitavelmente a eugenia como mecanismo de produção civilizatória.

Esse projeto de nação, embora se encontrasse efervescente no início do século XX, no plano diacrônico, já acompanhava o pensamento brasileiro, com suas variações de tom e intensidade, desde o início do Romantismo literário. Podemos traçar rapidamente uma linha de suas variações para compreender como suas diferenças giram em torno do mesmo dispositivo de fabulação do nacional: raça. Em meados do século XIX, com José de Alencar e companhia, a raça norteava o programa nacionalista investindo em um arremedo de mestiçagem que excluía a população negra, concebendo a brasilidade por meio de uma herança ameríndia e portuguesa, como representado na cena final de *Iracema*. Já no final do século XIX, o crescimento urbano nas cidades, após a abolição, contando com grande contingente de negros em busca do trabalho assalariado, contradiz absolutamente a idealização romântica crente ainda numa mestiçagem apaziguadora e na extinção silenciosa da população negra. A presença das escolas politécnicas, das universidades, os primeiros contatos com os projetos de desenvolvimento técnico exigem dos intelectuais da elite brasileira uma explicação atualizada, de como operacionalizar a homogeneização étnica da nação, para que fosse possível sua entrada na modernidade ocidental.

É nesse contexto que o naturalismo relê a questão racial secularizando sua compreensão com base nas teorias científicas já citadas. A ciência moderna de base europeia vem garantir aos povos subalternizados no processo colonial a porta de entrada para a modernidade, estava tudo contabilizado na assimetria racial, tão bem exposta por Aluísio de Azevedo. A mestiçagem passa a ser então o signo do atraso, a mistura racial que emergia em Alencar como mecanismo e signo da emergência civilizatória, passa agora a ser interdita e exposta como

¹² Lei 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, vedando naquele contexto o acesso da população negra à terra.

¹³ Código Penal de 1890 – Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras.

¹⁴ Entre as leis que regulavam a imigração para o Brasil, incentivando a chegada de europeus e proibindo a entrada de africanos e asiáticos, está o Decreto 528, de 1890.

signo do atraso.¹⁵ A nação estaria segura nas mãos da raça branca, naturalmente mais forte e mais preparada biologicamente.

Porém, no plano político essa assertiva da superioridade branca e o ideal de pureza racial ambicionado pela elite brasileira não podiam conviver com a presença negra que também se solidificaria no Brasil sem o processo de mistura racial. A deportação, o definhamento, e o abandono radical da população negra esbarravam em elementos óbvios, como a dependência econômica que o país tinha da produção negra. Era necessário que os intelectuais da elite nacional formassem discursivamente uma maneira de controlar a presença negra e enquadrá-la nas condições de uma existência precária, ou seja, mantê-la no constante terror que é a ameaça contínua da morte. Isso foi conseguido, por meio da “integração” hiperprecarizada da população negra na instauração do capitalismo no Brasil, ou seja, deixando o corpo negro transitar como excesso de mão de obra, que regula para baixo a participação popular na circulação de capital, fazendo do emprego e renda um luxo, para poucos e brancos trabalhadores. Com essa operação, a elite burguesa colonial passava a explicar a desigualdade social não mais pelo, antes, necessário apagamento do negro, mas por sua má colocação no mercado de trabalho.

Essa reorganização do campo social brasileiro encontra no Modernismo de 1922 um núcleo discursivo importante, uma complexa equação é desenhada no pensamento racial brasileiro. A primeira, mais radical e incisiva mudança de paradigma do movimento paulista é a premissa de que a raça não era o vetor explicativo do nosso atraso. Ele ocorria por questões de defasagem tecnológica e cultural, e para superá-los tínhamos que afirmar nossa própria identidade, ou seja, acatar aquilo que nos diferenciava do resto do mundo, a saber: a mestiçagem. É inegável a radicalidade dessa proposição, na medida que ela subverte quase um século de esforço da erudição brasileira em exterminar a presença afro-indígena para afirmar uma nacionalidade de matriz exclusivamente europeia, prometendo justo o oposto, tomar suas presenças na definição do ser brasileiro.

Mas como temos formulado em outros trabalhos,¹⁶ a transformação prometida pelo modernismo paulista trata-se primeiro de uma retomada e ampliação do projeto

¹⁵ Não vamos repisar aqui as teorias raciais do século XIX já tão bem conhecidas da população brasileira que se interessa minimamente por conhecer o contexto de produção do racismo brasileiro. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das letras, 1993.

¹⁶ O modernismo negro: amefricanidade, oralitura e continuum em Lima Barreto (tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Literatura e Crítica da Cultura – UFBA), 2020; Anotações sobre Lima Barreto e o Modernismo de 22. In: *As Margens do texto e as múltiplas perspectivas de leitura*, Salvador. EDUFBA, 2018; *Modernismo e modernidade*

de mestiçagem do primeiro romantismo alencariano, e isso não quer dizer que há uma reprodução daquele. As diferenças são bastante significativas, assim como as similaridades são inegáveis. As diferenças entre os dois projetos nacionais se fundamentam basicamente em duas coisas: a) na ampliação da mestiçagem incluindo nela o grupo étnico negro; b) na transposição da mestiçagem do plano biológico para o cultural. No campo dos diálogos o modernismo reencena um processo de mestiçagem cordial e aposta em uma leitura na qual o elemento branco prevalece, porém, a ênfase dessa superioridade é lançada ao plano cultural.

No projeto modernista a mestiçagem emergia como dispositivo biológico de fundação de uma nova racialidade para o Brasil, que de três retornaria ao um. O que estava em jogo era apresentar uma equação na qual o saldo final fosse a constituição de um povo, etnicamente singular e culturalmente branco. Mas havia um segundo e dramático dado dessa equação: as teorias científicas contemporâneas ao modernismo eram taxativas em afirmar a superioridade da raça branca sobre a negra, e decretavam que em algum tempo, o branqueamento nos possibilitaria a “desejada” semelhança étnica com o europeu.

Assim, a defesa de uma mestiçagem cultural e étnica nesse determinado contexto ganhava desdobramentos dramáticos para a população negra, pois reinvestia as pulsões de homogeneidade da classe dirigente num projeto de apagamento gradual da população negra, o que Abdias Nascimento (2016) veio chamar de “genocídio negro”. Nessa proposta modernista a superioridade da cultura branca-europeia interdita da cena da nacionalidade a imensa contribuição negra para a formulação da nação, reativando o caminho para o apagamento não apenas de parte significativa da história nacional, mas de um grupo social inteiro. Esse apagamento não era efetivado a partir da exclusão deliberada, como no projeto romântico, mas sim de uma inclusão controlada e gradualmente diluída da presença negra. Como acontece na gritante “ausência” negra e de seu repertório cultural na Semana de Arte Moderna de 22, como também de sua presença nos anais ou antecedentes históricos do movimento.

É justamente nesse ponto que Lima Barreto instaura-se como uma rasura indigesta para a tradição literária que se forjava no projeto de modernidade brasileira. Sua presença é um exemplo cabal de integração controlada e diluição da contribuição negra para as letras nacionais, pois, um conjunto de fatos atestam a proximidade de Lima Barreto do modernismo paulista, elenquemos alguns: a declaração de Sergio Miliet de que os jovens paulistas gostavam muito do romance

em Lima Barreto. In: Triste Fim de Policarpo Quaresma. Rio de Janeiro. Antofágica, 2020, entre outros.

Triste fim de policarpo Quaresma, o envio de um número da Revista Klaxon pelos poetas modernistas para Lima Barreto, e os artigos publicados pelo autor carioca sobre a publicação, seguida meses depois de uma resposta, correntemente creditada a Mário de Andrade.

Mas para além desses fatos históricos que comprovam o não desconhecimento do grupo modernista das obras de Lima Barreto, há uma dimensão estética que os aproximou, como assinala Gregory Rabassa, “uma comparação retrospectiva da sua obra [de Lima Barreto] e da finalidade daquele movimento literário poderia justificar a afirmativa de que ele foi o único que preencheu os objetivos do modernismo primeiramente postulados na Semana de Arte Moderna em São Paulo [...]” (RABASSA, 1965, p. 365). Nesse sentido, a ausência de Lima Barreto da historicização do movimento modernista deve ser melhor compreendida. Pois ela não se baseia em critérios estéticos, nem em desencontro histórico, mas se alicerça em uma disparidade absoluta de projeto civilizatório e compromisso ético-político.

A chave para entender essa questão, que será abordada aqui de modo sumário, é compreender a equação racial brasileira pela perspectiva de Lima Barreto. O autor investe sua literatura em prol de um projeto ético-estético que concebe tanto as diferenças raciais quanto culturais, a partir de um prisma não hierarquizado, e sobretudo, no que Muniz Sodré chama de “princípio da troca”. Para ele, as contribuições negras, indígenas e europeias compunham um repertório que deveria ser posto em diálogo, mas esse diálogo não atendia aos pressupostos vigentes e defendidos pelo modernismo, pois não apostavam numa fusão apaziguadora e diluidora das diferenças, nem implicavam superioridade de um registro sobre outro, antes conversariam tensivamente numa perspectiva de “comunicação transcultural” (SODRÉ, 2017). O que está posto nesse projeto de Lima Barreto é uma contundente e assertiva negação da lógica positivista que subsidiava o discurso de inferioridade negra. A negação da hierarquização cultural e étnica era corolário da recusa do lugar dado aos grupos não brancos no projeto de modernidade.

Essa negativa da hierarquização se encontra em diversas passagens dos romances de Lima Barreto, mas sobretudo integra a própria estrutura de sua obra. Tomaremos dois exemplos para ilustrar nosso argumento: quando em “Policarpo Quaresma” Chica, a velha cafusa, retira com um feitiço todos os bichos de sua plantação, o que ele não havia conseguido aplicando as diversas técnicas científicas que dispunha. Ou quando Albernaz, descrente da ciência busca o alívio para o desatino de sua filha com feiticeiros e curandeiros. Esses episódios, entre muitos outros, ilustram de forma decisiva o modo como ciência e saber popular dividem a cena do conhecimento em sua obra.

Um exemplo de outra natureza ocorre em *O cemitério dos Vivos*. Lima Barreto credita a um personagem supostamente privado de sua plena sanidade mental, conforme as determinações da ciência da época, um discurso crítico sobre a racionalidade científica: “Lembrei-me então dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando” (BARRETO, 2004 p. 164). Com esse enredo o autor punha em xeque o próprio fundamento do projeto moderno, que é a supremacia absoluta da racionalidade como paradigma de gestão da vida social.

Essas breves demonstrações visam a basicamente indicar a incompatibilidade entre os projetos modernistas de 22 e o que foi desenvolvido na obra de Lima Barreto – a dimensão racial aparece de maneira oposta entre ambos. Porém, o grupo paulista teve como grande trunfo diante às outras propostas, uma inegável correspondência entre suas propostas estéticas e discursivas e o projeto político que a elite burguesa/colonial tinha para o Brasil: a ênfase na mestiçagem apaziguadora e no progresso técnico, como meios de entrar na modernidade ocidental servia perfeitamente aos propósitos do grupo dirigente que intentava manter intactas as relações de poder na passagem da monarquia para a república. Para isso era fundamental a política de branqueamento embasada na atualização modernista e freiriana da mestiçagem, pois com ela conseguia manter o monopólio político, epistêmico e econômico de duas formas básicas: mantendo e intensificando a divisão racial do trabalho, mesmo no contexto supostamente democrático da república; e manter a presença negra controlada por uma inclusão alegórica na produção simbólica da nação, enquanto o cruzamento racial operava a eugenia, como curso natural da história.

Dessa forma, não apenas Lima Barreto, mas todos os projetos que não se alinharam discursivamente ao modernismo paulista, acabaram por encontrar, por parte da crítica brasileira, formas de contenção às suas propostas. No caso da obra barreteana uma das estratégias mais eficientes para conter o aspecto central de suas formulações foi efetuada por nossa historiografia literária: a classificação e encarceramento do autor na categoria estéril de pré-modernista.

Como em pleno 2021, continuamos circulando nos mais diversos livros didáticos essa classificação para obras como a de Lima Barreto e Augusto dos Anjos, inviabilizando uma abordagem ampla de suas produções éticas e estéticas nos materiais didáticos distribuídos para toda rede de ensino no Brasil. Isso dificulta a compreensão por parte de docentes e discentes dos aspectos tensivos do modernismo brasileiro, além de, é claro, fazer subsumir na cronologia na literatura escolar, a

questão central da literatura brasileira até ali: a raça. Como consequência disso, o debate racial, inerente às práticas cotidianas e históricas do povo brasileiro vai sendo subtraído aqui, ali e acolá, em função de uma abordagem lateral e parcial da obra literária, que além de mitigar sua potência crítica, alija seu alcance histórico. É em oposição a essa abordagem claustrofóbica da obra de Lima Barreto como pré-modernista que fizemos esse primeiro apontamento, buscando mostrar como essa classificação de sua obra, visa sombrear o debate racial que ela traz, e com isso manter em funcionamento um efeito de homogeneidade discursiva no modernismo paulista.

2. SEGUNDO APONTAMENTO: RAÇA, REPÚBLICA E RESISTÊNCIA

A chave analítica da resistência emergiu nas leituras feitas sobre a obra de Lima Barreto com muita força, os aspectos centrais dessas críticas versam sobre as ideias de engajamento, militância e denúncia. De modo geral elas apontam para o valor historiográfico da produção textual do autor, ressaltando como por meio dela, podemos acessar o período republicano, compreender suas relações de poder, e conhecer dados importantes da história brasileira a partir de uma narrativa não hegemônica.

Expor um quadro histórico, porém, não corresponde na obra de Lima Barreto a um desejo cartográfico, mas a inscrição de uma disputa narrativa “[...] é fruto de suas inquietações acerca do que foi negligenciado pela história oficial, mas de outro ponto de vista, do ponto de vista de um negro, um negro que não viveu a escravidão, mas que conhece a história, contada por quem viveu ou esteve muito próxima dela, e sofreu com seus horrores” (SANTANA, 2005, p. 53). Nesse sentido Suely Santana, situava a escrita barreteana como forma de resistência, se configurando, talvez, como “[...] meio de denunciar as tragédias motivadas pelo horror da escravidão e que por muito tempo ficaram subterrâneas” (Idem, 2005, p. 56).

Esse aspecto da denúncia na obra de Barreto tem se mantido como uma linha de força em sua recepção crítica sob o argumento de sua inegável atualidade. Defende-se, com razão, que o autor desenha um quadro da sociedade brasileira que não cansa de se repetir nas nossas relações políticas e cotidianas, como um looping no qual está inscrito nossos vícios, como a corrupção, a privatização do Estado pela elite burguesa/colonial, a imitação do estrangeiro, a exclusão social dos mais pobres, enfim, um conjunto de características que desenharam o quadro de nossa precariedade.

A compreensão que expomos encontra eco em grandes intérpretes da cena histórica brasileira como Sevcenko (1995), em *Literatura como Missão*, para quem o texto de Lima Barreto, “[...] ocorre para que a história seja contada, de novo [...]”. Assim, a disputa pela narrativa histórica inscreve sua obra no campo da denúncia contra os processos de exclusão na sociedade brasileira, e a continuidade dos processos apontados por ele, contribuem de forma decisiva para a importância de sua literatura no Brasil contemporâneo e explicaria a imensa recepção crítica que seu trabalho tem atualmente. Em suma a potência de sua escrita estaria no fato de nos ajudar a entender quem somos a partir da inscrição histórica de nosso fracasso.

No núcleo das denúncias operadas pela obra barreteana encontramos dois núcleos estruturantes: raça e república. A raça é a base sistematizadora da obra de Lima Barreto, não estamos dizendo com isso, que toda leitura de sua obra só é possível pela chave racial, mas que toda a leitura que negligência essa dimensão de sua obra está fadada a conviver em si com enormes lapsos e silenciamentos. Embora o campo literário nacional seja notabilizado por produzir leituras desracializadas, mesmo em obras nas quais a racialização tem função ética e estética, isso não pode ser feito sem custar a mitigação do potencial criativo do texto barreteano. Estamos chamando atenção para o fato de que a raça é a estrutura profunda de sua fabulação ficcional e está no cerne da imensa maioria das denúncias que o autor faz em seus textos, porque para nós, mesmo as acusações desferidas contra o regime republicano têm suas bases fincadas na questão racial, ou melhor dizendo: contra a questão racial.

A viga que sustenta a cartografia das denúncias efetuadas por Lima Barreto, dizem respeito ao acontecimento que fundou o ciclo de repetições históricas no qual se funda a política brasileira, a saber: a manutenção intacta do circuito de poder da sociedade escravagista para a república, efetuada pela privatização do Estado pela antiga oligarquia nacional. Esse evento aparece sem ressalvas no romance *Os Bruzundangas*, quando o narrador nos conta que os donos das propriedades agrícolas são “[...] inábeis para dirigir qualquer coisa [...], suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos” (BARRETO, 2018 p. 147). A falência dos projetos nacionais no Brasil, a incapacidade de a democracia funcionar efetivamente, a politicagem despótica e fraudulenta, e a desigualdade social alarmante, encontram o mesmo fundamento histórico em Lima Barreto: a exclusão do povo negro dos processos de cidadanização.

Nesse sentido acreditamos que a categoria teórica de “resistência” – como vem sendo manipulada no campo crítico das letras nacionais – é apropriada, mas

ao mesmo tempo limitada para agenciar tanto a leitura analítica, quanto o ensino, debate e a formulação de proposições didáticas entorno da obra do autor carioca.

Em livros como *Os Bruzundangas*, *Aventuras do Dr. Bogoloff*, ou *Triste fim de Policarpo Quaresma* a república, a nação e a democracia encontram sua falência moral, figurando como engodos do projeto de modernidade empenhado pelo grupo dirigente, e a denúncia efetuada pelo autor gira entorno do desejo de fotografar por dentro as engrenagens viciadas da repetição colonial na esfera pública da república. Já em outras obras como, *Clara dos Anjos* e *Carta ao escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto investiga e alegoriza o efeito dessa repetição na vida das pessoas negras, mostrando como seus desdobramentos psíquicos e físicos materializam a perversão da elite colonial e seu desejo de aniquilamento da população negra.

O que está em jogo entre uma cena e outra é mais que o desenho da continuidade da estrutura colonial – corresponde à impossibilidade da plena vivência da experiência humana para o ser negro no projeto moderno de nação brasileira. Para compreendermos o alcance radical dessas proposições barreteanas são caras as contribuições legadas pelo debate encabeçado pelos autores que se inscrevem com afropessimistas ou dialogam com essa vertente da produção teórica negra. Pois, acreditamos que nesse looping colonial em que giram os dois protagonistas negros de Lima Barreto é alegorizada a “morte social” (PATTERSON, 2008) como condição estruturante de suas existências.

Tomamos aqui duas cenas para exemplificar o que falamos: a cena final de *Clara dos Anjos*, quando a protagonista enuncia: “Mamãe! Mamãe” / “Nós não somos nada nesta vida”. O segundo quadro encontramos no personagem Isaías Caminha, quando ele já tendo reduzido ao mínimo possível suas expectativas e ambições de inclusão na sociedade de classes e gozar do status de cidadão, ele entende que não tem os direitos que lhe foram anunciados e após ter sido lhe recusada uma vaga para entregador de pão, ele descreve o seguinte: “naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto a minha vida” (BARRETO, 2018, p. 81), diante do limite imposto à sua vida, Caminha encara a morte “Continuei a olhar o mar fixamente, de costas para os bondes que passavam. Aos poucos ele hipnotizou-me, atraiu-me, parecia que me convidava a ir viver nele, a dissolver-me nas suas águas infinitas [...]” (*idem*, 2008, p. 82). Aproximando a lente e focando os protagonistas negros de Lima Barreto, veremos que são “excluídos das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político. Da Humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto” (VARGAS, 2017, p. 92).

Ambas as cenas acionam a despossessão, a nulidade, a morte e o abandono como signos que gravitam entorno da vida negra, como saldo da interdição de seu trânsito social, asfixiando sua capacidade de movimento e produzindo o que Osmundo Pinho chamou de “uma forma de subjetividade carcerária” (2017, p. 173). Por isso, nada acontece com os protagonistas negros de Lima Barreto, nada muda em suas vidas nada se move em seus enredos, eles giram entorno do próprio eixo desenhando um espaço restrito de gesticulação que Pinho (2017) chama “a zona da morte”. Esse espaço em Isaías Caminha é caracterizado pela imobilidade social, territorial, econômica, cultural, pela despossessão absoluta e precarização ontológica. Essa situação é aparentemente atenuada, algumas vezes, por uma espécie de concessão ou tutoria de alguma pessoa branca e com prestígio social, em favor de Isaías Caminha, o que só confirma sua condição de encarceramento existencial.

Os protagonistas negros e negras de Lima Barreto permanecem pois, nessa “zona da morte”, e vão aos poucos compreendendo, tanto Clara quanto Isaías, que a promessa moderna da universalidade humana não inclui o negro, pois como afirma Frank B. Wilderson III, é a raça que regula a “distribuição de valores dentro da humanidade” (2017, p. 83), e por isso, na nação moderna, “apesar da inferioridade das pessoas negras não ser mais o padrão legal, as várias estratégias de racismo do estado produziram uma classe subjugada e subordinada dentro do corpo político, apesar do verniz de neutralidade e igualdade” (HARTMAN *apud* VARGAS, 2017, p. 96).

Pretendemos argumentar com isso que as denúncias sobre a continuidade dos processos políticos da sociedade colonial, em plena instauração da república, não devem agenciar a compreensão da falência do projeto moderno como forma de governo, somente, mas evidenciar que os processos de atualização da “escravidão, definida pela despossessão total, alienação radical de si do sujeito ou supressão da autonomia e dignidade em suas formas extremas [...]” (PINHO, 2021, p. 43), engendram a produção incessante de uma precariedade ontológica, nos protagonistas negros de Barreto. E essa dimensão de sua obra não pode ser corretamente avaliada e debatida a partir da noção de resistência. Pois, o autor faz um investimento criativo e crítico de não apenas denunciar a engenharia moderna de aniquilamento do sujeito negro, mas também de produzir uma rede de significações na qual ele possa produzir-se subjetivamente como potência existencial e humana.

Em suma, a abordagem de Lima Barreto nos permite enxergar a antinegitude como fundamento do projeto moderno que a elite nacional tentava implementar

no Brasil, a partir da *morte social* negra como sua condição estruturante, e da produção de um Estado que privatizado pela elite colonial/burguesa erigia seu aparato político-jurídico a fim de garantir a legitimação e execução do genocídio negro. A resposta a essa continuidade colonial do projeto de Estado, na obra de Lima Barreto, ultrapassa a dimensão que acreditamos poder ser transposta na categoria de *resistência*. Primeiro, porque a resistência age sempre em função de uma força, e nesse contexto em que narramos, a força que provoca a resistência é inegavelmente maior que ela. Segundo, porque essa resistência visa se opor aos processos de exclusão, o que não me parece dar conta da radicalidade da proposta de Lima Barreto, que defendia valores diversos do que trazia a modernidade europeia e seu projeto de nação homogênea. Assim, não se tratava de resistir aos processos de exclusão visando uma integração, mas de propor uma outra modernidade.

Em *O Modernismo negro* chamamos essa proposta barreteana de *humanismo pós-colonialidade*, acreditando que o autor nos legou o desejo de superação das hierarquias raciais, como projeto de uma modernidade por vir. Essa empreitada pode ser grosseiramente sumarizada da seguinte forma: o autor recorre ao repertório cultural negro, em suas dimensões territoriais, epistêmicas e políticas, para sugerir um conjunto de valores civilizatórios que atravessam as culturas negras na diáspora, como: solidariedade, multiplicidade, movimento, troca, e “comunicação transcultural”. Por isso acreditamos que a categoria de reexistência pode agenciar uma compreensão maior dos processos de produção subjetiva que derivam dessa proposição barreteana.

Em seu *Letramentos de reexistência* Ana Lúcia Silva Souza, nos coloca a seguinte questão: como saberes que circulam no cotidiano das populações negras e em seus movimentos sociais agenciam formas políticas de resistência, mas também de produção subjetiva, ou seja, de reexistência? A partir de seus debates chegamos a seguinte resposta: “[...] quando começamos a olhar para esses grupos não pela ausência, mas pela presença de conhecimentos não valorizados socialmente, mas importantes para suas vidas, como é o caso dos letramentos da e na cultura Hip Hop” (2011, p. 35). Essa possibilidade aberta pela proposição de Souza, nos permite compreender uma dimensão de letramento de reexistência na obra de Lima Barreto, que visa, não denunciar, apenas, mas constituir-se como uma alternativa à morte social negra, produzindo um território cultural de invenção subjetiva no qual o ser negro, possa disputar o seu estar-no-mundo, acessando seu repertório cultural e epistêmico, por intermédio da oralidade, da memória, do território, da religiosidade, como ferramentas para a produção de si.

Nesse sentido, o segundo apontamento deve ser compreendido, como a defesa de uma abordagem da obra de Lima Barreto que não a engesse na dimensão política de sua fabulação, engessando-a na categoria de resistência, como espaço de produção signífica exclusiva para seus textos. A ela devem ser acrescentadas categorias que permitam valorizar e estudar a dimensão criativa e propositiva da literatura barreteana, de modo que possamos entender, imaginar e especular formas de viabilizar o projeto de um mundo onde a antinegitude não seja fundamento civilizatório.

3. TERCEIRO APONTAMENTO: RAÇA E LITERATURA

Neste tópico buscaremos apontar para uma discussão que acreditamos ainda ser relevante no contexto da literatura brasileira, que é o modo como a raça modula de forma controversa a recepção crítica dos textos literários de autoria negra. Nossa hipótese é que as recepções nos campos da crítica hegemônica e de parte da crítica negra, recaem às vezes na ênfase da dimensão biográfica do texto negro, e com esse gesto acabam voluntária ou involuntariamente: mitigando sua potência criativa; colocando esses textos sempre na fronteira entre o literário e o não literário; e não dialogando com o repertório teórico que vem sendo criado a partir da experiência negra, por intelectuais comprometidos com esse trabalho. Muitas consequências advêm dessa economia crítica sobre a literatura afro-brasileira, uma das principais delas, e a que nos interessa diretamente nesse texto é questionar o biografismo como investimento crítico preponderante, nos materiais didáticos produzidos para difusão e conhecimento das obras de autoria negra. Não discutiremos neste texto, os aspectos positivos da apresentação biográfica da autoria negra, mas reconhecemos sua necessidade histórica, nosso questionamento irá em outra direção.

Embora tenhamos apontado uma similaridade na abordagem da textualidade negra, pela crítica tradicional e aquela voltada às produções negras, é necessário mostrar que os caminhos e motivações pelos quais ambos os grupos justificam a abordagem crítica do biografismo é completamente diferente, motivados inclusive por intenções éticas contraditórias.

As reações da crítica nacional a racialização do debate no campo literário são bastante conhecidas e fazem jus ao modo como a sociedade brasileira vinha historicamente tergiversando sobre as tensões raciais que constituem nossas relações sociais mais básicas. A antinegitude que alicerça o projeto de modernização da nação brasileira migrou para a esfera da literatura amarrada à ideia de neutralidade científica, já citada anteriormente, e apostando a ficha na dialética

da mestiçagem com produção de uma universalidade racial branca. Recuperamos essa discussão para sinalizar que esse projeto não seria realizável se o campo da crítica literária no Brasil não compactuasse com ele de forma direta e intensiva, silenciando de forma sorrateira e covarde: a ausência de personagens negros; sua presença animalizada, o escasso protagonismo de mulheres e homens negros na prosa, a disparidade gigantesca de publicações entre as populações negras e não negras. Enfim, sem que a crítica da literatura brasileira ocultasse os cadáveres do epistemicídio, os processos de democratização em nossa sociedade, quiçá, não teriam chegado ao nível de fragilidade no qual se encontra.

Diante do quadro de avanço das políticas de ações afirmativas e solidificação de um espaço, ainda que tênue, para a produção intelectual negra advinda das cotas, seu território é ocupado por categorias, como literatura afro-brasileira, literatura negra, afrodescendente e literatura de terreiro. Dessa forma, não sendo mais possível impedir a circulação dessas categorias, os intelectuais hegemônicos dedicaram-se a imputar a elas uma suposta contradição com a noção de literatura, supostamente universal e a deslegitimar pesquisas que se voltam a autores não consolidados no cânone nacional. Em que pese a imensa fragilidade desses argumentos e a consideravelmente extensa bibliografia sobre eles, nos escusamos aqui de repisar essas questões.

O importante para nós é compreender como depois de superar, mesmo parcialmente, as grades de contenção que produziam seu apagamento, vencendo essa disputa política e epistêmica, e após a intensa recusa dos grupos mais conservadores das letras no Brasil, essas obras negras têm sido recebidas e lidas por autores não negros. Óbvio que uma questão como essa exige um investimento amplo de pesquisa, que não corresponde aos modestos objetivos desse texto. Mas nos permitiremos aqui levantar algumas hipóteses com base em exemplos de recepções mais e menos recentes referentes à obra de Lima Barreto. Vale ressaltar que, com a solidificação crescente de uma crítica da literatura negra, a ausência gritante de pesquisadores brancos discutindo essas obras continua imensa, agora apoiada em compreensões equivocadas ou oportunistas de noções como “identitarismo” e “lugar de fala”. Pesquisadores e pesquisadoras brancas se valem de uma série de debates essencialistas, surgidos dentro e fora do circuito intelectual afro-brasileiro, para se esquivar da necessidade epistêmica e política de ampliar seu arcabouço teórico e analítico, dialogando com outras vertentes culturais, mas sobretudo, se recusam a aplicar o capital intelectual que acumularam em suas formações na leitura de obras de autoria negra.

São famosas as primeiras recepções da obra barreteana que debitavam importância de seus textos devido a um suposto baixo teor literário, e isso aparece na famosa crítica de Medeiros e Albuquerque, que devido as alusões pessoais, a ridicularização e exposição de pessoas facilmente reconhecíveis na narrativa de *Carta ao Escrivão Isaías Caminha*, classificou a obra como um romance à clef. Já Osman Lins, em *Lima Barreto e o espaço romanesco*, defende que há na obra do autor “uma grande homogeneidade”, para ele sua literatura “tão variada é um bloco coerente e em toda ela reconhecemos, inconfundível, nítida, a personalidade do autor” (1976, p. 17). Quando as discussões são produzidas a partir de um outro campo que não o literário, costuma-se inflacionar os determinismos biográficos preenchendo de forma mais insidiosa a produção ficcional, como aparece na apresentação que Lilia Moritz Schwarcz, faz ao *Contos Completos de Lima Barreto*. Buscando explicar a natureza de um ressentimento que a autora nota na obra de Lima Barreto ela escreve: “Na obra do escritor, essa sensação de desterro intelectual parte de uma vivência pessoal profunda, cravada no destino familiar e íntimo, mas ganha respaldo numa avaliação crítica da política e economia da época” (2010, p. 25).

Embora assinalada como um sintoma explicável socialmente, a sensação de abandono que atravessa a obra do autor não é oriunda de uma estetização da experiência social individual e coletiva, mas de uma transposição da vida privada. Muito mais incisivos que esses exemplos são outros que defendem, por exemplo, uma reprodução da vida pessoal do autor em seus personagens como Vicente de *Cemitério dos Vivos e Isaías Caminha*, do romance homônimo.

É importante salientar que não há nada de errado com abordagens que invistam criticamente no teor sociológico de sua obra, como o *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*, de Maria Cristina Teixeira Macedo; nem nas produções biográficas, como *Lima Barreto Triste Visionário* de Lilia Schwarcz, ou ainda o *Tristes Subúrbios: Literatura cidade e memória em Lima Barreto*, do historiador Pedro Belchior. O problema se instala quando essas abordagens são acatadas pelo campo literário como interpretações da obra do autor, que bastam por si, desobrigando a crítica literária brasileira a investir numa atualização da leitura de sua obra que parta de sua relação intrínseca com o que há de mais contemporâneo em nossas letras, as literaturas negras e periféricas, por exemplo, encarando, dessa forma, o desafio que a produção barreteana traz para o nosso campo crítico.

Nesse sentido devemos salientar que nos opomos a essa postura porque dela decorre a contingência da potência crítica e inventiva desses textos, suas

proposições teóricas e projetos de sociedade e de modernidade. Nesse sentido a crítica mais voltada à tradição canônica valida o biografismo como método de análise, pois ele não abala as estruturas avaliativas e valorativas do campo, não muda os critérios de elegibilidade do cânone, nem dos prêmios literários, enfim, não altera as esferas de reconhecimento para a autoria negra. Assim, lega o reconhecimento conferido a esses escritores ao status de porta-voz, ou representante de um grupo. Essa estratégia de integração controlada mantém o campo literário enfezo à produção negra e sua diferença, publicizando uma presença negra *vigiada e commoditizada*, mediada pelo mercado e pela venda de livros. O autor ou autora negra de destaque não é, ainda, aquele que põe em xeque as estruturas de validação do campo, que agride o sistema propondo formas novas e democráticas de sensibilidade que devem desdobrar-se em modelos de uma sociabilidade mais interativa, mas muitas vezes aquele que vende bem, nas feiras e eventos literários mediados pelas grandes editoras.

Portanto, não apenas a recepção dos textos negros, por pessoas brancas é muito rara, quanto sua própria circulação nas esferas de validação, como academia e mercado, é mediada por essa estrutura canônica, que sustenta grande parte da crítica feita por pessoas brancas, no Brasil. Assim, “biografismo” e “resistência”, são acatadas pelo campo crítico como categorias de mediação controlada da presença negra, a partir de um funcionamento difuso, pouco problematizado e de vasto uso. Propositamente noções/categorias/conceitos como esses são mais reproduzidos que problematizados e acabam por simular um pertencimento da produção negra ao campo literário que não se efetiva verdadeiramente no abalo dos sistemas avaliativos e valorativos, ou seja, um haikai, e uma quadra são gêneros textuais compreendidos como literários, mas um provérbio, ainda não.

Por outro lado, o biografismo aparece na crítica literária produzida por pessoas negras por meio de outros funcionamentos. O primeiro, e mais perverso deles é a necessidade de disputar território com uma estrutura de validação canônica murada e armada contra o repertório cultural afro-indígena. Nesse sentido, editar, publicar e circular material são movimentações mediadas por uma estrutura centenária, que compreende tanto os eventos acadêmicos, as revistas científicas e as grandes editoras. Essa mediação implica em negociar com uma série de exigências e contingenciamentos cobrados por essas instâncias para a circulação do texto negro.

Essa burocracia de modulação da circulação da produção de pessoas pretas, acaba dando bases políticas para um segundo aspecto igualmente cruel, que fragiliza o debate proposto pela intelectualidade negra: o perigo constante da transformação das realizações negras em commodity, como nos alerta bell hooks

(2019). Nós intelectuais negros, nunca estamos plenamente convictos de que uma obra recepcionada de modo a merecer um amplo destaque, não está mediada por um gesto proporcional de integração, commoditização e contingenciamento, pois, como afirma hooks “a *commoditização* contemporânea da cultura negra retira das obras seu potencial contra-hegemônico [...]” (idem, p. 33), nos obrigando a ficar o tempo inteiro vigilantes quanto às reativações festivas de gestos de neutralização da força crítica dessas obras.

Em seu *Cenas de Libertação: verbalizar o anseio*, bell hooks alerta para a dimensão de censura que atravessa a seleção/edição ou rejeição de manuscritos, no contexto norte-americano, e conclui: “Os escritores radicais que criam obras transgressoras muitas vezes são informados não que são demasiados políticos ou ‘de esquerda’, mas que simplesmente não tem boas chances de venda[...]” (2019, p. 49). A observação de hooks, é inteiramente legível em nosso contexto, e nos obriga a encarar o fato de a produção literária e crítica da população negra no Brasil, não dispor de um circuito sólido e autônomo de circulação, recebendo as mediações da elite, da mídia, do mercado e da tradição acadêmica de base eurocêntrica, por isso ela é constantemente constrangida a negociar sua própria aparição.

Assim, o terceiro aspecto decorre diretamente dos outros dois; é a frágil autonomia conquistada pelos intelectuais negros, no quadro mais amplo da cultura brasileira. Isso se explica facilmente pelo número reduzido de docentes negros nas universidades brasileiras, cerca de dez por cento; sua escassa aparição nos meios decisórios da pesquisa, da arte e da mídia; o baixo número de grupos de pesquisa dedicados à investigação da produção literária afro-brasileira; o que é agravado pelo reduzido número de editoras que se dedicam à publicação de suas obras; e também, ao reduzidíssimo alcance da circulação dessas editoras. Muitos outros motivos poderiam constar aqui, mas esses já bastam para sustentar nossa proposição seguinte.

Devido a esse cenário, ainda precário, de autonomia, circulação e produção teórica, a crítica produzida pela intelectualidade negra, tende a ser elogiosa, e a negociar consigo mesma uma tendência a não desenvolver uma postura mais disposta ao diálogo franco com seus escritores. Essa escolha é baseada no medo de fragilizar, ainda mais, um campo em formação, que não goza de sua plena autonomia. bell hooks, nos fala brilhantemente dessa tensão mostrando como em última instância que esse receio consiste em ameaçar os laços de solidariedade necessários para a construção de uma emancipação negra coletiva. Esse medo aparece em um episódio narrado pela autora, no qual seus alunos estavam “preocupados com a possibilidade de uma crítica negativa significar que não estavam

apoiando um companheiro (no caso Spike Lee), que está tentando desenvolver um trabalho e ser solidário com a negritude” (2019, p. 40).

Diante desse quadro, me parece que parte significativa da crítica negra entende que o campo não está sólido o suficiente para debates, confrontos teóricos e críticos que questionem mais diretamente as obras literárias, temendo que os embates enfraqueçam o senso de comunidade. Dessa questão se desdobrariam outras muito importantes, como quais seriam os procedimentos corretos para fortalecer os debates sem enfraquecer a expansão da literatura e da crítica negra? A ausência de debate sobre critérios de valoração e qualificação não nos deixaria a mercê da tradição canônica? Como nos protegeríamos do risco que as tensões inerentes ao debate, fossem capitalizadas pela elite colonial/burguesa, para desmerecer a literatura negra? Uma breve genealogia da luta negra no Brasil nos informa da plausibilidade dessa preocupação.

Mas não há neste texto espaço para esse debate – por hora devemos compreender como essa encruzilhada entre política e crítica, aproxima, muitas vezes, as análises negras do recuso do biografismo. As orientações acadêmicas, os processos de edição, a seleção das livrarias, tudo direcionado para a reiteração de uma imagem negra de superação e integração que é absolutamente dependente de um tipo de biografismo. Ou seja, o biografismo tal como é efetuado por parte da crítica acaba adentrando os campos minados do fetiche, pela existência do pobre e iletrado; e do mérito, pelo exemplo de superação.

São exemplos conhecidos dessas duas faces: Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto, mas elas remontam a escritores mais antigos, como aponta Sílvio Roberto Oliveira em *Gamacopeia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*, onde o crítico nos informa que a história de vida do poeta negro foi exaustivamente recontada, graças ao seu caráter heroico, e pergunta: “Ocorreu uma paulatina mitificação da imagem do abolicionista, que interferiu na interpretação dos poemas. Como se deu a reinvenção da imagem de Luiz Gama e de que modo isto interferiu nas análises de sua poesia?” (2004, p. 25). Percorrendo um arco temporal que vai de Luiz Gama à Carolina Maria de Jesus, percebemos como o biografismo atravessa a crítica dedicada à leitura de obras negras, e se mantém em pleno funcionamento espreado pelos TCCs, artigos de congressos científicos, resenhas acadêmicas, reportagens na grande mídia, enfim, continuam sendo criados os cercadinhos de circulação controlada para esses textos.

Um exemplo decisivo sobre as formas de negociação de que estamos falando é o livro *Olhos D’água*, da Doutora em literatura e escritora, Conceição Evaristo. A obra, de reconhecida importância no cenário da literatura brasileira

contemporânea traz em sua orelha a seguinte apresentação: “nasceu numa favela da zona sul de Belo Horizonte. Teve que conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o curso normal em 1971, já aos 25 anos. [...]”. O biográfico é acionado como porta de entrada para a obra literária de autoria negra, não porque se relaciona com um macrocosmo social e irá a partir dele fornecer pontes para a leitura, mas porque interdita o poder de ruptura que muitas delas carregam, e porque, expostas desse lugar, interessam ao mercado do capital, no qual a identidade negra não ultrapassa a dimensão da mercadoria, revestindo a antinegitude do “verniz” brilhante das vitrines.

A obra de Lima Barreto foi, sem sombra de dúvidas, uma das que mais sofreram a leitura crítica mediada pelo biografismo. Em contraposição a isso, devemos investir criticamente no texto negro, em sua relação com a tradição, com a história, com suas proposições de mundo, e suas rasuras nos modelos epistemológicos e nos paradigmas políticos, devemos em suma, nos permitir aprender com essas obras. Por isso a mediação docente, no ensino da literatura negro-brasileira, tomando a obra de Lima Barreto, não deve sob nenhuma hipótese reencenar o biografismo como estratégica exclusiva de análise de seus textos.

CONCLUSÃO

Uma crítica literária empenhada em não repetir nem compactuar com os gestos de estrangulamento do campo canônico na análise e interpretação das obras negras contribui de maneira decisiva para qualificar o ensino e a pesquisa sobre literatura no Brasil. Entre seus desdobramentos centrais estará a instrumentalização docente com aporte teórico para a produção de um processo de ensino-aprendizagem no campo das letras, que atualizando os métodos de interpelação do texto negro, possa investir em um modelo de educação no qual a diversidade étnica e cultural apareça sempre como um valor ético e civilizatório.

Alguns aspectos centrais, nos quais devemos investir energia produtiva são:

a) produção de material didático nos quais as obras, personagens e autorias negras apareçam desembaraçadas do emaranhado que lhes prende exclusivamente aos mesmos lugares de representação, performando cenas de precariedade e privação, que no máximo conseguem reforçar estereótipos e impedir a produção de uma consciência racial e de classe, a partir dos textos;

b) repensar, na prática de ensino, os lugares que a autoria negra é posta, dentro da genealogia da literatura nacional, buscando entender em que as obras

extrapolam a classificação que lhe foi imputada, nos materiais didáticos e pedagógicos tradicionais;

c) relativizar o biografismo no processo de ensino aprendizagem, pois ele flerta com a mitigação do caráter ficcional do texto literário e de sua dimensão histórica mais ampla. Pois, a vida de um autor, que passou pela experiência da precariedade, pode ser um exemplo motivador, para que um jovem estudante periférico supere suas próprias dificuldades, mas em um mundo antinegro e constituído a partir da divisão desigual do capital, essa abordagem investe em um projeto de integração e inclusão social no modelo estrutural sistematizado para excluir.

O problema é que muitas vezes a obra em questão, como é no caso de Lima Barreto, propõe justamente o enfrentamento desse sistema de hierarquias raciais, sociais e culturais, e quando apostamos no biografismo, terminando por dar ao autor e sua obra um sentido avesso ao que ela tem, enfim, destruímos sua potência criadora, sua dimensão artística e estética; e

d) por último, é urgente redimensionar a ideia de resistência compreendendo que ela é apenas uma das dimensões importantes na produção literária de Lima Barreto e da tradição que dialoga intensivamente com ele, ou seja, as vertentes negras e periféricas de nossas letras. Além de resistir a violência simbólica e física, a literatura afro e indígena agenciam formas de imaginar outros modelos de sociabilidade, interação e comunicação que podem quem sabe, nos legar possibilidades de organizar uma sociedade que não dependa da racialização e da pobreza para manter seu funcionamento.

Portanto, uma crítica autônoma e comprometida com o repertório cultural negro, é fundamental para instrumentalizar e municiar práticas docentes emancipatórias, que concebam a diferença como valor inegociável. Cabe à arte e à literatura, como sempre, abrir possibilidades de imaginar um devir para esse mundo de agora, e a nós, críticos, docentes, pesquisadores, gestores, intelectuais, transmutar essa fabulação em projeto ético e ação política, e isso não é possível sem um sistema educacional forte, e uma produção teórica corajosa e encorajadora.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. *Iracema*. Osasco SP: Novo século editora, 2002.

BARRETO, Lima. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

BARRETO, Lima. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. (Volume I e III).

- BELCHIOR, Pedro. *Tristes Subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto*. Niterói: EDUFF, 2017.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação da biblioteca nacional, 2015.
- FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. *Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.
- HOOKS, bell. *Anseios raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante. 2019.
- LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto um pensador social na primeira república*. Goiânia: UFG; São Paulo: Edusp, 2002.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Lima Barreto: Recordações do escrivão Isaías Caminha. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Organização Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo* São Paulo: Edusp, 2008.
- PINHO, Osmundo. O ciclo da morte e o materialismo estético. In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. *Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.
- PINHO, Osmundo. *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*. Salvador: Segundo Selo, 2021.
- RABASA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. RJ: Edições tempo brasileiro, 1965.
- SANTANA, Suely Santos. *Uma voz destoante na Rua do ouvidor: Lima Barreto e a Representação das relações raciais no início do século XX*. Dissertação de mestrado: UFBA, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música e dança: Hip Hop*. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

VARGAS, João. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e antagonismo estrutural. *In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

WILDERSON III. Frank B. Biko e a Problemática da presença. *In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

O BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA “VILA QUILOMBO”: O QUE LIMA BARRETO PODE NOS ENSINAR?¹⁷

Denilson Botelho (UNIFESP)

O sentido de fazer o ‘bem’ se perdeu, nesses círculos, devido à exclusão de seu conteúdo ético e à ênfase em um padrão exclusivamente técnico: fazer um bom trabalho é melhor do que ser bom. Mas será preciso lembrar que qualquer vigarista é capaz, em seus próprios termos, de fazer um ‘bom trabalho’? A garantia de eficiência técnica não substitui a referência humana positiva. No entanto, pessoas que antes estabeleciam esta referência, que queriam ser eruditos ou escritores, são hoje, e aparentemente com grande satisfação, homens da propaganda, geniozinhos da publicidade, autores de tiras em jornais. E esses homens aprenderam habilidades, desenvolveram qualidades e agora as colocam a serviço da mais descarada e gananciosa exploração da falta de experiência das pessoas comuns. E são estes homens – essa nova classe perigosa – que inventaram e disseminam o tal linguajar, em uma tentativa de influenciar as pessoas comuns – as quais, porque trabalham de verdade, têm padrões de verdade nos seus próprios campos – contra os padrões reais no campo que estes homens conheceram e agora abandonaram. O velho mascate ainda está lá no mercado, contando os tostões que ganhou dos moleques da zona rural, com seus anéis e relógios de ouro falsificados. Ele pensa que suas vítimas são lerdas e ignorantes, mas elas estão vivas, e cultivam a terra enquanto ele tosse atrás de sua barraquinha. O novo mascate está em

¹⁷ Uma parte da reflexão contida neste capítulo foi inicialmente discutida no *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, realizado em ambiente virtual pela UNIFESP e UNESP, de 11 a 13 de maio de 2021. De algum modo, o texto se beneficiou dos comentários recebidos, pelo que registro meu agradecimento.

escritórios bem decorados, usando resíduos da linguística, da psicologia e da sociologia para influenciar os modos de pensar dos que ele chama de a “massa”. Ele também, no entanto, vai ter que desmontar sua barraquinha e ir embora, e enquanto isso não acontece, não devemos nos influenciar por seu linguajar: podemos simplesmente nos recusar a aprendê-lo. A cultura é de todos. O interesse em aprender ou nas artes é algo simples, agradável e natural. O desejo de conhecer o melhor, fazer o que é bom, é parte principal da natureza positiva do ser humano. Não devemos nos afastar dessas coisas, assustados pelo barulho dessa gente.¹⁸

INTRODUÇÃO

Não é pouco frequente uma observação que não apenas distingue, como também hierarquiza, os saberes difundidos nas salas de aula do ensino superior e do ensino básico. De fato, são saberes diferentes, mas aquele produzido nas universidades não é de qualidade superior ao que é compartilhado no ensino fundamental e médio. Não há sofisticação e profundidade de um lado e simplificação e superficialidade do outro lado. Fosse assim, qualquer docente do ensino universitário, em tese, estaria apto a lecionar no ensino básico. E não está.

Entrar numa sala de aula com 40 ou 50 crianças ou adolescentes requer habilidades específicas para conduzir a aprendizagem e viabilizar a compreensão de conteúdos complexos, que o professor universitário muitas vezes não possui, a não ser que tenha tido esta experiência na sua trajetória profissional. Portanto, é um equívoco supor a existência de um abismo entre o conhecimento científico produzido nas universidades e aquele difundido no ensino básico. Tratam-se de competências e formas de produção do conhecimento distintas e que dialogam – ou deveriam dialogar sempre – entre si de igual para igual, a partir de esferas de atuação diferentes.¹⁹ No final das contas, ambos produzem conhecimento, embora o façam com finalidades diversas.

A premissa fundamental a ser considerada é a de que todo professor é também um pesquisador, tal como preceitua Maurice Tardif.²⁰ É um sujeito do conhecimento que domina um saber-fazer no ensino escolar que não é mais simples nem menos complexo do que a produção do conhecimento desenvolvido no campo acadêmico: “A pesquisa sobre o ensino deve se basear num diálogo fecundo com

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 9-10.

¹⁹ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 02, 1990, p. 177-229.

²⁰ TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

os professores, considerados não como objeto de pesquisa, mas como sujeitos competentes que detêm saberes específicos ao seu trabalho”.²¹ Aliás, convém não perder de vista uma concepção difundida por Gramsci e igualmente ressaltada pelo mesmo Tardif: “todo trabalho humano, mesmo o mais simples e o mais previsível, exige do trabalhador um saber-fazer”.²²

Converge nessa mesma direção o belíssimo e instigante ensaio do pensador marxista Raymond Williams, originalmente publicado em 1958, do qual extraiu-se a epígrafe deste texto. Manifesto arrebatador em defesa de uma concepção democrática de cultura, o ensaio combate uma perspectiva elitista que tenta aprisionar a cultura no seio ambiente da “casa de chá”, restringindo a sua difusão indiscriminada, a ponto mesmo de constringer as pessoas comuns que ousem frequentar determinados ambientes, como as bibliotecas, por exemplo.

Williams observa que a palavra cultura pode ser usualmente empregada em dois sentidos: para designar modos de vida, significados comuns compartilhados; e para designar as artes e o aprendizado, os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Diante disso, argumenta: “Alguns escritores usam essa palavra para um ou para o outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância de sua conjugação”.²³

1. LIMA BARRETO VISTO A PARTIR DA “VILA QUILOMBO”

O escritor carioca Lima Barreto (1881-1922) se apresenta como rica fonte de pesquisa para o historiador, para o ensino de História e para o ensino de modo geral. Sua obra e sua curta trajetória de vida são um testemunho dos impasses e desafios gestados na inauguração do regime republicano em que vivemos até hoje. Homem negro e habitante da “Vila Quilombo”²⁴ – modo como denominava o lugar em que viveu na periferia do Rio de Janeiro ao longo da maior parte do tempo –, ousou fazer-se escritor. Teve seus romances desqualificados, acusados de emular a realidade do seu tempo, mas ainda assim marcou presença regular na imprensa

²¹ *Ibidem*, p. 230.

²² *Ibidem*, p. 236. Gramsci argumenta que “não existem não-intelectuais”, ver: GRAMSCI, Antonio. Aparentamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2, p. 13-53.

²³ WILLIAMS, op. cit., p. 5-6.

²⁴ BARRETO, Lima. Bailes e divertimentos suburbanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922, p. 2. No artigo, Lima Barreto afirma que denominou sua modesta residência deste modo “para enfezar Copacabana”.

da época, buscando reconhecimento como literato. Além disso, não abriu mão de agudo senso crítico, da ironia recorrente e do sarcasmo, com os quais erigiu o país ficcional conhecido como Bruzundanga para expor as mazelas que insistem em se perpetuar no Brasil que conhecemos. Fez da literatura a expressão do seu engajamento, da sua militância política, aspecto que foi objeto de um estudo pioneiro, na década de 1980 – e hoje já um clássico – no campo da História do Brasil e das relações entre História e Literatura: a tese transformada em livro de autoria de Nicolau Sevcenko.²⁵

A questão racial foi inescapável para Lima Barreto, constituindo-se em tema recorrente em sua obra, além de um desafio frequente que se apresentava em sua vida na forma do preconceito. Muito já se pesquisou e escreveu sobre o assunto. Suas biografias ressaltam como isso se colocava de várias formas no seu dia a dia, até mesmo no cotidiano da repartição pública em trabalhava e era confundido – por ser negro – com um contínuo a quem se pedia que servisse o café, embora ocupasse cargo de outra natureza e função, como amanuense da Secretaria da Guerra. O racismo também é retratado, combatido e denunciado nos seus textos ficcionais, como os contos e romances. *Recordações do escrivão Isaias Caminha* e *Clara dos Anjos* são pródigios em passagens abordando o tema. Tomarei aqui caminho diverso, propondo uma análise sobre o modo como a questão racial aparece em outro romance.

Antes, porém, é importante destacar que Lima Barreto, considerando as características brevemente indicadas até aqui, apresenta um indiscutível potencial didático e pedagógico. A começar pelo fato de que muitas crianças e jovens negros podem perfeitamente se identificar com esse autor que foi, em muitos aspectos, semelhante aos seus leitores de hoje que, tal como ele, veem as suas cidades a partir da periferia e da precariedade das suas condições de vida. Essa identificação não é algo que se deva menosprezar, especialmente se considerarmos os argumentos de Raymond Williams que apresentamos anteriormente. Ou considerando o argumento de José Falero, que por ocasião do lançamento do seu primeiro romance, *Os supridores*,²⁶ comentou em entrevista:

Escrever um livro, seja o livro que for, não é grande coisa. Não há nada de fantástico em escrever um livro. Qualquer um pode escrever um livro. Eu tenho horror aos sistemas de distinção que imperam na nossa sociedade. Sabe? Esses sistemas de distinção compõem o mecanismo por meio do qual a nossa sociedade se especializou em deixar

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁶ FALERO, José. *Os supridores*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

gente como eu de fora de tudo. Não quero tomar parte nisso. Isso, além de ser mentira, serve pra quê, senão promover a exclusão? A quem interessa acreditar que uns são naturalmente capazes disso e daquilo enquanto outros não são? Eu jogo noutra time. Eu penso que a gente tem que arrancar a literatura do altar burguês em que ela foi metida. Eu acredito que a literatura deve pertencer ao povo.²⁷

Lima Barreto, com sua linguagem direta, sem floreios, pode perfeitamente inspirar novos escritores que, a exemplo de Falero, compreendam que literatura “é algo comum” e deve pertencer ao povo. Vejamos então a trajetória de alguns personagens do escritor carioca da virada do século XIX para o XX.

2. A QUESTÃO RACIAL NA FICÇÃO DE LIMA BARRETO

Em 1915, quando *Triste fim de Policarpo Quaresma* foi publicado em livro,²⁸ Lima Barreto já não era um romancista estreado, embora continuasse em busca de reconhecimento do seu talento literário. Seu primeiro livro publicado²⁹ foi recebido com desprezo e contrariedade. Ao satirizar de forma crítica um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro do início do século XX – o *Correio da Manhã* – e seu proprietário Edmundo Bittencourt, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* desnudou a imprensa e suas engrenagens capazes de erguer falsas celebridades, entre outras perversidades. Daí adveio, em parte, o pior tipo de crítica que um escritor pode receber: o silêncio.

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* deve ser observado a partir de três momentos distintos. Primeiro, o curto período de tempo da sua concepção. Em 1º de dezembro de 1910 – quando a estreia de *Isaías Caminha* ainda era recente –, Lima Barreto entrou de licença na Secretaria da Guerra, onde exercia a função de amanuense, para tratamento de saúde realizado até 28 de fevereiro de 1911. Um exame médico o diagnosticara com impaludismo,³⁰ justificando o seu afastamento por três meses do serviço público no qual ingressara por concurso desde 1903.

²⁷ JOSÉ Falero: a literatura deve pertencer ao povo [Entrevista realizada por Renata Moniz]. *Trip*, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/jose-falero-a-literatura-deve-pertencer-ao-povo?utm_source=mkt&utm_medium=email&utm_campaign=TRIP260221-A&utm_content=banner_05&fbclid=IwAR27hjOGGDdBYRGT33pxPDiD2LR0MprO-dYSo5yj6pKdlmKdEJk79DZ8uCI. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁸ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

²⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1909.

³⁰ Trata-se de malária, doença infecciosa transmitida por mosquito, comum em regiões tropicais, apresentando como sintomas febre e dor de cabeça, podendo levar à morte em casos mais graves.

Mas boa parte do período de convalescência parece ter sido bastante criativo e produtivo: entre janeiro e março de 1911, escreveu seu segundo romance, cujos originais estão sob a guarda da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A primeira publicação dessa obra deu-se ainda no mesmo ano de 1911. Entre 11 de agosto e 19 de outubro, ao longo de 52 edições, a edição da tarde do *Jornal do Commercio* publicava pela primeira vez o romance em folhetins. Cabe lembrar que esse é um período marcado pelo retorno de um militar ao poder no país. Hermes da Fonseca havia sido eleito para a presidência (1910-1914), retomando princípios autoritários que estiveram presentes na fundação da República. Além disso, Lima Barreto engajou-se abertamente na campanha política de oposição ao candidato militar, apoiando a candidatura civilista de Rui Barbosa. Junto com Antônio Noronha Santos chegou a editar um panfleto contra Hermes, intitulado *O Papão*, que se autodenominava como um “semanário dos bastidores da política, das artes e... das candidaturas”.³¹

Urdido durante a vigência de um governo militar alçado ao poder pelo voto, *Triste fim de Policarpo Quaresma* aborda, contudo, no seu enredo, outro período da história republicana: o governo – igualmente presidido por um militar – de Floriano Peixoto (1891-1894). Os personagens do romance movem-se na conjuntura da Revolta da Armada (1893-1894) e seus dramáticos desdobramentos, que colocaram a Capital Federal sob a iminência de bombardeios durante alguns meses seguidos – o que constitui um segundo momento expressivo para quem deseja compreender os significados dessa obra literária.

O terceiro período significativo da história e da trajetória desse romance remete-nos a 1915, quando acontece a primeira edição em livro, sendo que o governo Hermes da Fonseca já havia se encerrado e o país já vivia sob o governo de Venceslau Brás (1914-1918). Se tomada então como documento histórico, nota-se que a obra guarda uma tripla temporalidade: a da sua concepção e publicação em folhetim, em 1911; a que é objeto do enredo, 1893-1894; e a da sua publicação em livro, em 1915 – aliás, trata-se da única edição que o autor viu ser publicada em vida, ou seja, antes do seu precoce falecimento em 1922.

É inegável que o romance é uma forma atraente de entrar em contato com a história do Brasil e as origens do regime republicano. Ambientado no período do governo de Floriano Peixoto, que foi vice-presidente do primeiro governante da República – o também militar Deodoro da Fonseca (1889-1891) –, e assumiu o poder

³¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 298. *O Papão* foi publicado em 1909.

após a sua renúncia, o enredo não é, porém, um romance histórico. Quaresma e os demais personagens são frutos da fabulação do autor, que sugerem variadas e oportunas reflexões sobre aquele tempo. O narrador de Lima Barreto motiva uma abordagem crítica sobre o patriotismo, o nacionalismo, a condição feminina numa sociedade patriarcal recém-saída do Império, as ambições e vaidades humanas, o arrivismo, a cultura popular, os princípios republicanos, o autoritarismo, a tirania e a condição do negro no pós-abolição. É sobre esse último aspecto que desenvolvo aqui uma breve reflexão.

A história contida no livro descreve basicamente um trecho da trajetória de vida do seu protagonista. Quaresma é um funcionário público dedicado, convicto de um nacionalismo exacerbado, entusiasta da República recém-instaurada, leitor voraz detentor de uma vasta biblioteca e morador do subúrbio carioca. Empenhado em valorizar tudo que seja de origem nacional, a certa altura redige um documento oficial em tupi-guarani, desencadeando reações indesejáveis e desgastantes. Em função disso, é afastado do serviço e passa a se dedicar ao cultivo da terra num pequeno sítio a duas horas do Rio de Janeiro, não muito longe da capital. Com a deflagração da Revolta da Armada, supõe que o regime político republicano esteja em risco e dispõe-se a defender o governo de Floriano Peixoto, pegando em armas para combater o que entende – equivocadamente – ser uma ameaça aos princípios republicanos que defende. Contudo, com o desenrolar do conflito e em meio aos seus desdobramentos, sua vida toma rumo inesperado até que sobrevém o seu “triste fim”. Frustrado, reconhece que “a pátria que quisera ter era um mito”.³²

Convém explicitar que a abordagem que aqui se faz da literatura pretende ir além da mera identificação de representações do contexto histórico – notadamente da questão racial e da condição do negro no Brasil do pós-abolição – no texto ficcional. A perspectiva teórica que norteia essa análise filia-se mais diretamente ao campo da história social. Daí, por um lado, a importância de considerar a materialidade e a historicidade do texto literário. Por outro lado, interessa ressaltar como aspectos externos à obra literária tornam-se internos,³³ adquirem forma

³² BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma* / Lima Barreto: edição crítica, Antonio Houaiss y Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordenadores, 1ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997, p. 254 (Colección Archivos, v. 30. Edição Crítica da Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caraïbes et Africaine du XX Siècle. ALLCA XX). Por se tratar da única edição crítica do romance, sirvo-me dela aqui para as citações de trechos do livro, indicando em seguida, entre parênteses, no próprio corpo do texto, as referidas páginas.

³³ Ao invés de referir-me aqui aos textos de caráter mais acadêmico de Antonio Candido, reporto-me ao trecho de uma entrevista concedida ao jornal *Brasil de Fato*, em 8/8/2011: “Mas tenho muito interesse pelo estudo das obras que permitem uma abordagem ao mesmo tempo

literária³⁴ e constituem uma forma efetiva de intervenção no seu tempo e de participação no movimento da história.³⁵

Nesse sentido, um dos personagens que mais merece destaque no romance, para além do protagonista, chama-se Ricardo Coração dos Outros. Se não fica explícito se era negro ou não, sua caracterização é bastante detalhada e sua trajetória está envolvida pela questão racial. A rigor, ele surge no enredo como professor de violão de Quaresma, malvisto pela irmã mais velha de Policarpo, que por esta razão o censura logo nas primeiras páginas: “– Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio – não é bonito!” (p. 12). O irmão reage em sua defesa:

– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. [...] Convém que não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais [...] (p. 12).

O argumento é apresentado pouco antes do início de mais uma aula, em que Policarpo e Ricardo recolhiam-se na biblioteca que o primeiro mantinha em sua casa suburbana. “O Coração dos Outros vinha ali tão-somente ensinar o major a cantar modinhas e a tocar violão” (p. 19). Sua fala destacada indica a defesa incondicional de expressões da cultura nacional, que considera importante cultivar e valorizar:

O que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil [...]. Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país [...]. Estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. [...] Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani (p. 14-15).

interna e externa. A minha fórmula é a seguinte: estou interessado em saber como o externo se transformou em interno, como aquilo que é carne de vaca vira croquete. O croquete não é vaca, mas sem a vaca o croquete não existe. Mas o croquete não tem nada a ver com a vaca, só a carne. Mas o externo se transformou em algo que é interno. Aí tenho que estudar o croquete, dizer de onde ele veio”.

³⁴ WILLIAMS, Raymond. Formas. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979, p. 185-190.

³⁵ LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps: ce que l’histoire peut dire de la littérature*. 1ª ed. Paris: Gallimard, 2019. BOTELHO, Denilson; DUARTE, Adriano Luiz. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia C. da S.; SOUSA NETO, Marcelo de; SILVA, Ronyere F. da; EVERTON, Sthênio de S. (orgs.). *Ateliê da História*. 1ª ed. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, p. 73-100.

E quem era esse professor de nome tão peculiar?

Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. Rara era a noite em que não recebesse um convite. [...] Gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo (p. 18).

Contudo, o seu lugar nesse subúrbio não era exatamente nessa “alta sociedade”, pois sua condição era outra: “Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos de um dos subúrbios. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos dos subúrbios” (p. 110). Aliás, seja nos textos ficcionais ou não, Lima Barreto descreveu como poucos essa região periférica da cidade em que viveu. Se Sérgio Buarque de Holanda fez na década de 1930 uma instigante comparação entre as cidades que a colonização portuguesa e espanhola produziram nas Américas, cunhando respectivamente a imagem do sementeiro e do ladrilhador,³⁶ o autor de *Policarpo Quaresma* compôs um painel do subúrbio que também recorre à ideia da sementeira desordenada. E fez isso com duas décadas de antecedência, obviamente de forma bem mais simplória do que a erudição daquele historiador:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa cousa em matéria de edificação da cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influíu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem sementeiras ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma frequência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.

Marcham assim ao acaso as edificações e conseqüentemente o arruamento. Há casas de todos os gostos e construídas de todas as formas [...].

Não há nos nossos subúrbios cousa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades europeias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadi-

³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 61-100.

nhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados [...].

Além disso, os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Ali, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino (p. 108-110).

A longa citação permite entrever as condições de vida de Ricardo Coração dos Outros, que habitava uma dessas casas de cômodos suburbanas, onde “o seu quarto tinha o mobiliário mais reduzido possível. Havia uma rede com franjas de rendas, uma mesa de pinho, sobre ela objetos de escrever; uma cadeira, uma estante com livros, e, pendurado a uma parede, o violão na sua armadura de camurça. Havia também uma máquina para fazer café” (p. 113-114). Além disso, tinha que enfrentar o preconceito de pessoas como Adelaide: “A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação que se fizera, vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem” (p. 83). A escravidão se encerrara em 1888, mas sobrevivia no pós-abolição de variadas formas, inclusive pela desqualificação de tudo que lhe fosse associado. Se Ricardo não era nem poderia ser mais escravo, certamente era visto como “gente parecida” e de uma “certa ordem” indesejável para a “alta sociedade suburbana”. Percebe-se assim como Lima Barreto utiliza o romance para expor e denunciar as desigualdades de classe e raça nos primeiros tempos republicanos.

E como se o preconceito não bastasse, Coração dos Outros logo vê-se às voltas com outro tipo de problema: o surgimento de um concorrente:

De resto, ele agora sofria particularmente – sofria na sua glória, produto de um lento e seguido trabalho de anos. É que aparecera um crioulo a cantar modinhas e cujo nome começava a tomar força e já era citado ao lado do seu.

Aborrecia-se com o rival, por dous fatos; primeiro: pelo sujeito ser preto; e segundo: por causa das suas teorias.

Não é que ele tivesse ojeriza particular aos pretos. O que ele via no fato de haver um preto famoso tocar violão, era que tal cousa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre, não havia mal algum; ao contrário: o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas, tocando violão, era o inverso: o preconceito que lhe cercava a pessoa, desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava. E além disso com aquelas teorias! Ora! Querer que a modinha diga alguma cousa e tenha versos certos! Que tolice! (p. 84-85).

O narrador criado por Lima Barreto explica que Ricardo não fazia objeção ao rival por ele ser preto, mas sim ao fato de que tocando violão, rebaixava o instrumento já estigmatizado. Dessa forma, o que o conteúdo literário parece pretender evidenciar é o peso de uma tradição cultural oriunda da escravidão que a abolição não foi capaz de dissolver. Antes, pelo contrário, o violão nas mãos de um talentoso rival negro agravava a situação do modinheiro.

Mas Ricardo Coração dos Outros não é o único personagem que enseja alguma reflexão sobre a condição do homem negro no pós-abolição. “O preto Anastácio, que lhe servia há trinta anos” (p. 25), tornando-se um “agregado” de Policarpo e não mais um empregado (p. 129), apresenta-se como uma figura similar a Pancrácio, personagem da crônica de Machado de Assis, publicada na Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888.³⁷ Decretada a Abolição da escravidão, o proprietário chama Pancrácio e anuncia: “– Tu és livre, pode ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado [...]. Um ordenado pequeno”. E Pancrácio decide ficar ao invés de ganhar as ruas e enfrentar o desafio de viver às próprias custas. Se era isso a liberdade, o ex-escravo – fosse o Pancrácio de Machado ou o Anastácio de Lima – preferiu permanecer como um agregado ou empregado, a correr o risco de perecer na condição de homem livre, mas desprovido de direitos de cidadania capazes de lhe assegurar a sobrevivência.

O tema da condição de vida da população pobre e negra no pós-abolição aparece em *Policarpo* em diferentes momentos. Certa feita, Olga, afilhada de Quaresma, faz um passeio pela região do sítio em que o padrinho fora morar no interior. O narrador descreve suas observações:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele “sopapo” que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Porque ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Porque? [...] Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas cousas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!

³⁷ ASSIS, Machado de. *Bons dias! Obra completa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Vol. III, p. 489-491.

[...] Aquilo era uma situação do camponês da Idade Média e começo da nossa: era o famoso animal de La Bruyère que tinha face humana e voz articulada... (p. 138-139)

No dia seguinte a esse passeio, Olga encontra Felizardo, que trabalhava para o seu padrinho no roçado do sítio, e continua dando vazão à sua curiosidade. Afinal, ele também morava num pequeno sítio da região. Então o inquiriu: “ – Você porque não planta para você?” (p. 139). Na sua resposta, veio sugerida uma das chaves do problema:

– Terra não é nossa... E “frumiga”? ... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

[...] E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?

Debatendo-se com o mito da indolência que recai especialmente sobre os trabalhadores negros, mito relativizado aos seus olhos, visto que na África sabia que os indivíduos “plantam um pouco, algumas cousas para eles”, Olga se dá conta da ausência completa do Estado na vida dessa parcela da população. Faltam-lhes as condições mínimas para assegurar o cultivo da terra, a produção agrícola e a própria subsistência, na mesma proporção em que lhes são negados direitos de cidadania. Além disso, sobram latifúndios improdutivos e faltam-lhes a propriedade da terra. Poucos anos após a publicação de *Triste fim de Policarpo Quaresma* em livro, Lima Barreto publicava na imprensa um artigo abordando essa questão, que ficou conhecido como o seu “manifesto maximalista”, em que contemplava o problema da concentração fundiária e esboçava a defesa de uma reforma agrária:

Ora, os fundamentos da propriedade têm sido revistos modernamente por toda a espécie de pensadores e nenhum deles dá esse caráter no indivíduo que a detém. Nenhum deles admite que ela assim seja nas mãos do indivíduo, a ponto de lesar a comunhão social, permitindo até que meia dúzia de sujeitos espertos e sem escrúpulos, em geral fervorosos católicos, monopolizem as terras de uma província inteira, títulos de dívida de um país, enquanto o Estado esmaga os que nada têm com os mais atrozes impostos. A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar

quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce.³⁸

No romance, o próprio Quaresma mostra-se angustiado com a situação de miséria do trabalhador nacional egresso da escravidão. Refletindo sobre isso, compartilha inquietações: “Via o major com tristeza não existir naquela gente humilde sentimento de solidariedade, de apoio mútuo. Não se associavam para cousa alguma e viviam separados, isolados, em famílias geralmente irregulares, sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra” (p. 146). A ausência de condições básicas que inviabilizava até mesmo a capacidade de articulação entre essa gente que o protagonista descobre ao ir viver no campo, é agravada, segundo sua avaliação, por uma política de imigração inadequada: “A tal afirmação da falta de braços pareceu-lhe uma afirmação de má fé ou estúpida, e estúpido ou de má fé era o Governo que os andava importando aos milhares, sem se preocupar com os que já existiam” (p. 146).

Quando homens negros aparecem no romance, isso acontece também na forma de um feiticeiro.³⁹ Ismênia, filha de Albernaz e Maricota, havia adoecido e encontrava-se visivelmente deprimida. O pai “lançara mão de todos os recursos, de todos os conselhos apontados por quem quer que fosse” (p. 216). Foi assim que chegaram a um curandeiro. “Os feiticeiros [...] em geral, eram pretos africanos” e esse “mandingueiro” cuja “barba branca punha mais veneração e certa grandeza” (p. 216) surge como uma esperança de cura:

E o preto obscuro, velho escravo, arrancado há um meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dous corações uma esperança fugaz. Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativo, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para terras de outros deuses – e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo (p. 217).

³⁸ BARRETO, Lima. No ajuste de contas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 11 maio 1918, p. 11-13. Ver também: BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1, p. 336-343. Esse tema é retomado em diferentes artigos, especialmente em: BARRETO, Lima. Sobre o maximalismo. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1919, p. 14-15. Ver também: BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1, p. 459-465.

³⁹ Sobre o assunto, ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 387-426.

O narrador de Lima Barreto inverte a relação de dominação do passado de escravidão, colocando o “velho escravo” numa posição de poder. Afinal, ele se tornara capaz de prover alguma esperança aos seus senhores de outro tempo. Depois de “seu longo cativo”, era em suas mãos que se encontrava o possível apaziguamento das dores e aflições dos pais e a salvação de Ismênia.

E a posição de poder não é ocupada apenas pelo feiticeiro. De outra feita, Quaresma acompanha o mesmo Albernaz na busca pelo aprendizado e coleta de antigas cantigas. É à tia Maria Rita que vão recorrer, uma preta velha que seria uma espécie de repositório dessa tradição cultural. Albernaz era vizinho de Quaresma e planejava dar uma festa “à moda do Norte. [...] Mas quem havia de ensaiar, de dar os versos e a música? Alguém lembrou a tia Maria Rita, uma preta velha, que morava em Benfica, antiga lavadeira da família Albernaz” (p. 27).

Então partiram os dois ao encontro da mulher, que passou a morar mais distante. “A casa da velha preta ficava além do ponto, para as bandas da estação da estrada de ferro Leopoldina” (p. 29), lá para os lados do longínquo Santa Cruz. Ao localizarem-na, apresentaram a ela o pedido: “Minha velha, nós queríamos que você nos ensinasse umas cantigas” (p. 31). Depois de resistir um pouco, ela aquiesceu: “a preta velha, talvez com grandes saudades do tempo em que era escrava e ama de alguma grande casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou” (p. 31-32) alguns versos.

Certamente a mulher não tinha saudades de quando era escrava, mas sim de “alguma grande casa, farta e rica”. Já que a descrição daquela onde vivia em tudo parecia bastante diferente daquelas onde servira de ama:

Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada e coberta com as pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. [...] A sala era pequena e de telha-vã. Pelas paredes, velhos cromos de folhinhas, registros de santos, recortes de ilustrações de jornais baralhavam-se e subiam por elas acima até dous terços da altura (p. 30).

Junto com a liberdade, Maria Rita experimentava todo tipo de exclusão e decadência que a pobreza lhe impunha. A abolição, ao invés de torná-la cidadã, a expulsou para além da periferia, indo de Benfica para a distante Santa Cruz. E os seus dias não corriam mais entre as paredes de uma casa abastada, mas sim de uma modesta moradia caiada e sem forro – indícios incontestes da vida de privações que se impusera.

Sendo Lima Barreto um literato bastante estudado em diferentes áreas, diversos pesquisadores já abordaram a temática racial na sua obra. Os possíveis recortes para uma análise do tema são muitos. Magali Engel, por exemplo, debruçou-se

sobre os seus artigos e crônicas, examinando as ambiguidades dos textos não ficcionais do escritor quando enfrenta esse assunto.⁴⁰ É interessante notar como, na verdade, estamos diante de um assunto que é recorrente nos romances, contos, diários, em tudo que o autor produziu. É como se a sua literatura, atravessada por esta questão – que é ao mesmo tempo pessoal e uma questão do seu tempo histórico –, fosse o modo pelo qual participa do debate público fundamental naquele período – e, vale dizer, não só naquele período.

Se nas suas crônicas “se preocupou em combater o apagamento das memórias das lutas dos escravizados pela liberdade” e “defendia uma visão que, para além das possíveis ambiguidades e contradições, buscava valorizar positivamente o caráter miscigenado da sociedade brasileira”,⁴¹ os personagens do *Triste fim de Policarpo Quaresma* aqui mencionados foram construídos aparentemente com o mesmo propósito. Se Ricardo Coração dos Outros não rouba a cena do protagonista, junto com Anastácio e tia Maria Rita são os herdeiros das memórias e da cultura popular oriunda dos séculos de escravidão. Uma cultura popular que merece espaço privilegiado nos currículos e nas salas de aula, e que encontra em Lima Barreto um instrumento de sua afirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar esta análise, retomo o final do mesmo ensaio de Williams com o qual iniciei este texto. Porque o autor apresenta ali um esboço de programa de ação que permanece atual e indica um dos desejos que gostaria de ver concretizado: mais recursos públicos para as artes e para a educação de adultos:

Nessa altura vão surgir as vozes de sempre, dizendo que não se deve apoiar o que não gera lucro. De novo, isso aqui é uma nação e não uma firma. O parlamento não dá lucro, e o mantemos porque ele é necessário, e se funcionasse melhor com perdas financeiras ainda maiores, eu, e muitos outros, arcaríamos com o prejuízo. Mas por que, diz Sir George Mamon, eu deveria sustentar um bando de artistas de valor duvidoso? Por que, reitera Mrs. Mink, eu deveria pagar para educar, às minhas custas, tantos estudiosos irresponsáveis e ingratos? A resposta, meu caro senhor, minha cara senhora, é que vocês não sustentam tudo isso. Sozinhos, aprendam o que valem, vocês

⁴⁰ ENGEL, Magali Gouveia. Lima Barreto: dilemas e embates de um intelectual mulato na República dos Bruzundangas... In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (org.). *Pensadores negros pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX e XX. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 195-225.

⁴¹ *Ibidem*, p. 196 e 208, respectivamente.

não poderiam fazer quase nada. Estamos nos referindo a um método de pagamento comum: nós também vamos pagar.⁴²

O que pode fazer a literatura de Lima Barreto ser definitivamente algo comum, produção cultural na qual as camadas populares se vejam refletidas, é a democratização – em todos os sentidos – do acesso à educação. A questão central segundo Williams é se realmente nós acreditamos na democracia:

Quantos de nós realmente acreditamos nela? [...] Nada contribuiu mais para azedar a ideia da democracia, entre os que naturalmente a apoiariam, e para isolá-los em um autoexílio rancoroso, do que as questões simples e espantosas da cultura: a aparente divisão da nossa cultura entre, de um lado, uma sofisticação remota e complacente e, de outro, uma massa entorpecida. Quem então acreditaria na democracia? A resposta é bem simples: as milhões de pessoas na Inglaterra que ainda não tem acesso à democracia, onde trabalham e vivem.⁴³

Seguramente podemos afirmar que, aplicando a mesma pergunta à realidade brasileira, aqui acreditariam na democracia as milhões de pessoas que não têm acesso à democracia, onde trabalham e vivem. Acesso que lhes foi historicamente negado mesmo com a abolição da escravidão, pois a liberdade não veio acompanhada da garantia dos direitos fundamentais. No Brasil, raça e classe têm sido instrumentos habilmente empregados para perpetuar a desigualdade que aprisionam as artes e a literatura num universo restrito e elitizado, que as torna aparentemente inacessível para a maioria da população. Mas nós sabemos que a cultura é algo de todos, por isso é preciso democratizá-la.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Bons dias! Obra completa*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Vol. III, p. 489-491.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. 1^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1909.

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1.

⁴² WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 25.

⁴³ *Ibidem*, p. 27.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*/Lima Barreto: edición crítica, Antonio Houaiss y Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordenadores, 1ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

BARRETO, Lima. No ajuste de contas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 11/5/1918, p. 11-13.

BARRETO, Lima. Sobre o maximalismo. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, 1/3/1919, p. 14-15.

BARRETO, Lima. Bailes e divertimentos suburbanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922, p. 2.

BOTELHO, Denilson; DUARTE, Adriano Luiz. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia C. da S.; SOUSA NETO, Marcelo de; SILVA, Ronyere F. da; EVERTON, Sthênio de S. (orgs.). *Ateliê da História*. 1ª ed. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, p. 73-100.

CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 435, 8 agosto 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 02, 1990, p. 177-229.

ENGEL, Magali Gouveia. Lima Barreto: dilemas e embates de um intelectual mulato na República dos Bruzundangas... In: CHALHOUB, Sidney e PINTO, Ana Flávia Magalhães (org.). *Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 195-225.

FALERO, José. *Os supridores*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2, p. 13-53.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 61-100.

JOSÉ Falero: a literatura deve pertencer ao povo [Entrevista realizada por Renata Moniz]. *Trip*, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/jose-falero-a-literatura-deve-pertencer-ao-povo?utm_

source=mkt&utm_medium=email&utm_campaign=TRIP260221-A&utm_content=banner_05&fbclid=IwAR27hjOGGDdBYRGT33pxPDiD2LR0MprOdYSo5yj6pKdImKdEJk79DZ8uCI Acesso em: 20 abr. 2021.

LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps: ce que l'histoire peut dire de la littérature*. 1ª ed. Paris: Gallimard, 2019.

O SOCIALISMO é uma doutrina triunfante [Entrevista de Antonio Candido a Joana Tavares]. *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 435, 12 maio 2017. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas/> Acesso em: 20 maio 2021.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 387-426.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Formas. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979, p. 185-190.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 3-28.

A CONSCIÊNCIA DO IMPASSE: UMA LEITURA DE RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA

Manoel Freire (UERN)

INTRODUÇÃO

Publicado inicialmente em 1909, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* é o primeiro romance de Lima Barreto, e conta a história do jovem Isaías Caminha, narrada em primeira pessoa, com o distanciamento do idoso que olha para trás com a consciência histórica que o jovem ainda não tinha. O narrador vai colhendo nas dobras da memória episódios de sua trajetória de jovem pobre e mulato aspirante a uma posição social acima das condições de seu nascimento. As metas de Isaías representam os anseios que seriam comuns aos jovens da mesma condição, quando dotados de certo nível de instrução e conscientes da sua real posição na sociedade: fugir de um destino mais ou menos traçado e chegar a algum lugar que os deixasse a salvo da marginalidade. Vivendo em plena “república dos bacharéis”, em que os melhores postos no serviço público eram ocupados pelos que possuíam o diploma universitário, Isaías Caminha decide ir para o Rio de Janeiro estudar e ser “doutor”, para assim conquistar uma posição que lhe garantisse a possibilidade de livrar-se da marginalidade, fatalidade a que dificilmente escapavam jovens que nasciam nas mesmas condições adversas, segundo o ponto de vista do narrador.

O diploma universitário teria, para Isaías, dois sentidos: um efeito prático e objetivo, mudando a sua condição econômica; e um efeito abstrato e subjetivo, que abrandaria os suplícios do preconceito, algo como uma “reparação moral”. Mas o que seria um caminho quase natural a ser trilhado pelos jovens de classes favorecidas, que não precisavam de muito esforço para alcançar os mesmos objetivos, para a personagem de Lima Barreto seria uma longa e dolorosa jornada atravancada por obstáculos, com grande probabilidade de fracasso, haja vista que apenas inteligência, dedicação aos estudos, seriedade e honestidade de seus propósitos não seriam suficientes para superar os impasses criados pela sociedade. Como tantos outros anônimos, Isaías fracassa no seu projeto e, depois de velho, resolve escrever suas memórias para mostrar essa “regra” de natureza social que se apresentava como natural na escrita dos intelectuais de seu tempo, revelando assim a consciência dos impasses que bloqueiam as potencialidades de indivíduos de certas condições numa sociedade marcada por assimetrias.

1. SOB O SIGNO DA OPRESSÃO

É sob o signo da opressão que se desenvolve a narrativa de Isaías Caminha, cuja posição social por si mesma condiciona de certo modo seu “destino”. É já no próprio ambiente familiar que o protagonista sente os efeitos nocivos de uma organização social injusta, em que observa as relações assimétricas entre pessoas de origem e condição social diferentes. Filho de um padre com uma empregada ou semiescrava, o jovem percebe a assimetria da relação, em que nitidamente sobressai a posição vantajosa do pai, assentada em três aspectos fundamentais: a cor, a condição social e a instrução. Assim, a relação no lar de Isaías Caminha organiza-se assimetricamente: o pai branco, a mãe negra/mestiça; o pai provindo de família economicamente favorecida, a mãe de origem humilde; o pai ilustrado, a mãe analfabeta. Ainda criança, incapaz de compreender os efeitos das diferenças de cor nas relações interpessoais, Isaías identifica o primeiro grande contraste entre a mãe e o pai: a distância intelectual que os separava, realçando a superioridade paterna: “O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento” (p. 45).

Motivado pela oposição entre os dois polos que o pai e a mãe representam, o adolescente passa a sonhar com glórias futuras. Os motivos têm origem nesses dois pontos de referência, que embora distantes e opostos, impulsionam as energias do jovem para o mesmo ponto de chegada, para onde se move empurrado, simultaneamente, de um lado pela ambição de seguir os passos do pai bem-sucedido; de

outro, pelo desejo de fugir ao destino infeliz da sua mãe, oprimida pela pobreza, o preconceito e a ignorância. Ou seja, as ambições de glória se encontram e se aliam ao medo da miséria. Contemplando no dia a dia o contraste do espetáculo doméstico, em que se deslumbrava com o exército de homens ilustres que desfilavam na prosa eloquente do pai, realçada pela quase mudez da mãe, o menino Isaías passa então a sonhar com a grandeza e a glória, sem ainda calcular o quanto de sacrifício a escalada para “outro mundo” poderia lhe custar. Mas, se o adolescente ainda não avaliava com precisão as dificuldades objetivas que se apresentariam no caminho espinhoso que tinha de percorrer, já pressentia algo perturbador no destino que o esperava. Assim, nos dias que antecedem sua viagem para o Rio de Janeiro vive sacudido entre a miragem da glória e o fantasma incompreendido do fracasso (Cf. PRADO, 1989), que se manifesta nos momentos de desânimo que sucedem cada rompante de euforia: “Ouvia uma tentadora sibila falar-me, a toda a hora e a todo o instante, na minha glória futura”; mas, como que pressentindo algo incômodo, “agia desordenadamente e sentia a incoerência dos meus atos”, e sem compreender bem, “esperava que o preenchimento final do meu destino me explicasse cabalmente” (RIC, p. 47).

Em várias passagens do romance a alternância entre a euforia e o medo, entre a esperança e o desalento, entre a alegria e a tristeza do protagonista corre paralelamente à alternância das condições atmosféricas do tempo. Trata-se de um artifício frequente na prosa de Lima Barreto que sugere certa correspondência entre as condições do tempo e a disposição psicológica da personagem, procedimento observado em romancistas modernos por E. M. Forster (2006, p. 210). Assim, num momento decisivo da vida de Isaías, vésperas de sua partida para o Rio de Janeiro, quando está tomado de dúvidas quanto ao futuro, o temor é acentuado pela imagem da tempestade, que atua sugestivamente como prenúncio de catástrofes futuras: “Eu estava deitado num velho sofá amplo. Lá fora, a chuva caía com redobrado vigor e ventava fortemente. A nossa casa frágil parecia que, de um momento para outro, ia ser arrasada” (p. 55). Temor que a fisionomia da mãe, no seu silêncio medroso e olhar desconfiado reforçava na subjetividade do adolescente, que parecia adivinhar-lhe o pensamento. A desconfiança no futuro e o receio do embate que se aproximam, Isaías advinha no semblante da mãe, em quem advinha vê as marcas da injustiça e da opressão, o que o leva a vislumbrar os perigos a que estaria exposto:

Minha mãe ia e vinha de um quarto próximo; removia baús, arcas; cosia, futejava. Eu devaneava e ia-lhe vendo o perfil esquelético, o corpo magro, premido de trabalhos, as faces cavadas com os malaras salientes, tendo pela pele parda manchas escuras, como se fossem de fumaça entranhada. De quando em quando, ela lançava-me os seus olhos

aveludados, redondos, passivamente bons, onde havia raios de temor ao encarar-me. Supus que adivinhava os perigos que eu tinha de passar; sofrimentos e dores que a educação e inteligência, qualidades a mais na minha frágil consistência social, haviam de atrair fatalmente (p. 55-56).

No mesmo olhar percebia o amor e o orgulho da mãe satisfeita com o filho inteligente e de futuro promissor, mas também a piedade e o temor da mãe que pressente, por intuição e experiência própria, as armadilhas e perigos que a sociedade prepara para jovens da cor e condição social de Isaías: “Não sei que de raro, excepcional e delicado, e ao mesmo tempo perigoso, ela via em mim, para me deitar aqueles olhares de amor e espanto, de piedade e orgulho”, talvez a imaginar o quase inevitável fracasso daquele frágil adolescente que, a seus olhos, “era como uma rapariga, do meu nascimento e condição, extraordinariamente bonita, vivaz e perturbadora”, que não resistiria ao “ambiente de sedução e corrupção, e havia de acabar por aí, por essas ruas...” (p. 56), como Clara dos Anjos, que depois de seduzida e abandonada descobre que não era ninguém.

A cena que apresenta os preparativos para a partida de Isaías compreende um dos momentos mais intensos do romance, sobretudo porque o narrador dá voz à sua mãe, cujas palavras, se por um lado parecem insuficientes para expressar o sentimento particular de uma mãe, por outro traduzem um sentimento coletivo, as agruras de um enorme contingente de população que vivia na sua mesma condição, vítima de um mesmo processo e sujeita aos mesmos “perigos”. Assim, a tristeza e o abatimento da mulata cujas “faces cavadas” denunciam um passado de sofrimento e humilhação, representam os sentimentos de uma raça inteira que viveu submetida às humilhações que o trabalho escravo, num primeiro momento, e ocupações de semiescravidão, numa fase posterior, e vincaram indelevelmente, e cujas perspectivas futuras, abertas pela Abolição, continuavam pouco promissoras. Sob esse aspecto são conhecidas as consequências dos longos séculos de escravidão no Brasil, onde só muito tardiamente foi abolido o trabalho escravo, com a agravante de não terem sido criadas as condições necessárias para a integração dos libertos e seus descendentes na nova ordem econômica, ficando os negros libertos como uma massa errante no reino do abandono, livres dos antigos senhores, mas escravizados pelas piores condições de vida, submetidos a situações de competição para as quais não estavam preparados (Cf. FERNANDES, 2004, 2007). São marcas visíveis no próprio Isaías, que a aguda sensibilidade da mãe não deixava escapar, ao adivinhar “os perigos” pelos quais o jovem teria de passar, como os demais da sua condição social. Uma das passagens mais tocantes do romance é a cena da despedida, pelo comovente gesto de afeto da mãe, em cujo olhar o narrador vê algo mais do que o amor materno: “quando me despedi, ela deu-me um forte

abraço, afastou-se um pouco e olhou-me longamente, com aquele olhar que me lançava sempre, fosse em que circunstância fosse, onde havia mesclados, terror, pena, admiração e orgulho” (p. 57).

O percurso da viagem até a capital da República já constitui uma iniciação de Isaías ao mundo estranho que o esperava lá fora. Ele a sente “enfadonha” e desagradável, sem qualquer sinal de perspectivas animadoras. Ao contrário, o único incidente do percurso o machuca e desanima: é o episódio em que recebe no balcão de uma venda tratamento diferente, cuja razão não compreende de imediato, mas depois percebe que a diferença no atendimento se devia à sua cor, pois enquanto reclamava da demora em lhe trazerem um troco, via que “ao mesmo tempo a meu lado, um rapazola alourado, reclamava o dele, que lhe foi prontamente entregue”. “Ferido pelo contraste”, confessa Isaías, “Curti durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos” (p. 60).

A esperança nutrida pelos momentos de euforia é ao mesmo tempo enfraquecida pelos instantes de desânimo que a atmosfera social, às vezes reforçada pela paisagem natural, vai impingindo na mente de Isaías, que vive alternativamente entre a esperança e o desengano. A viagem como que prenuncia as dificuldades que viriam num futuro bem próximo: “me invadiu durante toda ela um letargo, um torpor que me chumbou o corpo e me tornou a inteligência de difícil penetração” (p. 59). A paisagem que o movimento do trem faz desfilar aos olhos da personagem não lhe desperta qualquer entusiasmo, enquadra-se na mesma letargia a que está entregue. São sempre “as mesmas charnecas úmidas ao sopé de morros de porte médio, revestido de um mato ralo, anêmico, verde escuro, onde, por vezes, uma árvore de mais vulto se erguia soberbamente, como se o conseguisse pelo esforço de uma vontade própria” (p. 59). Como o vai e vem de um pêndulo, durante a viagem o ânimo da personagem oscila entre a esperança e o temor, a crença e a dúvida acerca do futuro que o esperava. Assim, depois da dormência provocada pelo choque da humilhação, acorda com outro ânimo, cheio de esperanças e com a sensação de bem-estar. É um outro quadro que se apresenta, emoldurado por uma paisagem que, embora melancólica, agora se mostra agradável à sua vista. Contrastando com a situação anterior, em que “os esforços que fiz, mais espesso tornaram o capacete plúmbeo que me oprimia o cérebro” e agora “o crepúsculo cobria as cousas com uma capa de melancolia por assim dizer tangível”, que “afagava, roçava pelas minhas faces, tocara-me nas mãos de leve como uma pelúcia”, e por entre as “laranjeiras douradas de pomos maduros, a locomotiva corria célere” (p. 60-61). Apresenta-se outra atmosfera, desta feita mais alentadora para o jovem

cheio de esperanças, reanimado com a visão encantadora da paisagem, em cuja poesia encontra o alimento para a alma, carente de afeto no mundo dos homens: “Evolava-se do ambiente um perfume, uma poesia, alguma coisa de unificador, a abraçar o mar, as casas, as montanhas e o céu” (p. 61-62).

Outra vez cai o entusiasmo do jovem e volta o desânimo que o oprime quando vê de perto e se acha dentro da capital da República, cuja visão imediata o decepciona. A primeira impressão da cidade onde esperava encontrar a realização pessoal é decepcionante e manifesta-se na personagem como um choque: “Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça para onde dava a estação, tive uma decepção”, nos diz, “Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente por um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada”. Cheio de expectativas em relação à cidade, capital cultural e administrativa do país, onde residiam homens mais importantes, além da imagem que tinha da cidade bela “pela própria natureza”, causa espanto ao jovem provinciano o seu aspecto maltratado, daí sentir-se enganado: “Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa”, pois não esperava encontrar ruas “feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma” (p. 62-63). Curiosamente, o jovem Isaías toma os primeiros contatos com a capital da República por intermédio de Laje da Silva, personagem aparentemente sem importância, mas que se torna significativa pelo contraste que estabelece com o próprio Isaías. É o típico provinciano bem-sucedido nos negócios, conhecedor das manhas e truques dos vencedores. Domina a “ética da malandragem” e movimenta-se com desenvoltura das redações dos grandes jornais à Câmara dos Deputados, sendo capaz de conferir e obter certidão legal para as mais inusitadas falcatruas. A presença constante de Laje da Silva na trajetória de Isaías confere-lhe um papel importante na história, uma vez que influi sobre o modo como o jovem passa a encarar a vida na cidade grande. É ele que introduz Isaías aos “mistérios” da capital federal, funcionando como motivo para fazer ver ao adolescente provinciano que o mundo da competição na grande cidade é mais complexo do que o enredo de “contos de fadas” tecido pela sua imaginação infantil. Laje da Silva lembra “uma curiosa personagem” que Graciliano Ramos viu no romance *Amanhecer*, de Lúcia Miguel Pereira: “uma personagem bem estranha, uma personagem insignificante que no decorrer da história ganha importância, não por ter crescido, mas porque influi poderosamente na vida de pessoas muito maiores que ela” (RAMOS, 1994, p. 110).

Nos encontros com o suposto padeiro Laje da Silva, com quem entabula as primeiras conversas, desde os primeiros momentos a atitude de Isaías é de desconfiança, como se farejasse no comerciante sinais de negócios desonestos, o

que mais tarde irá constatar. A reação inicial do jovem é ambivalente, sentindo pelo astucioso negociante ao mesmo tempo simpatia e repulsa, adivinhando nele algum traço comum à sua vida roqueira, misturado ao sentimento de desconfiança em relação ao seu procedimento nos negócios, graças aos quais subira a um lugar mais elevado economicamente. Assim, ao perceber que Laje da Silva outrora “se entregara a trabalhos grosseiros, mas que, de uns tempos para esta parte, gozava de uma vida mais fácil e leve”, Isaías sente-se de certo modo atraído pela amizade do padeiro, mas ao mesmo tempo observa que seu olhar “era de velhaco mercadejante”, daí sua desconfiança:

Aquele homem ia pondo em mim uma singular inquietação. A sua admiração tão explosiva ao meu projeto de estudo, as suas maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas, o seu olhar cauteloso, perscrutador e sagaz, junto ao seu ar bonacheirão e simplório, provocavam-me desencontrados sentimentos de confiança e desconfiança. Havia nele tanta coisa oposta à profissão que dizia ter que me pus a desconfiar (p. 64-65).

Isaías logo percebe que as relações de Laje da Silva na capital federal, onde dispunha da amizade e dos favores de políticos e jornalistas importantes, iam muito além do que permitia a situação de um padeiro do interior. De acordo com o narrador, “conhecia minuciosamente toda a vida jornalística”, e sabia com precisão “os nomes dos redatores, dos proprietários, dos colaboradores; sabia a tiragem de cada um dos grandes jornais, como a de cada semanário de caricaturas”, qualidades estranhas em quem não demonstrava ser “homem de leituras, político ou dado às letras”, e em quem, nos diz Isaías, “não lhe senti a mais elementar preocupação intelectual” (p. 71).

2. O ENCONTRO COM O “PAÍS OFICIAL”

Na carta de recomendação do Coronel Belmiro, que Isaías Caminha conduz para entregar ao deputado Castro ao chegar à capital da República, inscreve-se uma forma de organização política atrasada, baseada em relações paternalistas e clientelistas. Desse modo, o narrador sugere que os princípios racionais e impessoais do ideário liberal-democrático, que faziam figura na retórica oficial, eram negados na prática efetiva dos políticos e das instituições republicanas, indicando assim que as ideias continuavam “fora do lugar”, como assinalou um crítico à vida brasileira no Segundo Reinado (Cf. SCHWARZ, 1982). Carmem Figueiredo observa esse aspecto no romance de Lima Barreto, assinalando que “o semianalfabeto coronel Belmiro imprime suas marcas no poder legislativo, estende seus domínios até as modernas e urbanas relações socioeconômicas da Capital” (FIGUEIREDO, 1988,

p. 164). Todavia, vale ressaltar que, apesar de apresentar uma ordem política em que ainda predominam as arcaicas relações paternalistas, a Capital da República que Isaías Caminha conhece encontra-se em processo de modernização, com novos atores participando dos processos decisórios.

Assim, as antigas práticas clientelistas permanecem, mas começam a tomar outra roupagem, já não se verifica o predomínio exclusivo do poder que emana do mundo rural sobre as relações políticas e econômicas do país. Os coronéis continuam dando as cartas na política nacional, mas não se trata mais (ou não apenas) do senhor de terras de hábitos roceiros e “analfabeto”, mas de bacharéis e magnatas da imprensa, do alto comércio e da indústria. Na capital federal que então se modernizava, exibindo nas ruas e nos lugares mais frequentados signos da modernidade, os instrumentos técnicos próprios do meio urbano sobrepõem o antigo poder rural. Nesse novo horizonte aberto pelos modernos instrumentos de comunicação, o escrito elaborado nos moldes precários da gramática capenga do coronel não tem força o bastante para competir com a retórica dos bacharéis. A carta do coronel Belmiro ao deputado, que tanta esperança nutria no jovem estudante, na verdade não tem qualquer efeito prático, o que sugere que o coronel não exercia mais qualquer influência sobre as decisões do parlamentar, conforme constata o próprio Isaías. Por outro lado, a personagem verá mais tarde a força de Ricardo Loberant, que da redação do seu jornal impunha seus interesses à política republicana: “As conversas da redação tinham-me dado a convicção de que o doutor Loberant era o homem mais poderoso do Brasil; fazia e desfazia ministros, demitia diretores, julgava juizes e o presidente, logo ao amanhecer, lia o seu jornal, para saber se tal ou qual ato seu tinha tido o placet desejado do doutor Ricardo” (p. 177).

Sendo a máquina administrativa regida por tais relações, que negam os valores modernos da democracia e da igualdade, qualidades individuais, como o talento, a inteligência e a honestidade se anulam. Dentro de uma ordem social com tais características, essas qualidades não constituem condição para ascensão social dos indivíduos, uma vez que as relações de compadrio de que se alimenta a “instituição do favor” anulam o talento e o esforço pessoais, sendo o apadrinhamento político o instrumento mais eficaz para o cidadão subir alguns degraus na escala social, ficando impossibilitada assim a cidadania plena. Se o mérito individual é moeda sem valor, ninguém chega a uma posição superior por competência e esforço próprios, sem que tenha relações próximas com pessoas influentes, e é só dessa maneira que Isaías consegue subir um degrau na redação do jornal, quando passa a ter a proteção do diretor por tê-lo flagrado em situação desabonadora.

O primeiro contato de Isaías com uma instituição republicana dá-se quando ele vai à Câmara dos deputados à procura do doutor Castro. Na situação descrita, o efeito tragicômico é produzido e realçado pelo deslocamento e pela inadequação que se estabelece entre os elementos do conjunto. O parlamento, instituição responsável pelas leis e normas que zelam pelo funcionamento do país, ocupa lugar dos mais importantes na organização institucional do Estado na vida moderna. Sabe-se que, findas as monarquias absolutistas do século XVII ao XIX na Europa, torna-se cada vez maior o papel dos parlamentos na vida política das nações, e daí a força e a importância das câmaras legislativas, vistas como a representação mais legítima da sociedade nos regimes democráticos. Tendo essa compreensão, o cidadão esclarecido constrói uma imagem e um horizonte de expectativas em relação a essa instituição que, embora varie de cidadão para cidadão e de sociedade para sociedade, mantém constantes alguns princípios como a competência, a honestidade, a responsabilidade e a dedicação às causas públicas por parte dos seus representantes. Ou seja, princípios que vão de encontro ao que o jovem Isaías, estupefato, observa numa sessão da Câmara dos Deputados de seu país, daí sua frustração, como também do leitor, que acompanha a descrição detalhada do narrador. Além da desconfiança que lhe inspirava Laje da Silva, da falsidade e da presunção de figuras respeitadas no mundo das letras e do jornalismo, que a essa altura pudera conhecer por meio do padeiro, Isaías passa a encarar cada vez mais cautelosamente as condições gerais da sociedade, modificando suas perspectivas em relação ao próprio futuro. Depois de tentar incansavelmente e não ser atendido pelo doutor Castro, e ao assistir ao espetáculo grotesco do parlamento, quando entra em contato com os “digníssimos representantes da Nação Brasileira” e pela primeira vez os vê exercer o ofício de legislar, a personagem começa a perceber a crueza da realidade, muito diversa da que supunha até então. O contraste entre as expectativas do jovem provinciano e a situação real que presencia no parlamento é colossal e Isaías sai decepcionado com o perfil dos representantes da nação. Na sua ingenuidade e simplicidade provincianas, Isaías Caminha conhecia deputados e senadores apenas de nome, e deles guardava a imagem que formara a partir das leituras escolares ou de biografias de grandes vultos, que aparecem sempre areolados com as melhores qualidades: heroísmo, sabedoria, honestidade e espírito público. Supunha homens capazes de compreender, interpretar e apresentar a solução para os problemas da sociedade, sem macular suas atividades com interesses pessoais, com ações que não estivessem diretamente vinculadas aos interesses e necessidades da população. Foi com tal ideia, confessa o narrador com certa dose de ironia, que “subi pensando no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Senhores Deputados”, pensando nos “velhos legisladores da

lenda e da história” (p. 75). A decepção do jovem decorre do confronto do seu idealismo com a realidade que observa no parlamento do país, onde vê apenas figuras desconhecidas, homens sem expressão e sem ideais, além do clima de desordem que caracterizava o ambiente. Confronta a imagem que construía dos grandes parlamentares à figura do doutor Castro, deputado com quem pôde falar pessoalmente e constatar nele a ausência de qualidades que julgava indispensáveis a um legislador, cujos atos podiam decidir o destino da nação. “Foi com grande surpresa que não senti naquele doutor Castro, quando certa vez estive junto dele, nada que denunciasses tão poderosas faculdades”, nos diz. Daí seu desapontamento ao vê-lo “durante uma hora olhar tudo sem interesse”, e perceber que “só houve um movimento vivo e próprio, profundo e diferencial, na sua pessoa, quando passou por perto uma fornida rapariga de grandes ancas, ofuscante de sensualidade”. É com melancolia que o narrador constata o descompasso entre os seus ideais e a realidade, a distância entre as qualidades que julgava essenciais a um parlamentar e aquelas que efetivamente existiam no doutor Castro.

Segundo a visão idealista de Isaías Caminha, as qualidades que o legislador deveria possuir eram de um sábio, capaz de compreender profundamente a natureza da sociedade e dos homens: “o legislador tinha que ter a ciência da terra e a clarividência do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos” (p. 76). O contraste entre o ideal da personagem e a realidade política do país é fixado pela sátira hiperbólica da descrição de uma sessão na Câmara dos Deputados. Ao olhar do narrador não escapa o menor detalhe, e o conjunto dos pormenores compõe o quadro tragicômico que surpreende Isaías, que sai do recinto decepcionado com o que vê. Logo de entrada constata a desordem reinante no ambiente, que aos olhos do jovem idealista aparece como algo fantasmagórico, a que ele assiste bestializado, o que desfaz suas expectativas em relação aos “nobres deputados”, nos quais supunha haver qualidades superiores. Ao chegar ao recinto, com olhar curioso de quem se acha pela primeira vez onde funciona a instituição que faz as leis do país, como uma câmera cinematográfica flagra a desordem reinante: “No espaço guarnecido entre a mesa do presidente e a primeira das bancadas, havia o trânsito de rua frequentada; numa porta ao fundo, um ajuntamento de guichet de teatro em enchente” (p. 77). O narrador fecha o espetáculo parlamentar com a cena tragicômica do discurso do deputado Jerônimo Fagot:

Parecia que as palavras de Fagot lhe morriam nos lábios: movia a boca e gesticulava como um doido furioso. Os colegas desapegados de sua eloquência dividiam-se em grupos. À esquerda, lá longe, quase na minha frente, alguns viam cartões postais; um outro, sob os meus pés, isolado, no burburinho, escrevia febrilmente, erguendo, de quando em quando, a caneta para pensar; uma roda de três, à esquerda e ao fundo,

conversava sorrindo; ao fundo, ainda, mais um pouco à direita, um deputado gordo, com o calor que com o correr do dia se fizera forte, esquecido no sono, por detrás de um par de óculos azuis, roncava perceptivelmente. Fagot falou cerca de meia hora; e, quando deixou a tribuna, o presidente já era um terceiro deputado... (p. 78-79).

Esse quadro grotesco oblitera a visão de Isaías e contribui para nutrir nele o desalento e o medo da sociedade, já despertados pelo tratamento adverso que recebeu do caixeiro da venda na estação, pelo comportamento de Laje da Silva e pelos olhares desdenhosos colhidos na sua perambulação pelas ruas etc. O episódio é significativo especialmente por constituir o primeiro contato do jovem com uma instituição republicana, responsável pelas normas que regulam a condução do país, virtualmente comprometida com a melhoria da vida dos menos favorecidos, segundo os modernos princípios republicanos que alimentavam os sonhos do jovem. Ao sair do recinto da Câmara dos Deputados, ainda sem compreender muito bem o espetáculo a que assistira, o desapontamento de Isaías traduz a consciência do jovem que se vê agora em comunhão com a massa de deserdados, uma população oprimida cujo destino estava entregue às autoridades incompetentes e desonestas. No trânsito, tenta assimilar as impressões que lhe deixaram os parlamentares:

Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a Rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali, admirado que aquela porção de gente trabalhasse sob sol tão ardente, sem examinar que valor tinham as suas Câmaras e o seu Governo. E a facilidade com que os aceitava, pareceu-me sentimento mais profundo, mais espontâneo, mais natural que a minha ponta de crítica que já começava a duvidar deles (p. 80).

Depois que Isaías testemunha o espetáculo deprimente dos deputados tudo que representa a vida oficial lhe parece diminuído: as instituições e os símbolos nacionais se mostram sem grandeza, muito aquém da imagem que formara deles e das qualidades que deveriam ter, segundo acreditava, e tal impressão contribuía ao mesmo tempo para minar suas esperanças, corroendo por dentro seu “poder da vontade”. Assim, logo após o encontro decepcionante com o poder legislativo, a experiência com outra instituição republicana não o deixaria mais animado. O seu pessimismo só faz aumentar com a impressão que lhe causa um desfile militar, que encontra por acaso nas suas deambulações solitárias pelas ruas da cidade, tentando digerir os desenganos: “O batalhão começou a passar: na frente os pequenos garotos; depois a música estrugindo a todo o pulmão um dobrado canalha”, que animava “Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar”, acompanhados pelas “praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo”, observa

o narrador desencantado, para em seguida completar: “Os oficiais pareciam de um país e as praças de outro” (p. 83-84).

O narrador desfila uma sequência de frases e expressões no mínimo irônicas para a situação, exprimindo assim o seu desencanto com as instituições. Não ouve o som da música, mas o “ruído de uma fanfarra militar”, que enche a rua com o “estrugido” de um “dobrado canalha”. O contraste entre os oficiais arrogantes e orgulhosos da “sua elegância militar” e as “praças bambas, moles e trôpegas”, ofusca o pretenso brilho e, o que parece mais significativo ainda do ponto de vista crítico do narrador, é que as praças caminham “trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção”, o que nega o orgulho patriótico, e carregam nos ombros as carabinas como um “instrumento de castigo”, alheios ao significado da sua função, daí que “os oficiais pareciam de um país e as praças de outro”. E em vista do quadro, Isaías arremata sua impressão de descrença e desilusão: “até a própria bandeira que passara, me deixou perfeitamente indiferente”, lembrando que tomava contato pela primeira vez com a força armada do país, da qual tivera apenas vagas notícias, por exemplos pouco edificantes. Numa ocasião em que vira, “num portal de uma venda, semiembriagado, vestido escandalosamente de uma maneira hibridamente civil e militar, um velho soldado”; noutra, quando vira a viúva de um general receber “um conto e tanto de pensões a vários títulos, que lhe deixara o marido, um plácido general que envelhecera em várias comissões pacíficas e bem retribuídas” (p. 84).

Abatido e desalentado, o jovem caminha na “solidão” das ruas, cujo movimento, que se faz a todo o transe e indiferente ao seu destino, ele observa com olhos de espectador solitário e estranho ao que ver. No estado de semiembriaguez, ocorre-lhe como que uma suspensão do pensamento em face do espetáculo que desfila à sua volta, do qual seu olhar ambulante, como uma câmera fotográfica, vai colhendo recortes e fragmentos da realidade que se harmonizam afinal num quadro coerente, compondo-se a narrativa pelo aleatório do “relato-flagrante” (Cf. PRADO, 1989, 2004). Na síncope momentânea da faculdade racional a realidade é apreendida em fragmentos pelos vários sentidos: são movimentos, cores, sons, ruídos e perfumes, impressões que escapam ao pensamento:

Subia a rua. Evitando grupos parados no centro e nas calçadas, eu ia caminhando como quem navegava entre escolhos, recolhendo frases soltas, ditos, pilhérias, e grossos palavrões também. Cruzava com mulheres bonitas, feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de seda. Eram como grandes e pequenas embarcações movidas por um vento brando que lhes enfunasse igualmente o velame. Se uma roçava por mim, eu ficava entontecido dentro da atmosfera de perfume que exalava.

Era um gozo olhá-las, a elas e à rua, com sombra protetora, marginadas de altas vitrines atapetadas de joias e de tecidos macios (p. 83).

Como espectador ambulante, Isaías impressiona-se com a visão das vitrines que exibem artefatos de luxo, signos da modernidade e do progresso capitalista, cujo contraste com a sua condição de miséria e abandono acentua ainda mais o sentimento de impotência, daí o estado de passividade em que se encontra, envolvido e “entontecido” pelo turbilhão de sons desconexos, cores e perfumes, sem a eles reagir. Signos que o atraíam, exibindo-se alguns inclusive como símbolos não apenas de poder e riqueza, mas de valores caros às aspirações do jovem estudante, como a honestidade e o saber. “As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Veste-me, ó idiota, nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber”. Aqui a percepção já vem acompanhada de uma ponta de crítica: “Sem nós, não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio” (p. 83). É sugestivo o fato de Isaías atravessar o ponto mais elegante da cidade exatamente nesse momento de profundo desânimo, quando sente ameaçada a própria sobrevivência, o que realça a precariedade da sua condição. “Aventurei-me pela Rua do Ouvidor já preso a outros pensamentos” diz ele. A visão do espaço dos grã-finos acentua o contraste e mostra a dimensão da sua pobreza, de modo que as damas elegantes e luxuosamente vestidas o levam a recordar as roupas pobres de sua mãe: “Por momentos, em face daquelas damas a arrastar toillettes de baile pela poeira da rua, lembrei-me dos tristes vestidos de minha mãe, da sua cassa eterna, da sua chita e do seu morim...” (p. 80), o que não deixa de ser uma violência contra a dignidade do jovem excluído. O contraste entre a situação da personagem e o espetáculo que se exhibe nas ruas e nas vitrines como signos do progresso na sociedade moderna sugere a “violência do progresso” na modernidade, haja vista que acentua a distância entre as virtualidades prometidas e as possibilidades concretas de realização por parte de determinados grupos sociais. Sob esse aspecto assinala-se a formulação de Marshall Berman (1986) sobre a modernidade, compreendida como a condição de progresso e desenvolvimento alcançada pelos países ocidentais, sobretudo no século XIX. Na acepção de Barman, a modernidade é inseparável do progresso capitalista, daí seu caráter de violência, caracterizando-se pelo contínuo desenvolvimento e transformação das sociedades nos mais diferentes setores, tais como a economia, as relações sociais, a organização política e a cultura em geral, transformações a que muitos sucumbem. Segundo o autor, ser moderno ou viver a modernidade “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo

o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15). Os primeiros dias de Isaías na capital da República são de angústia desespero, sobretudo depois de sentir-se enganado pelo deputado Castro, sua única esperança de arranjar uma ocupação que lhe garantisse meios de sobrevivência. Distante da proteção do lar e do afeto materno, a situação do jovem é de desespero. Sozinho, sem relações e sem recursos, sente-se abandonado num mundo hostil e indiferente ao seu destino: “Foram de imensa angústia esses meus dias no Rio de Janeiro”, confessa; “Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda hora esmagado pela menor pressão” (p. 87, grifo meu). Em tais condições evapora-se a esperança do jovem, tomado por profunda melancolia e vendo nas desgraças presentes o anúncio de tragédias futuras, daí a forma como passa a tratar o pouco dinheiro que lhe resta, o qual via como seu único arrimo:

Sentia-me só, só naquele grande e imenso formigueiro humano, só, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos que uma desgraça pudesse fazer amigos. Os meus únicos amigos eram aquelas notas sujas e encardidas; eram elas o meu único apoio; eram elas que me evitavam as humilhações, os sofrimentos, os insultos de toda sorte; e quando eu trocava uma delas, quando as dava ao condutor do bonde, ao homem do café, era como se perdesse um amigo, era como se me separasse de uma pessoa amada. Eu nunca compreendi tanto a avareza como naqueles dias que dei alma ao dinheiro, e o senti tão forte para os elementos da nossa felicidade externa ou interna... (p. 86).

Assim, no estado de abandono em que se encontra, sem qualquer apoio material ou moral, desenganado e oprimido pelas necessidades, Isaías apega-se ao dinheiro com espírito de usurário e passa a apelar para as obras do acaso, atitude que traduz sua descrença na sociedade organizada pelos homens. Percebe-se um gradativo movimento negativo no ânimo do protagonista, que vai aos poucos arrefecendo no seu projeto de ascensão social pelos estudos. A essa altura apela alternativamente para forças diversas e opostas, “para o Mistério e para as potências terrestres”, preso a “duas amarras, uma no Mistério e outra nas coisas do mundo” (p. 84), na esperança de encontrar e ser bem acolhido pelo deputado ou receber uma dádiva de espíritos do além:

Oprimido com uma antevisão de misérias a passar, de humilhações a tragar, o meu espírito deformava tudo que via. Os menores fatos que lhe caíam ao alcance, eram aumentados de lado, diminuídos de outro; faziam-se outra cousa muito diversa para minha sensibilidade enfermiça, que a imaginação guiava para sentir todos os terrores e ameaças. Perdia a realidade de vista e vivia subdelirante num mundo de cousas grotescas, absurdas e não existentes. Punha-me a apelar para o Acaso, como se tivesse predileções. Esperava encontrar fortunas perdidas, imaginava impossíveis combinações de acontecimentos que me favorecessem e cheguei mesmo, por instantes, a supor

que atos de generosidade de minha parte bem podiam trazer-me o favor de gênios benfazejos (RIC, p. 87).

Nesses dias de sofrimento e incerteza, a personagem segue sua *via crucis* oscilando entre as fronteiras da esperança e do desengano, a perambular pelas ruas da cidade entre o hotel e a casa do deputado: “repetia a visita, e mais uma vez voltava desalentado, para ficar na janela do hotel desanimado, oprimido de saudades do sossego, da quietude, da segurança do meu lar originário” (p. 89). Segue até perder por completo a esperança, quando percebe que fora enganado pelo doutor Castro. Indignado, descarrega o sentimento da humilhação numa explosão de revolta, realçada pela atmosfera de satisfação dos que o cercavam: “Patife! Patife! A minha indignação veio encontrar os palestradores no máximo de entusiasmo. O meu ódio, brotando naquele meio de satisfação, ganhou mais força”, nos diz; contraste que reforça o pessimismo e alimenta o receio de um futuro catastrófico: “Num relâmpago, passaram-me pelos olhos todas as misérias que me esperavam, a minha irremediável derrota, a minha queda aos poucos”. Revoltado, não esconde sua indignação, e “ficava assombrado que aquela gente não notasse o meu desespero, não sentisse a minha angústia”, multidão de “Idiotas que vão pela vida sem examinar, vivendo quase por obrigação, acorrentados às suas misérias como galerianos à calcêta! Gente miserável que dá sansão aos deputados, que os respeita e prestigia!”, denuncia (p. 101-102).

Mas, como o seu temperamento é inconstante, seguindo um movimento de fluxo e refluxo, a revolta explosiva, que provoca “um baixo desejo de matar”, logo se abrande e dá lugar à melancolia resignada que traduz o sentimento da própria impotência. “Depois dessa violenta sensação da minha natureza, invadiu-me uma grande covardia e um pavor sem nome”, nos diz Isaías, para em seguida completar: “fiquei amedrontado em face das cordas, das roldanas, dos contrapesos da sociedade”, que sentia “graduando os meus atos, anulando os meus esforços” e, portanto, “insuperáveis e destinados a esmagar-me, a reduzir-me ao mínimo, a achatar-me completamente”, sentimento que o faz abandonar os “desejos heroicos para imaginar expedientes com que saísse da miséria em perspectiva” (p. 101-102).

Aqui a revolta transcende os limites estreitos do ressentimento pessoal e torna-se protesto consciente contra a opressão e a exclusão social. A indignação do jovem cresce na medida em que observa a indiferença das pessoas ao seu redor (no bonde), que não percebiam seu sofrimento, elas também oprimidas pela ordem excludente e traídas pelos políticos desonestos, como o doutor Castro. Já desenganado pelo deputado, na agressão que sofre no bonde Isaías sente ainda maior o peso da “sociedade inteira” que se volta contra ele. Mais uma vez, é a revolta

com a situação pessoal que o leva a pensar nas injustiças da organização social e lhe inspira anseios de transformação da ordem iníqua. Um simples incidente em que se sente humilhado, seja devido à sua cor, seja pela sua condição social, desperta-lhe não o mero desejo de vingança pessoal, mas o protesto consciente contra as injustiças da sociedade, em cuja teia de relações identifica as malhas do preconceito e os mecanismos de exclusão que o levam à derrota:

Um sujeito entrou no bonde, deu um grande safanão, atirando-me o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira. Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação. Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, a servir de joguete, de irrisão a esses poderosos por aí (p. 103).

Curiosamente, numa das circunstâncias de maior desalento, Isaías Caminha encontra um apoio em Gregoróvitch, jornalista estrangeiro e anarquista, que, entretanto, incita no jovem o sentimento patriótico. A circunstância é significativa porque antecede em pouco o episódio em que é humilhado e detido pelo delegado ao ser acusado de roubo. O encontro com o russo acontece logo após Isaías ter perdido em definitivo qualquer esperança em relação ao deputado Castro, sentindo-se então “deprimido, desalentado”, já que “os meus sentimentos tinham-se enfraquecido durante aquela longa viagem de bonde a pensar na vida, a curtir ódios, a arquitetar vinganças e a farejar a miséria próxima”, escreve. E, nessa situação de desespero, vai “desejoso de encontrar uma afeição, uma simpatia, naquele estrangeiro, um aventureiro, um ente cujos precedentes não conhecia” (p. 107). Para espanto seu, até então crente na solidariedade e na bondade humanas, o russo lhe fala da necessidade do uso da violência: “Gregoróvitch incitara-me a trabalhar pela grandeza do Brasil; fez-me notar que era preciso difundir na consciência coletiva um ideal de força, de vigor, de violência mesmo, destinado a corrigir a doçura nativa de todos nós”. Não é sem razão a simpatia do estudante pelo estrangeiro, de quem ouve palavras que jamais ouvira no seu meio e sentenças que o levam a questionar seus próprios valores. “Pela primeira vez de lábios humanos, ouvi dizer mal da piedade e da caridade: sentimentos antissociais, enfraquecedores dos indivíduos e das nações”, nos diz o narrador. Sentimentos que na opinião de Gregoróvitch eram “virtudes dos fracos e cobardes”, destinados ao fracasso, como o próprio Isaías. A mesma “doçura nativa”, que na opinião do russo era apanágio dos fracos, a teuto-russa Dona Margarida vai encontrar em Clara dos Anjos e sua família, também destinados ao fracasso, como tantos outros “pobres-diabos” do universo de Lima Barreto.

Um dos momentos mais humilhantes para Isaías é o episódio em que é preso, acusado de um furto que se dera na pensão onde morava. Da sua chegada à delegacia até o momento em que é posto na prisão o jovem passa por uma sequência de humilhações que constituem uma tortura psicológica. Antes do interrogatório humilhante do delegado, Isaías é ferido pela palavra “mulatinho”, qualificativo que o ofende profundamente, já que se trata de um termo cujo campo semântico, no universo espiritual do branco, é carregado de valor pejorativo, alude a qualidades depreciativas como analfabeto, vagabundo, gatuno e outros qualificativos de conotação negativa. Durante o interrogatório segue-se uma sequência de ofensas verbais pelas quais o delegado exaspera exaustivamente a paciência do jovem até ao ponto em que este perde o controle e agride verbalmente aquele, pretexto que a medíocre autoridade usa para prendê-lo. Iniciando-se com o epíteto de “mulatinho”, a violência verbal chega ao extremo com a palavra “gatuno”, que o delegado usa para (des)qualificar Isaías, depois de desmentir exaustivamente que este fosse estudante. Ferido humilhado, ao ser chamado de gatuno o jovem perde o controle e revida, chamando o delegado de “imbecil”, motivo que faltava à autoridade para prendê-lo, já que não encontrara outra razão, pois não havia crime cometido pelo “mulatinho”, como desejava o bacharel. O sentimento que Isaías manifesta é algo como um choque de humilhação e revolta: “Por aí, houve em mim o que um autor russo chamou a convulsão da personalidade. Todo eu me agitei, todo eu me indignei”, conta o narrador; “Senti num segundo todas as injustiças que vinha sofrendo; revoltei-me contra todos os sofrimentos que vinha suportando. Injustiças, sofrimentos, humilhações, misérias” que “subiram à tona da minha consciência, passaram pelos meus olhos” (p. 117), para então explodirem na revolta expressa pelo termo ofensivo ao policial, que o prende em nome da pátria:

Fui ao xadrez convenientemente escoltado. Pelo caminho, tudo aquilo me pareceu um pesadelo. Custava-me crer que, no intervalo de duas horas, eu pudesse ter os entusiasmos patrióticos do almoço e fosse detido como um reles vagabundo num xadrez degradante. Entrei aos empurrões; desnecessários aliás, porque não opus a menor resistência. As lágrimas correram-me e pensei comigo: A Pátria! (p. 118).

Aqui também o representante oficial da República está aquém do ideal e do padrão imaginado por Isaías, apresenta qualidades inferiores e diversas daquelas que o posto exige. Como o jovem já percebera nos deputados, nos militares (e veria depois nos jornalistas e homens de letras), a qualificação e moral e intelectual do delegado não condizia com o cargo que ocupava e com poderes de que estava investido, o que paulatinamente vai minando as esperanças do protagonista, que sofre uma decepção em circunstância em que tem de lidar com uma autoridade

republicana. Assim, a “poderosa autoridade”, que aparece para interrogá-lo e ofendê-lo é “um medíocre bacharel, uma vulgaridade com desejos de chegar a altas posições”, porém “havia na sua fisionomia uma assustadora irradiação de poder e força” (p. 115).

Aos poucos Isaías despede-se dos seus planos e do sonho de ser “doutor”, fracasso que se consuma quando é rejeitado ao oferecer-se para um trabalho humilde numa padaria. Mas até chegar ao “ponto final” o caminho é longo e espinhento, e as humilhações vão se acumulando num ritmo crescente de quantidade e intensidade. Tendo começado durante a viagem de trem, na forma como é atendido pelo balconista, elas vão acontecendo durante todo o seu percurso: no olhar malicioso e nas perguntas capciosas de Laje da Silva, no desdém dos jornalistas, no gesto covarde do deputado Castro, que o engana, nas insinuações maliciosas do recepcionista do hotel, nos insultos racistas do delegado, que o prende por uma falta que não cometera. E, como a selar sua trajetória rumo ao fracasso, a recusa do padeiro, que não o aceita para o humilde trabalho de acompanhar um cesto de pães, em que sente o efeito da exclusão e peso do fracasso irremediável:

Naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto à minha vida. Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis. Facilmente generalizei e convenci-me de que esse seria o proceder geral. Imaginei as longas marchas que teria que fazer para arranjar qualquer coisa com que viver; as humilhações que teria que tragar; [...]. Revoltava-me que me obrigassem a despende tanta força de vontade, tanta energia com cousas em que os outros pouca gastavam (p. 127-128).

Aqui também a consciência crítica deriva do sofrimento e oscila entre a compreensão histórica das forças sociais em conflito e a subjetividade da personagem, que às vezes se vê como dono do próprio destino, como se o seu triunfo ou o seu fracasso dependesse unicamente da sua força de vontade, e em outros momentos atribui à ordem social as causas da sua derrota. Portanto, as reflexões do narrador oscilam entre a consciência histórica da sociedade que o oprime e a sua capacidade individual para lutar contra as forças sociais, traduzindo de qualquer modo a consciência dos entraves à numa sociedade marcada por relações assimétricas:

O caminho da vida parecia-me fechado completamente, por mãos mais fortes que as dos homens. Não eram eles que não me queriam deixar passar, era o meu sangue covarde, era a minha doçura, eram os defeitos de meu caráter que não sabiam abrir um. Eu mesmo amontoava obstáculos à minha carreira; não eram eles... [...]. As condições de minha felicidade deviam repousar senão em mim mesmo – concluí... Mas não era só isso que eu via. O que me fazia combalido, o que me desanimava eram as malhas de desdém, de escárnio, de condenação em que me sentia preso (p. 124).

A desilusão de Isaías com a sociedade não se transforma num ceticismo universal em relação à humanidade, permanece a crença na justiça e na solidariedade humanas, valores caros ao ideário de Lima Barreto. A esse propósito vale ressaltar a observação de Alfredo Bosi (2002), que estabelece um confronto entre a visão de Lima Barreto e a visão de Machado de Assis sobre a sociedade brasileira contemporânea dos dois autores. O crítico assinala que Lima Barreto “não tinha a têmpera cética do moralista desenganado” Machado de Assis, que “verticalizava a sua observação da sociedade fluminense em que lhe fora dado viver” e assim, “à medida que lia fundo nos comportamentos das suas criaturas, universalizava o ponto de vista”, de forma que sob o seu olhar desencantado, “não só a galeria de tipos do Rio entre patriarcal e moderno, mas a história inteira do gênero humano se convertia em nave de insanos, desfile de egoísmos ferozes ou, no melhor dos casos, feira de vaidades”. Diferentemente do autor de *Brás Cubas*, o autor de *Policarpo Quaresma*, segundo Bosi, “centrava as baterias da sátira nos tipos locais da sua convivência com a cidade, suscitando no leitor a ideia promissora” – que não se apresentaria em Machado, segundo o crítico – “de que outra devesse e talvez pudesse ser a nossa realidade, caso a República se norteasse por princípios justos e solidários, herdeiros radicais da Ilustração e da Revolução Francesa” (BOSI, 2002, p. 201-202).

O sentimento da injustiça alimenta a revolta e o desalento de Isaías, que vê os critérios injustos e “irracionais” pautarem as normas que regem a sociedade, em que a premiação e ascensão dos indivíduos não levam em conta os méritos e as capacidades efetivas dos cidadãos, mas “qualidades” atribuídas com base em critérios preconceituosos de avaliação, que distinguem os indivíduos pela cor, pela posição social e por laços familiares. Nesse sentido, afligia-o não apenas a falta de solidariedade e o egoísmo dos poderosos, mas também a lógica absurda que norteava a sociedade: “Revoltava-me que me obrigassem a despendar tanta força de vontade, tanta energia com cousas em que os outros pouca gastavam”. Portanto, tratava-se de uma ordem competitiva irracional, que excluía o princípio republicano da igualdade perante a lei: “É uma desigualdade absurda, estúpida, contra a qual se iam quebrar o meu pensamento angustiado e os meus sentimentos liberais que não podiam acusar particularmente o padeiro” (p. 127-128).

A recusa do padeiro, portanto, não significava, na visão do narrador, simplesmente a má vontade de um indivíduo para com um jovem pobre e mulato. Mais do que isso, era a manifestação particular e concreta de uma tendência geral da sociedade que Isaías começava então a compreender, tendência que se agravaria depois da sua prisão, episódio que acabara por minar-lhe a disposição e

sepultar-lhe suas esperanças. É o que se lê na confissão melancólica do narrador, que relata o estado de abatimento do jovem desenganado: “Aquela sociedade com pessoas que me tinham suspeitado ladrão, pesava-me, abatia-me”, pois até mesmo a “esperança num emprego humilde esvaíra-se”, levando-o a deduzir que seria sempre assim em qualquer situação, que estariam sempre fechadas as portas em que batesse, que se fechara o cerco à sua volta: “Não sabia por onde sair; era de um verdadeiro sítio à minha vida que eu tinha sensação” (p. 130). Assim, não lhe restava outra alternativa senão entregar as armas e retirar-se do combate, com a certeza da derrota e a sensação de impotência em face do inimigo avassalador: “Tudo me parecia acima das minhas forças, tudo me parecia impossível”, diz ele, e sentia “que não era eu propriamente que não podia fazer isso ou aquilo, mas eram todos os outros que não queriam, contra a vontade dos quais a minha era insuficiente e débil” (p. 133).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conforme se pode concluir por meio das situações analisadas em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, o desencanto do protagonista resulta dos choques com a sociedade hostil que o oprime. Inclusive a narração apresenta certa inconstância e assume tonalidades diferentes conforme as circunstâncias relatadas, apresentando-se mais ou menos tensa de acordo com as situações vivenciadas pelo narrador personagem. Nos embates do dia a dia com o mundo hostil, em que sofre sucessivas decepções, aos poucos o jovem Isaías Caminha vai percebendo a impossibilidade de realização de seus ideais. No fracasso do protagonista, o narrador nos mostra seu desencanto com uma sociedade que, embora em processo acelerado de modernização, permanecia fechada à possibilidade de ascensão de uma grande faixa da população, marginalizada pela pobreza e pelo preconceito. Nesse romance, a opressão e a exclusão que se apresentam ostensivamente ao longo da narrativa atuam sobre Isaías Caminha gerando o impasse que o protagonista vivencia, e o narrador compreende mais tarde.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOSI, Alfredo. Figuras do Eu nas Recordações de Isaías Caminha. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 186-208.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Globo, 2007.
- FIGUEIREDO, C. L. N. de. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*. São Paulo: Globo, 2006.
- FREIRE, Manoel. *Revolta e melancolia: uma leitura da obra de Lima Barreto*. 2009. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2009.
- IANNI, O. *Raças e classe sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO. A. Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- PRADO. A. Arnoni. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982. p. 13-28.

CLARA DOS ANJOS: A CONTINUIDADE DO RACISMO NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO

*Alexandre Batista da Silva*⁴⁴

*Elisa Andrade Costa*⁴⁵

*Hilma Ribeiro*⁴⁶

INTRODUÇÃO

Clara dos Anjos é um daqueles romances no qual o leitor não tem escolha a não ser mergulhar na dor das personagens e dividir com elas suas angústias de vida e sofrer cada uma das situações que oprimem não só o corpo, mas também dilaceram a própria alma. Escrito entre dezembro de 1921 e janeiro do ano seguinte, o romance só foi publicado em forma de livro muito tempo depois da morte de Lima Barreto, em 1948. Nasceu primeiro como conto, publicado com o mesmo nome na coletânea de contos *Histórias e Sonhos*, em 1920, mas já estava sendo gestado desde 1904, conforme mostram historiadores da obra do autor.

Trata-se, antes de tudo, de uma obra pioneira por apresentar um enredo com uma heroína negra e com um narrador irado, de crítica aguda, que bem pode ser

⁴⁴ É doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: alexandrebatistasilva1@gmail.com.

⁴⁵ É mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: elisa.andradevr@yahoo.com.br.

⁴⁶ É doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: hilmaribeiro1976@gmail.com.

o próprio Lima Barreto, cujo papel fundamental na trama revela, a todo momento, avaliação moral das personagens e explicitação das sutilezas de seu comportamento nocivo. Eis aí o sucesso da obra póstuma: a história de amor unilateral de uma ingênua moça que se entrega à paixão por jovem rapaz sem nenhum escrúpulo que só quer se aproveitar dela. A trama seria comum caso não se tratasse de um relacionamento interracial num Rio de Janeiro do início do século XX, recém-saído, apenas por força de lei, de um regime escravocrata de quase quatrocentos anos e metido numa aventura política chamada República, que prometera emancipação social para todos.

Ela, uma moça mulata cheia de sonhos, e ele, um rapaz branco muito ambicioso, vivem nesse ambiente histórico hostil impregnado do ideário das diferenças de raça e classe, reproduzido em todas as dimensões da sociedade brasileira, inclusive no subúrbio, espaço visto como homogêneo, mas que reproduz, de maneira tão cruel quanto nos espaços mais elitizados, as discriminações raciais, como faz ver o autor: apesar de ambos terem muitos fatores sociais que os aproximavam – eram pobres, ela um pouco mais que ele, moradores da periferia do Rio de Janeiro, igualmente abandonados pelo poder público –. Ainda assim não há nenhum tipo de solidariedade ou consideração que os aproximem de verdade: Cassi reproduz cruelmente das relações discriminatórias das classes mais altas.

O contexto da produção da obra é o período histórico, hoje denominado como República Velha (1889 a 1930), e 33 anos após a abolição da escravidão no Brasil, ocorrido em 1888. A compreensão desse período é importante porque ambos os acontecimentos histórico-políticos definiram um discurso de igualdade social nunca visto antes no Brasil. A abolição não foi suficiente para libertar de fato os negros de sua situação social, uma vez que sua condição econômica os manteve cativos de maneira tão forte quanto as correntes que os aprisionaram no antigo regime (SILVA; RIBEIRO, 2021). A abolição respondia, na verdade, ao projeto de economia conservadora construído por uma elite branca que não via mais na força do trabalho do negro um projeto viável para sua ambição.

Nesse sentido, longe de ter uma vida mais fácil que antes, os negros foram cavando seu lugar na sociedade na luta diária contra uma ideologia que ainda os via como inferior ao branco. É nesse contexto que nasce e cresce Lima Barreto, duplamente marcado pela descendência africana e assumidamente um escritor negro que, tomado pelo poder da pena, não sucumbiu à narrativa de temática branca para conquistar um lugar na sociedade de seu tempo. Pelo contrário, Lima Barreto usou toda sua aguda capacidade de percepção da realidade para escrever

as dores daqueles que, como ele, eram negros e sofriam a tortura da negação e da invisibilidade social (SILVA; RIBEIRO, 2021).

Clara vive nesse contexto: ingênua, iludida com discurso de seu tempo, tinha formação escolar devido às condições razoáveis seu pai carteiro, profissão que lhe garantiu uma família bem estruturada com casa própria no subúrbio do Rio de Janeiro. Filha única, Clara foi criada numa redoma de cuidados e proteções que alimentaram uma certa visão de mundo que a aproximava, a despeito de sua cor, do ideário de qualquer outra moça branca de sua idade: o sonho do casamento era um de seus maiores desejos. Tais desvelos, todavia, tornavam-na incapaz de lidar com as agruras sociais que uma mulher negra enfrentaria na sociedade de sua época.

Nas páginas que se seguem a esta introdução, na seção “Lima Barreto: cor da vida impressa na tinta da literatura”, percorreu-se a biografia do escrito a fim de identificar pontos convergentes de sua história pessoal que pudessem explicar a fúria narrativa de *Clara dos Anjos*. Em seguida, a análise objetiva explicitar a argumentação do romance que coloca a continuidade da exploração sexual da mulher negra como ponto fulcral. Por fim, tecem-se as considerações finais, apontando a necessidade de aprofundamento dessa análise e defendendo a inclusão dessa obra nas salas de aula de Língua Portuguesa, nas diferentes modalidades de ensino, como necessidade urgente de discussão e atualização da temática da situação da mulher negra na sociedade brasileira.

1. LIMA BARRETO: A COR DA VIDA IMPRESSA NA TINTA DA LITERATURA

O projeto de Literatura de Lima Barreto certamente espelha uma vida marcada por experiências de frustrações e humilhações decorrentes, segundo o próprio autor, de sua condição de negro e pobre numa cidade de absolutamente estratificada e demarcada geograficamente por espaços determinados para pobres e ricos. A angústia, muitas vezes transformada em ira nas vozes de narradores e personagens de suas obras, antes de ser fruto da crítica inteligente de escritor com capacidade aguda de análise, é o resultado de uma dor profunda de quem experimentou, na própria pele, as situações narradas nos seus contos e romances.

A Teoria Literária, área de estudo e sistematização da Literatura como conhecimento, esforça-se para delimitar muito claramente, na produção ficcional, as fronteiras entre autor, narrador e personagens criados. Não é raro encontrar em manuais de estudos da Literatura a advertência de que o leitor não deve confundir o autor com as vozes presentes na sua obra, colocando a centralidade da percepção

da realidade ficcional na perspectiva de um narrador e deixando o autor no ponto estratégico de uma percepção sensível, mas invisível no texto. Um exemplo disso é uma característica de estilo de Machado de Assis que, muito frequentemente, cala o narrador e explica algo do texto em tela ao leitor, como se pode ver no excerto do conto *O apólogo*, mas presente em muitas outras produções do famoso autor.

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. **Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela.** Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana – para dar a isto uma cor poética.

Na passagem em negrito do conto, vê-se a orientação em primeira pessoa. O narrador interrompe a narração dos acontecimentos ligados ao conflito entre a agulha e a linha e entra o autor com sua própria voz para orientar o leitor sobre um aspecto do enredo. Tal característica evidencia a diferença entre autor e narrador. Embora tal discussão faça sentido na análise comprometida com o delineamento de um objeto ou fenômeno científico, atualmente cabe a discussão sobre a participação mais estrita do autor e sua criação artística (por exemplo, é mesmo possível separar autor da obra que produz?). Não cabe neste capítulo essa discussão, mas assume-se a abordagem de que a produção literária de Lima Barreto é caracterizada justamente por não apresentar delimitação entre autor-narrador-personagem.

A fim de esclarecer esse posicionamento, dois autores situados em tempos diferentes podem ajudar na percepção do estilo literário de Lima Barreto. Sérgio Buarque de Holanda (1948) – historiador, sociólogo, escritor brasileiro e crítico literário – asseverou a impossibilidade de analisar a obra de Lima Barreto sem incorrer na história da vida do escritor, uma vez que é justamente essa a matéria-prima de sua literatura. O crítico literário afirma, ainda, que o valor da obra de Lima Barreto está no amálgama da triste biografia do autor com sua obra. Buarque de Holanda diz que “A obra desse escritor [Lima Barreto] é, em grande parte, uma confissão mal escondida, confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais, que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte” (Holanda, 1948). Com essa mesma percepção, a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz afirma que

A experiência pessoal do artista não se separa da sua produção literária. Nesse caso, a literatura ganha um caráter evidentemente biográfico e, de modo declarado, o escritor

não se desloca da ficção; na verdade, a invade com todas as contradições próprias desse tipo de empreendimento criativo (SCHWARCZ, 2010, p. 16).

Nesse sentido, pode-se dizer que estamos diante de um autor que ficciona a realidade por dentro dela, o que imprime em sua narrativa uma força discursiva que faz de seus personagens verdadeiros alto-falantes da denúncia pretendida. Neste capítulo, a fim de analisar o racismo no romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, assume-se que o narrador é um personagem central na narrativa, pois é ele, raivoso, que descreve as personagens e sem poupar nem as vítimas do preconceito, inculcando nelas uma passividade irritante diante de seu tempo. Assume-se, de forma muito clara, portanto, que o narrador é Lima Barreto que concentra no narrador-alto-falante toda sua amadurecida crítica sobre como a sociedade de seu tempo tratava os negros e, em especial, as mulheres negras. Antes, porém, vale conhecer, ainda que brevemente, a história de Lima Barreto, para compreender o narrador de *Clara dos Anjos*.

Afonso de Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881 na cidade do Rio de Janeiro. Como se vê, nasce exatamente sete anos antes da libertação jurídica dos negros. Pobre, mulato, era filho do tipógrafo João Henriques, homem mulato, filho da escrava Carlota Maria dos Anjos e um pai branco, português, mas que não assumiu paternidade, atitude muito comum época, uma vez que a mulher negra não era vista como alguém que merecia casamento. Vale notar o nome “dos Anjos”, que comporá nome da personagem do romance Clara, que, como veremos mais adiante, sofre a exploração sexual de um homem branco.

Mulato, João Henriques ambicionava uma vida melhor para a família, já constituída pela esposa e um primogênito. Havia tido lugar no Imperial Instituto Artístico, onde foi aprendiz, e depois preparou-se para o curso medicina depois de se formar em humanidades. Sonho frustrado por uma série de acontecimentos, João Henriques empregou-se na oficina de dois jornais: do Jornal do Comércio e no jornal A Reforma. Depois disso, anos mais tarde, tornou-se funcionário da Imprensa oficial. Sofrendo revés profissional provocado pela Proclamação da República, o pai de Lima Barreto passa a sofrer com dívidas e comprometimentos com o sustento da família e, mais tarde, enlouquece e morre (ver Lima Barreto, 1980, mas também em Schwarcz, 2017). Apreende-se desse breve relato que a vida de frustração do pai de Lima Barreto impactaria a vida do filho não apenas na questão financeira, mas também na perspectiva de vida, pois o menino Barreto é, nessa ocasião, obrigado a deixar a escola e contribuir com o sustento da família.

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, era também mulata, filha da escrava alforriada Geraldina Leocádia. Com paternidade não reconhecida, havia

a suspeita de que era filha do padrinho, Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, homem branco, médico e proprietário de escravos, em cuja casa vivera a avó de Lima Barreto. Educada, professora e chegou a ser diretora de escola para moças. Amália Augusta era, portanto, distinta, pela formação, de sua avó, mãe e das outras mulheres negras recém-alforriadas, mas marcada pela história das milhares de famílias negras que, mesmo libertas, continuaram servindo seus antigos senhores, como foi o caso de sua mãe.

O relato pouco exaustivo da história da vida de Lima Barreto revela o que intentamos neste capítulo: apontar a ligação entre a vida do autor e o enredo do romance *Clara dos Anjos* e seu principal argumento: a exploração sexual de mulheres, especialmente a mulher negra. Se Cassi Jones, o vilão odioso do romance, não escolhe suas vítimas exclusivamente pela cor, há no romance uma denúncia silenciosa de que, ainda que de forma velada ou revestida com outros discursos, como o da classe social, a mulher negra continua sendo vítima menos escandalosa das malfetorias do homem branco, sobretudo a sexual.

Há, então, em *Clara dos Anjos* um enredo simples: uma jovem moça mulata e sonhadora que cai nas artimanhas de um homem branco sem nenhum caráter. A força da narrativa está na relação histórica dos acontecimentos narrados. A ideia do livro aparece em resumo em 1904 nas cadernetas de Lima Barreto, como relata seu primeiro biógrafo Francisco de Assis Borba. É publicado depois em forma de conto em uma coletânea feita pelo próprio autor chamada *Histórias e Sonhos*. Depois, em forma de folhetim, entre janeiro de 1923 e maio de 1924, após a morte de Lima Barreto, em 1922. O romance torna-se livro apenas em 1948. Essa trajetória de produção entre a ideia inicial e o término da obra pode revelar um desenvolvimento que torna esse romance amadurecido na sua argumentação principal.

Pode-se inferir desse trato literário longo e estudado a ira do narrador durante todo o romance, pois Lima já estava bastante consciente de sua história e talvez sem esperança com o Brasil, apesar da efervescência político-social que vivera a partir das promessas advindas da abolição da escravos, em 1888, e, posteriormente, da Proclamação da República, em 1889. Todo esse reboiço aparecia nos discursos de mudança social e nas novas relações de igualdade prometidos pelas autoridades. Ambiente que, até certo ponto, piorava a situação dos negros no país, uma vez que, sobre o discurso da libertação, teriam seu sofrimento invisibilizado agora pela ideia torna de uma liberdade plena que nunca aconteceu.

Esse é o pano de fundo à denúncia feita em *Clara dos Anjos*. Se havia o discurso de que o negro assumiu sua própria vida depois de 1888, a realidade

era cada vez mais piorada pelo abandono sistemático de um país que nunca se preocupou com as parcelas mais pobres da população. O romance serve, então, como um poderoso objeto de estudos para o historiador que pretende perceber pelo olhar da arte como foi construído esse período da história do Brasil. Sobre essa possibilidade de Literatura ser fonte de percepção de um momento histórico, Assis (2008) afirma que

Entre as manifestações artísticas, aquela que mais fortemente traduz a vida social, sem dúvida, é a literatura. Por isso, não se pode pensar em Literatura divorciada das condições do meio e do tempo. Assim, torna-se mister analisar uma obra literária vislumbrando o meio social e a época a que ele pertence e representa. Uma análise desse tipo revela os costumes, as crenças, os valores de determinada sociedade e, mais, mostra a intenção de consolidá-los ou refutá-los (ASSIS, 2008, p. 43).

Está aí declarada a singular importância da obra de Lima Barreto: o registro de tempo de uma violência social tão forte como aquela imposta pelos grilhões da escravidão. É nesse contexto revelado pelo olhar de um autor engajado que o leitor – ou historiador – tem a oportunidade de conhecer a sujeição social que a mulher negra experimentava na sociedade da época: ainda fonte de exploração trabalhista e sexual, a despeito da sua nova suposta condição social de liberta. Durante toda a narrativa, o que se vê é um narrador perturbado – e impotente – pelos acontecimentos que envolvem a conquista de Clara. A esse respeito, assevera Assis (2008):

Uma literatura embasada pela solidariedade e pelo humanismo desemboca num projeto literário que se caracteriza pelo forte desejo de intervenção social, assumindo o escritor a função de denunciar e combater as mazelas sociais. Por outro lado, esse projeto também implica uma tentativa de esclarecer e orientar o leitor sobre o modo como confrontar as forças de opressão e estagnação, representadas pelos donos do poder. A literatura militante impõe uma tomada de posição entre os agentes de ação (escritor, intelectual, político etc.), definindo-se a favor ou contra determinada situação. Além disso, pressupõe a condição indisfarçável de confronto que move esses agentes nos diversos campos existentes (ASSIS, 2008, p. 48).

É exatamente isso que se encontra nas páginas do romance: um Lima Barreto engajado em reconstruir sua história como a história de tantos outros negros do Brasil e revelar a mais triste faceta de um país que, apesar do discurso de igualdade, é racista e misógino. Nesse último aspecto, tem-se aí a genialidade de um escritor que corajosamente discute de forma inédita a condição da mulher negra, quando nem a condição da mulher branca ainda era posta de maneira franca.

2. CLARA DOS ANJOS: UMA MILITÂNCIA LITERÁRIA

A obra *Clara dos Anjos*, publicada inicialmente em folhetim, não oferece certeza quanto à finalização de seu projeto. Os originais não foram encontrados, por isso, a versão que conhecemos hoje é a mesma dos jornais da época da primeira publicação, por capítulos. De qualquer forma, o romance cumpre, em boa parte, o planejamento inicial registrado desde 1904: a menina negra, inocente e pobre é seduzida e abandonada, momento em que percebe sua real condição perante a sociedade.

A narração preconiza o ambiente do subúrbio, embora passeie pelo centro e por bairros considerados melhores. As diferenças são mostradas dentro do próprio espaço, pois há uma hierarquização entre os subúrbios. Enquanto alguns são desprovidos de calçamento e repletos de casebres simples, em outros mais próximos do centro, ou habitados por figura importante, são mais bem cuidados. Não raro, em ruas próximas, há a convivência entre residências belas com outras descuidadas e pobres. Lima situa com detalhamento o ambiente em suas descrições justamente para enfatizar o descaso governamental e a hipocrisia social diante do que se poderia chamar de cidade invisível. É como se o subúrbio se constituísse local separado, isolado para acolhimento daqueles que não têm nenhuma opção, por isso, conforme o próprio narrador, “é o refúgio dos infelizes”. No entanto, apesar das confusões, a solidariedade nos momentos difíceis é sincera:

A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres. O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. Todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia; mas são pobríssimas e necessitadas. Uma diferença accidental de cor é causa para que se possa julgar superior à vizinha; o fato do marido desta ganhar mais do que o daquela é outro. Um “belchior” de mesquinhas açula-lhes a vaidade e alimenta-lhes o despeito. Em geral, essas brigas duram pouco. Lá vem uma moléstia num dos pequenos desta, e logo aquela a socorre com os seus vidros de homeopatia (p. 73).

A “diferença accidental de cor” é razão para que o sentimento de superioridade aflore. Observa-se, assim, que o racismo é questão enraizada em todas as classes. Segundo Lilia Schwarcz (2017), esse é o romance “mais trabalhado e alterado pelo autor” (p. 676). Além disso, foi, de suas versões,

o texto mais voltado para as especificidades dos subúrbios e também o mais preocupado em delimitar as divisões espaciais e simbólicas que por lá se estabeleciam

– com fronteiras criadas internamente a partir da cor. Não a cor biológica, mas a cor como construção social, como forma de diferenciar grupos de maneira hierárquica e comparativa (p. 676).

As personagens que povoam esse espaço repleto de diversidade são gente simples que trabalha, luta, sofre e sonha. Dentre elas, a central, que dá nome ao livro, é uma menina inocente em tudo, filha de um carteiro, Joaquim dos Anjos, com uma dona de casa, D. Engrácia. Cercada pelo mimo dos pais, não percebe maldade ao seu redor, por isso, deixa-se seduzir por um tal Cassi Jones, mal caráter branco e rico, contumaz conquistador de mulheres pobres, ainda puras, ou de mulheres casadas. Não há surpresa quando o rapaz engravida Clara e a abandona, assim como não é novidade que a mãe de Cassi, despreza a jovem quando esta busca reparação por casamento. Humilhada pela condição e pela cor, volta para casa sem esperanças, reconhecendo, enfim, o preconceito que a circunda e define seu destino.

Desde as primeiras páginas, é possível perceber um narrador que não esconde suas opiniões acerca dos personagens descritos. Conforme Schwarcz (2017), “na sua literatura autodenominada ‘militante’ e ‘biográfica’, Lima acabou se tornando seus próprios personagens. Em cada um deles, todos juntos, e nenhum também. Mas era criador e criatura” (p. 13). Como criador, denuncia o racismo e a desigualdade motivadores de tratamentos diferenciados na sociedade. Nesse contexto, Cassi, o malandro de um bairro mais elitizado, considera-se superior tanto pela cor branca quanto pelo aspecto social um pouco mais favorecido. Interessante que sua apresentação inicia o capítulo 2 com a mesma pergunta de Clara no final do anterior: “Quem seria esse Cassi?”. No entanto, outra pergunta seguida altera o tempo verbal: “Quem era esse Cassi?”. A dúvida curiosa de Clara, visível no futuro do pretérito, passa à afirmação certa sobre o caráter do rapaz, descrito em detalhes pelo narrador que não faz questão de disfarçar sua antipatia já de início:

Cassi Jones de Azevedo era filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O Jones é que ninguém sabia onde ele o fora buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicavam alguns, por achar bonito o apelido inglês (p. 23).

O uso do sobrenome que não pertencia de fato à família já revela a falsidade de Cassi ao se impor com uma descendência idealizada pela mãe para se vangloriar como ser superior. A repulsa vai aumentando à medida que o narrador avança na descrição:

Era Cassi um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado “modinhoso”, além

de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do virtuose do violão, nem outro qualquer traço de capadócio (p. 23).

É perceptível o tom de subjetividade da voz narrativa que, além da onisciência, antecipa ao leitor toda a mesquinhez de Cassi e, também, possível futuro de Clara. A ira, ao falar sobre Cassi, revela-nos um Lima irritado que parece reviver a sensação dos tempos do curso de Engenharia, quando se isolava em um canto por não ser acolhido pelos colegas ricos. Nesse sentido, Cassi é a metonímia de toda uma elite arrogante e sem empatia com os menos favorecidos. O rapaz simboliza a persistência da mentalidade conservadora dos tempos de escravidão quando se objetificavam mulheres negras. Constitui-se, então, a representação da parte da população que, por sentir-se superior, julga-se no direito de oprimir e explorar. Sendo assim, é compreensível a manifestação de um narrador nervoso sempre que se refere ao malandro oportunista:

Inútil é repetir que Cassi não tinha nenhuma espécie de amizade por esses rapazes, não pela baixeza de caráter e de moral deles, no que ele sobrelevava a todos; mas pela razão muito simples de que a sua natureza moral e sentimental era sáfara e estéril. A seus pais e às suas irmãs, não o prendia nenhuma dose de afeição, por mais pequena que fosse. Mesmo com sua mãe, que o tinha retirado muitas vezes dos xadrezes policiais, em vésperas de seguir para a detenção, ele só tinha manifestações de ternura, quando estava às voltas com a polícia ou com os juizes. O seu fundo e os seus princípios explicavam de algum modo essa sua aridez moral e sentimental (p. 33).

Chega a ser exaustivo o número de vezes em que descrições depreciativas do caráter de Cassi aparecem no enredo. Todas exaltam a insignificância total do personagem. A ausência de atributos físicos que chamem atenção se estende ao intelectual, pois é completamente ignorante. Dessa forma, entendemos que ele é o retrato da elite vazia que entende o subúrbio como um vasto tapete vermelho no qual pode se exhibir aos mais simples deslumbrados pelo brilho falso sob seus olhos.

Esse vilão que encanta mulheres simples e carentes exibe fama de músico, embora nem nisso seja bom, como ressalta o narrador. Com o violão, chama atenção para si e disfarça a ignorância. A única modinha cantada por ele na casa de Clara, quando se apresenta a convite de um amigo de Joaquim dos Anjos, deprecia a figura feminina negra:

“Mostraram-me um dia
Na roça dançando
Mestiça formosa
De olhar azougado...”

“Sorria a mulata
Por quem o feitor
Diziam que andava
Perdido de amor” (p. 48-49).

Esse tipo de letra parece ser comum na época, visto que o único desapontamento por parte de alguns é já conhecerem a modinha. Nem a capacidade de inserir novidade Cassi Jones tem. Além disso, a letra trata da beleza física de uma mestiça formosa que dança e encanta o feitor. O olhar azougado, juntamente com o sorriso, torna a cena sensual aos olhos daquele que é responsável por sua vigilância e privação de liberdade. Em contexto pós-abolição, a música retorna ao passado escravocrata. Há algum propósito na presença dessas duas estrofes, certamente. A insistência em temáticas do passado, quando a mulher negra era prisioneira e objeto de desejo, concretiza-se no presente da narrativa quando Cassi deflora Clara, engravida-a e desaparece. Enredo que retoma parte da história de vida da mãe de Clara, D. Engrácia. Esta perdera a mãe muito cedo e fora criada por uma babá. Engrácia fazia parte de uma família abastada que a adotara como filha. Na época, a família, ao se mudar para a capital, vendera todos os escravos, mas libertara os de estimação, levando aqueles que eram considerados afetivamente, o que gerou suspeitas. D. Engrácia se enquadrou nessa situação:

Engrácia foi criada com mimo de filha, como os outros rapazes e raparigas, filhos de antigos escravos, nascidos em casa dos Teles. Por isso, corria, de boca em boca, serem filhos dos varões da casa. O cochicho não era destituído de fundamento, naquela família, composta de irmãs e irmãos, ainda abastada, que se comprazia, tanto uns como as outras, em tratar filialmente aquela espécie de ingênuos, que viam a luz do dia, pela primeira vez, em sua casa. As senhoras, então, eram de uma meiguice de verdadeiras mães. Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou – como em geral acontece com as nossas moças –, tratou de esquecer o que tinha estudado. O seu consórcio com Joaquim, ela o efetuara na idade de dezoito anos (p. 53).

Não por coincidência, a trajetória de D. Engrácia se assemelha à da mãe de Lima Barreto que também fora educada por uma família que a considerava como filha, com suspeita de que tal fato fosse realidade. A exploração sexual das mulheres negras era comum à época e naturalizada pela sociedade. Outra observação importante dessa passagem é justamente a falsa abolição que ocorreu no final do século XIX, pois a elite manteve por muito tempo, sob a máscara de generosidade, a servidão da população negra. Desse modo, o autor-narrador denuncia essas situações com a ficcionalização a partir de situações reais, marca presente em todas as obras.

A partir do dia em que o famigerado Cassi se apresenta na casa de Joaquim dos Anjos, a filha passa a sofrer, pois ama alguém que é odiado por todos. O padrinho Marramaque alerta a família sobre o rapaz que é proibido de voltar a casa. Até esse momento, já se sabe muito do cantador suburbano, mas e sobre Clara? Interessante que, por dar título ao romance, espera-se que Clara apareça com mais força na história e isso não que ocorre. A estrutura narrativa, por si, une-se também e revela o apagamento social do negro, já que o protagonismo da moça é suplantado pelo de Cassi. Fala-se mais sobre o rapaz e suas façanhas desonestas do que da moça que deveria ser o centro do enredo. Sabe-se que:

A única filha do carteiro, Clara, fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais. Puxava a ambos os pais. O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso. Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe (p. 42).

Quanto à personalidade, descobre-se, após várias páginas, que a menina é dada a romantismos, pois “Habituada às musicatas do pai e dos amigos, crescera cheia de vapores de modinhas e esfumagara sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos decantes e cantarolas populares” (p. 42). Tais sentimentos, no entanto, não deveriam ser cultivados por uma mulher na condição de Clara. O narrador critica abertamente a educação alienada que promove a manutenção da condição subalterna do negro. Embora a personagem não tenha consciência das dificuldades enfrentadas pelas mulheres pobres e negras, em suas descrições, Lima faz questão de enfatizar a cor da pele:

Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe (p. 54).

As atitudes de D. Engrácia motivam-se pelo receio de que a filha sofra as desventuras tão comuns às mulheres, principalmente as de classe baixa, contudo, isolam-na da realidade perigosa que a circunda bem como não estimula o senso crítico. Percebe-se, no decorrer da obra, que as gerações de mulheres negras repetem uma mesma sina de exclusão social. A avó de Clara, escrava, possivelmente tenha engravidado do senhor. A mãe, por sua vez, criada como se fosse da família, continuou agregada e servil à família de brancos. Por fim, a terceira geração não faz a diferença, pois a jovem se deixa seduzir com facilidade por um malandro branco e soberbo, consciente da condição de seus favorecimentos sociais. O desdobramento da narrativa objetiva protestar quanto a esse estado cíclico que

resulta da falta de educação crítica. Ouve-se o grito de revolta da voz narrativa a cada linha escrita, parecendo convidar o leitor à luta por mudanças urgentes. Ao desenhar um painel do Brasil pós-abolição, Lima revela a estagnação de um país tanto em termos de progresso material quanto moral. A permanência do pensamento elitista se faz presente em ações de favoritismo que continua aprisionando os mais pobres que sempre devem favores e sentem-se na necessidade de retribuir. Os grilhões apenas mudam de formato, como ocorreu com os pais do autor. A mãe, Amália, era agradecida à família do senhor aristocrata que a educou, enquanto o pai João Henriques, dependente por toda a vida dos favores do poderoso senador da época Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. A linha tênue entre a vida e a arte povoa as páginas de Clara dos Anjos.

O incômodo na descrição de Clara continua quando se afirma que ela “tinha um tolo escrúpulo de ganhar dinheiro por suas próprias mãos. Parecia feio a uma moça ou a uma mulher”. E em seguida, “a natureza amorfa e pastosa” da menina é destacada como falha dos pais. D. Engrácia, segundo o narrador, não tem caráter, por isso, não consegue modelar a personalidade da filha. Essa falta de caráter demonstra o comodismo da mulher em sua situação. Não tenta trilhar caminhos diferentes na busca da transformação do seu papel. Nesse viés, Clara repete os passos da mãe:

Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida (p. 90).

É justamente a representatividade sugerida pelo narrador-autor que precisa ser cultivada no espaço feminino da época, sobretudo, entre as mulheres negras. A ira contra a imobilidade e o conformismo salta em cada palavra no decorrer do enredo. Assim, o leitor conhece os traços dos personagens que protagonizam a história. Cassi, desonesto e aproveitador de mocinhas inocentes, enquanto Clara, a mocinha inocente e sonhadora, alienada em seu mundo cor-de-rosa criado por sua imaginação de menina romântica. Embora em alguns momentos o rapaz pareça não se guiar pelo preconceito nas escolhas das suas vítimas, o narrador alerta para tal engano:

As emolientes modinhas e as suas adequadas reações mentais ao áspero proceder da mãe tiraram-lhe muito da firmeza de caráter e de vontade que podia ter, tornando-a

uma alma amolecida, capaz de render-se às lábias de um qualquer perverso, mais ou menos ousado, farsante e ignorante, que tivesse a animá-lo o conceito que os bordelengos fazem das raparigas de sua cor.

Cassi era dessa laia: entretanto, Clara, na sua justificável ignorância do mecanismo da nossa vida social, julgava que seus pais eram com ele injustos e grosseiros (p. 55).

Apesar de Cassi, aparentemente, não selecionar a mulher pela cor, no caso de Clara, anima-se, também por essa fragilidade. É da mesma laia que os demais, em sua visão de superioridade. Em outra passagem, sua índole racista se revela mais claramente quando se depara com Inês, primeira vítima do modinheiro. Ela o reconhece quando passa em uma ruela simples e chama a atenção dos que estão ao redor ao ofendê-lo em alta voz por tê-la engravidado e a abandonado na juventude. Em lágrimas, conta que o filho, ainda menor, foi aprisionado pela polícia. A mulher, revoltada, tem o apoio dos que a rodeiam, também pertencentes à classe desfavorecida e acostuada a pessoas da índole de Cassi. No momento em que, assustado, ele consegue se livrar do tumulto, resmunga para si mesmo:

– Acontece cada uma! Para que havia de dar esta negra... Felizmente, foi em lugar que ninguém me conhece; se fosse em outro qualquer – que escândalo! Os jornais noticiariam e... Não passo mais por ali e ela que fosse para o diabo!... Fico com o dinheiro em casa. Nenhum pensamento lhe atravessou a cabeça, considerando que um seu filho, o primeiro, já conhecia a detenção... (p. 116).

Se havia alguma dúvida sobre a percepção racista de Cassi, ela se dissipa completamente. O rapaz, como a mãe, não se importa com o destino das mulheres que condena assim como não sente remorsos pelos rebentos desafortunados que põe no mundo. Revela em seu monólogo que a mulher negra não tem escolhas, pois seu fim se mostra como o de Inês, a pobre menina enxotada pela mãe do rapaz quando percebeu o que havia ocorrido. Na rua, sua única saída é se prostituir, dando continuidade, por meio do filho, ao contínuo ciclo de miséria e opressão.

Pela má sorte de Inês, pode-se imaginar o que ocorrerá com Clara. Dificilmente os herdeiros de tais relações sairão ilesos em uma sociedade desigual e preconceituosa. Dessa maneira, a trama traz, ao final, a humilhação sofrida pela personagem, após ir à casa de D. Salustiana, mãe de Cassi. A progenitora defende a cria e, indignada, ataca a menina, quando diz que Cassi deve corrigir o erro com o casamento: “Que é que você diz, sua negra?” Mais à frente grita que seu filho não poderia se casar com gente daquela laia, pois seria uma vergonha. Apenas depois de sofrer com o preconceito explícito, Clara se dá conta de sua situação no mundo e retorna para casa com um olhar triste e descrente. Sua última fala é marcante da condição da mulher negra: “Nós não somos nada nessa vida” (p. 133).

O plural expõe o tratamento dado às mulheres negras na época da República que prometia mudanças positivas a todas as classes. Não houve transformações para o negro; apenas novas roupagens na manutenção da escravidão disfarçada sob termos como caridade e generosidade. Esse destino, porém, pode ser mudado por meio da educação crítica às mulheres: “Ela devia ter aprendido da boca dos seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente...” (p. 132). Mais uma vez, por meio de opinião, o narrador sugere uma saída. É preciso reagir e se preparar para enfrentar os desafios apresentados por uma sociedade elitista e dividida em castas. Certamente, a despeito do triste desfecho da história, ao final, o narrador-autor convida à busca de transformação de postura a fim de que não seja repetido o mesmo caminho das gerações anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Lima Barreto se constitui, segundo Lilia Schwarcz (2017), “um manifesto a favor dos subúrbios e da ética dos pobres” (p. 681). Afirmar também que, por tratar da problematização da desigualdade “de origem, raça, classe e região; uma denúncia poderosa diante das continuidades que não se encerraram com a lei que aboliu a escravidão [...]”, Lima fazia uma “literatura negra” (Idem). Tal manifestação artística, dessa forma, revela um projeto do autor que se consolida em seus livros. Sua percepção aguçada em torno da realidade vivida pós-República, aliada à revolta pelo sofrimento experimentado em decorrência de sua classe e de sua cor, transformam-se em material de denúncia em prol da busca de mudanças.

Embora *Clara dos Anjos* revele um narrador-autor desencantado pela trajetória cíclica de gerações dos personagens negros e pobres, principalmente por meio da protagonista, infere-se um convite à resistência. Enquanto houver comodismo e servilismo àqueles que detêm o poder social pelo dinheiro e pela cor, o destino está fadado a se repetir. Apenas a educação e visão crítica da própria condição tem poder de mudar os rumos e, de fato, proclamar a verdadeira abolição da escravatura.

Devido a essa riqueza da obra em questão, é essencial que se amplie sua visibilidade em sala de aula a fim da promoção de debates e atualização do tema. É preciso refletir sobre pontos ainda presentes em pleno século XXI, o que demonstra a observação atenta que projeta o autor para além do seu tempo. Certamente, os estudantes se identificarão como enredo, ao estabelecerem conexões com situações de racismo e de violência recorrentes, principalmente nas periferias.

Por fim, esse deve ser o papel da literatura: incentivar o desenvolvimento da cidadania em prol da verdadeira mudança na estrutura injusta que se instala. Mostra-se urgente que, pela leitura analítica e pela educação consciente dos problemas sociais, as Claras ainda existentes encontrem opções além da exploração e da subalternidade. Por meio da experiência vivenciada nas páginas de Lima Barreto, é possível a busca da concretização do sonho de construção/reconstrução da igualdade e do respeito almejados há séculos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Lúcia Maria de. *Lima Barreto – Língua, Identidade e Cidadania*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- HOLANDA, Sérgio B. de. Prefácio. In: BARRETO, Afonso Henriques de L. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 35-48.
- LIMA, O. Prefácio. In: BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin; Cia. das Letras, 2011. p. 57.
- LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976 (Coleção Ensaios, 20).
- PEREIRA, Lucia Miguel. Introdução. In: BARRETO, Afonso Henriques de L. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 25-34.
- RESENDE, Beatriz. Prefácio. Em defesa de Clara dos Anjos. In: BARRETO, Afonso Henriques de L. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 09-24.
- SCHWARCZ, L. M. *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1983].

SILVA, A. B da; RIBEIRO, Hilma. Lima Barreto como (pre)texto. *In*: ASSIS, Lúcia Maria de; NASCIMENTO, Luciana Marino do; SANTOS, Janete Silva dos. Org. *Lima Barreto na sala de aula: primeiros escritos*. São Paulo. Editora Edgard Blücher Ltda, 2021. p 107-120.

DISCUSSÕES RACIAIS EM LIMA BARRETO: O CASO DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA

*Lúcia Maria de Assis*⁴⁷

*Luciana Marino do Nascimento*⁴⁸

1. INTRODUÇÃO

Lima Barreto, autor de vasta obra divulgada e reconhecida postumamente, lutou, muitas vezes sozinho, pelo reconhecimento do povo brasileiro e de sua cidadania, em detrimento de sua origem social, racial ou quaisquer outros preconceitos que, na transição do regime monárquico para o republicano, ou na transição do século XIX para o XX, pudessem vigorar.

Rejeitado em vida, o literato é “ressuscitado” por Francisco de Assis Barbosa, seu primeiro biógrafo, em 1952, na obra *A vida de Lima Barreto*. Depois disso, mais aproximadamente na década de 1980, o autor e sua obra passam a ser mais amplamente estudados em teses e dissertações, como fizeram Maria Zilda Cury, em *Um Mulato do Reino de Jambom, as classes sociais em Lima Barreto*; Haydè Ribeiro Coelho, em *Retórica da ficção e do nacionalismo – A construção narrativa de Triste fim de Policarpo Quaresma*; Beatriz Resende, em *Lima Barreto*,

⁴⁷ Doutora em Linguística pela USP. Professora associada na Universidade Federal Fluminense. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFNT.

⁴⁸ Doutora em Teoria Literária pela UNICAMP. Professora titular na UFAC. Membro do corpo docente permanente do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ.

Crítico da Modernidade e em Dentes Negros, Cabelos Azuis: Lima Barreto e a Cidadania em Fragmentos.

É a partir daí que melhor se compreende que Lima Barreto, com sua “voz aguda, e muitas vezes solitária, no Brasil da Primeira República e no território estendido do Rio de Janeiro, que seguia a linha do trem da Central do Brasil unindo e separando o ‘Centro’ dos subúrbios cariocas” SCHWARCZ (2019, p. 134). Ele denunciava uma sociedade cheia de preconceitos e a intolerância da Primeira República aos negros, que “comprometem a imagem de um país que só precisa livrar-se da mácula da escravidão para apresentar-se convenientemente diante do mundo civilizado” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). O literato sentia na pele a discriminação e o preconceito racial. Como consequência, fez sua obra militante contra a exclusão social de que são vítimas, até hoje, parcelas da população não branca, conforme afirma Cury (2021). Na batalha contra a discriminação racial, sua literatura funcionava como uma ferramenta de quem precisa desconstruir a estrutura vigente, promovendo pequenas revoluções dentro do próprio sistema.

Neste capítulo, que traz como centralidade a literatura barretiana, objetiva-se descrever como questões raciais apresentam-se na obra de Lima Barreto. Para isso, dedica-se, principalmente, ao livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, romance que retrata o racismo presente nas instituições e instâncias de poder no início do século XX. Isaías Caminha, um jovem mulato do interior, com a ambição de tornar-se “doutor”, muda-se para o Rio de Janeiro, mas encontra muitos obstáculos devido a sua cor, mostrando a incapacidade do país de incorporar pessoas negras à sociedade.

Ao materializar as recordações de Isaías, Lima Barreto caracterizou o espaço urbano, figurativizou como a cidade foi pensada, representada e serviu de espaço para fomentar preconceitos. Considerando a cidade como um signo da modernidade, afirma-se, que “a modernidade é, antes de tudo um discurso”, ao que se deve a importância de se discutir o que ocorre com a “cidade e os sujeitos que nela transitam, considerando que ambos são os que mais sofrem os impactos e mudanças físico, social e culturalmente, produzindo e reproduzindo novos discursos” (NASCIMENTO e SARAIVA, 2020, p. 7). Nesse sentido, nada mais pertinente do que trazer luz a Lima Barreto, literato que apresenta, em sua obra, a forma de como a modernidade que ascendia no Rio de Janeiro (a cidade) afetava a vida da população negra (os sujeitos).

2. A OBRA LIMANA E SEU CONTEXTO

Para entender o percurso da obra limana, importa observar que a passagem do século XIX para o século XX foi um momento por excelência de instauração de um imaginário urbano moderno, os tipos *dândý* e *flâneur* eram facilmente encontrados na vida urbana ou na cena literária, personagens que marcavam presença na vida social e que faziam parte de um processo de mascaramento e de subjetivação da modernidade no espaço urbano:

Na literatura, o flâneur foi representado como um ocupante e observador arquetípico da esfera pública nas grandes cidades da Europa do século XIX, que cresciam e mudavam com rapidez. Ele pode ser visto como uma figura mitológica ou alegórica representativa do que, talvez, tenha sido a resposta mais característica às novas formas de vida que pareciam estar em desenvolvimento – a ambivalência (WILSON, 2013, p. 46).

Assim, de acordo com Wilson (2013) não só os elegantes emergiram na cena urbana, mas os artistas, poetas e romancistas foram também em busca dos avessos das cidades. As ruas largas e os bulevares modificaram a feição da urbe, tendo sido criação decisiva para a modernização da cidade, pois “permitiam a aproximação e a convivência dos contrastes: o rico frente ao pobre; o feio, ao bonito; a juventude, à velhice, a opulência, à miséria. Acima de tudo, permitia o confronto das classes, com o luxo das vitrines, as grandes peças de teatro e a afluência à cidade de tipos humanos marginalizados” (NASCIMENTO, 2003, p. 39). E é desse fator de embaralhamento da cidade moderna que entram novos personagens e novos conteúdos na literatura, que antes não frequentavam a cena literária com tanta recorrência, como bêbados, prostitutas, operários, mendigos, assassinos, boêmios, trabalhadores braçais, ou seja, as “dobras” da cidade moderna abrem espaço para uma literatura panorâmica, na qual a cidade se converte em um “grande palco e seus indivíduos em atores de um tipo muito particular” (SENNETT, 1993, p. 341).

Se a matriz parisiense de bom gosto, de cosmopolitismo tornou-se quase que uma modernidade absorvida como uma civilização global, a América Latina e o Brasil também não ficaram imunes. Nesse sentido, o panorama literário brasileiro de fins do século XIX até a década de 1920 foi bastante difuso e foram denominadas de “pré-modernistas” todas as obras produzidas no período que antecedeu a Semana de Arte Moderna paulista.

Araújo (2012) destaca que o termo “pré-modernismo” é de autoria de Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) e que se referia às décadas de 1914-1918, período em que se aguardava uma renovação intelectual. No entanto, destaca também que o “pré-modernismo” não representava exatamente um estilo,

uma escola ou uma tendência, mas somente um marco temporal. Já Penteado (2000) ressalta que o termo deve ser considerado em 2 sentidos contrastantes:

No primeiro, o prefixo pré assume conotação de mera anterioridade temporal e o período literário assim designado caracteriza-se como extremamente conservador, aglutinando escritores neoparnasianos tradicionalistas que, sob o critério estético, podem ser considerados antimodernistas. Nesse sentido, o pré-modernismo acaba sendo o prosseguimento das tendências realistas, naturalistas e parnasianas. No segundo, o prefixo conota forte sentido de precedência temática e formal em relação aos valores da literatura modernistas, notadamente do período de 30, devendo ser visto como movimento renovador, oposto ao conservadorismo entranhado no sentido citado anteriormente, uma vez que os escritores representativos desse modo de entender o período passam a interessar-se pela realidade brasileira, propondo uma revisão crítica dos valores nacionais, muitas vezes, confundida com pessimismo ou ressentimento (PENTEADO, 2000, p. 2-3).

Entre os literatos alcunhados de pré-modernistas estão Euclides da Cunha e Lima Barreto a quem, segundo Bosi (1994, p. 307), coube “o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”. Sob o ponto de vista do conteúdo, essa literatura abordava situações históricas só então consideradas: a miséria do caboclo nas zonas de decadência econômica, o sertanejo nordestino e as alterações na paisagem e na vida social da Capital.

Em Lima Barreto, a própria vida explica o caráter ideológico de sua obra: origem humilde, mulato, jornalista e amanuense. Tudo isso estava aliado à viva consciência da própria situação social, o que motivou seu socialismo tão emotivo e penetrante. É exatamente esse estímulo que o levou a uma representação literária crítica, o que também se refletiu no seu estilo e na sua linguagem. Nas palavras de Antonio Cândido,

Para Lima Barreto a Literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto porque no seu modo de entender, ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência (CANDIDO, 2011, p. 47).

3. UMA ESCRITA MOVENTE QUE CARTOGRAFA A CIDADE

Um Atlas do romance. Por trás dessas palavras, há uma idéia muito simples: a de que a Geografia não é um recipiente inerte, não é uma caixa onde a história cultural ocorre, mas uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade (MORETTI. Atlas do romance europeu 1800-1900. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 13).

Iniciar esse item de estudo com uma epígrafe de Franco Moretti certamente não ocorreu ao acaso. A intenção é mostrar o que Lima Barreto cartografa, ou seja, a cidade carioca do início do século, estabelecendo uma relação entre a paisagem, a geografia e a narrativa barretiana, uma vez que a cidade nos seus mais variados aspectos foi alvo do seu olhar crítico. Não “sendo inerte”, como diz Moretti, a Geografia cultural tem muito a dizer do espaço literário como invenção e como percepção, pois “pode indicar o estudo do espaço na literatura; ou ainda, da literatura no espaço”, afinal: “Um bom mapa vale mil palavras, dizem os cartógrafos, e eles estão certos: porque ele produz mil palavras: levanta dúvidas, ideias. Coloca novas questões e nos força a buscar novas respostas” (MORETTI, 2003, p. 14). Aproximar a literatura da geografia pela cartografia, portanto, é uma forma de ir entrelaçando fios que remetem à configuração dos espaços e da sociedade que constituem o ambiente dos escritores literários.

Pensando nessa configuração, Lima Barreto apresenta uma clássica descrição da paisagem do subúrbio, aquele espaço que não é mais rural, mas ainda não recebeu todos os equipamentos urbanos necessários para ser chamado de cidade ou centro. Sobre o subúrbio carioca, Lima Barreto diz:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação de cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais **influíram, porém, os azares das construções**.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiam como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como boulevares e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma frequência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.

Marcham assim ao acaso as edificações e conseqüentemente o arruamento. Há casas de todos os gostos e construídas de todas as formas.

Vai-se por uma rua a ver um correr de chalets, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compeiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau-a-pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada a querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos (BARRETO, 2011, p. 191).

Olhar essa cartografia do subúrbio em Lima Barreto é tornar esses espaços redivivos nesse entrelugar de não ser mais rural, mas também ainda não ser urbano. Como aponta Houaiss (2009), subúrbio vem do latim *suburbium* e significa entorno da cidade. É dessa relação centro-margem, cidade/civilitas, que os subúrbios cariocas e os detalhes de sua vida cotidiana são descritos em Lima Barreto. Corroborando essa afirmação, Soares diz:

Na língua portuguesa, a palavra subúrbio tem o seguinte significado: “arrabaldes ou vizinhanças da cidade ou de qualquer povoação”. Esse significado é bem impreciso, mas se formos examinar o emprego mais antigo da palavra, com relação à cidade do Rio de Janeiro, veremos que assim eram chamadas, em meados do século passado, certas áreas como Catumbi, Catete, Botafogo e Gávea que, no quadro administrativo, eram consideradas freguesias urbanas, mas que apresentavam aquele aspecto de descontinuidade de construções e de largueza, “de menos gente ocupando mais terra”, noção esta, a meu ver, a mais importante, mais permanente e mais generalizada que a palavra contém (SOARES, 1990, p. 139).

Ao descrever o subúrbio carioca, a ironia cortante de Lima Barreto mostra em detalhes a paisagem. Sua riqueza de detalhes leva o leitor ao riso, ainda que lamentando a tragicidade da cena, inclusive aos criticar também as autoridades municipais que seriam as responsáveis pelos melhoramentos urbanos.

Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades europeias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados.

Os cuidados municipais também são variáveis e caprichosos. Às vezes, nas ruas, há passeios, em certas partes e outras não; algumas vias de comunicação são calçadas e outras da mesma importância estão ainda em estado de natureza. Encontra-se aqui um pontilhão bem cuidado sobre o rio seco e passos, além temos que atravessar um ribeirão sobre uma pinguela de trilhos mal juntos (BARRETO, 2011, p. 192).

O literato, nessa cartografia do subúrbio carioca, descreve também os moradores: mulheres elegantes, trabalhadores mal vestidos, homens becados. Nessa descrição, o literato coloca sua crítica mordaz contra aqueles que, mesmo

morando no subúrbio, absorveram práticas de vida e, portanto, discursivas, típicas da burguesia:

Há pelas ruas damas elegantes, com sedas e brocados, evitando a todo o custo que a lama ou o pó lhes empanem o brilho do vestido; [...] há operários de tamancos; há peralvilhos à última moda; há mulheres de chita; e assim pela tarde, quando essa gente volta do trabalho ou do passeio, a mescla se faz numa mesma rua, num quarteirão, e quase sempre o mais bem posto não é quem entra na melhor casa (BARRETO, 2011, 193).

Ao colocar na cena literária os trabalhadores de “pequenas profissões” e os problemas de moradia que enfrentam, frutos da exclusão e da miséria ligados às contradições do capitalismo, Lima Barreto demonstra a consciência de luta que é recorrente em sua obra. Isso pode ser observado no trecho que segue:

Além disto, os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar com velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem (BARRETO, 2011, p. 48).

Ler a cidade é também fazer um inventário dela e dos tipos humanos que nela circulam. Como afirma Delgado (1999, p. 26), realizar uma “antropología urbana debería presentarse entonces más bien como una antropologia de lo que define la urbanidad como forma de vida”. É nesse sentido a obra limana retrata com clareza e realidade o que ocorria no Rio de Janeiro, cidade que exerceu papel preponderante como capital cultural do Brasil, centro das decisões políticas, sociais e administrativas. Sendo assim, os escritos de Lima Barreto configuram-se como um importante material que permite analisar as influências do movimento *belle-poqueano* nos costumes, no uso da língua e no reforço de preconceitos vigentes no país desde sua origem, como o racismo, por exemplo.

Lima Barreto mostra como na então capital do país havia uma população poderosa e rica de um lado e, de outro, um grande número de negros e mulatos que sobreviviam como trabalhadores rurais, empregados domésticos e artesãos, ao

lado de meeiros empobrecidos e sitiante. Entre essas duas classes, ainda viviam pressionados os profissionais liberais, os burocratas subalternos, os empregados dos escritórios e os pequenos lojistas, que não eram ricos nem exatamente pobres. Tudo isso formando uma enorme densidade populacional que gerou problemas diversos em relação a emprego e moradia. Sobre esse último, Lima Barreto assim descreve:

Atualmente, nada mais mete medo a um pobre-diabo que a tal história de aluguel de casa. Não há quem não esteja pagando, por trapeiras, exorbitantes locações dignas da bolsa de riques e altos *escrocs* internacionais. [...] Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais, as rendas das habitações mercenárias. (*Variações*)

O Rio de Janeiro precisa se modernizar. Então, no governo Campos Sales, o centro foi modificado às pressas, abrindo-se avenidas, criando-se e reformando-se jardins; os bondes ganharam tração elétrica e o novo porto foi construído. Tudo isso seguindo o molde de Paris. Tais reformas deslocaram a população pobre e, conseqüentemente, preta para os morros, para a Cidade Nova ou para os subúrbios da Central. O Rio reformado tentava mostrar um Brasil branco, europeizado e civilizado. De acordo com Sevcenko (2003, p. 43), “assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca e ninguém poderia se opor a ela”. Certamente, essas mudanças firmavam-se em 4 (quatro) princípios básicos:

- a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional;
- a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade;
- uma política de expulsão dos grupos populares da área central;
- cosmopolitismo agressivo, identificado com a vida parisiense.

Entretanto, conforme afirma Carvalho (1997, p. 41),

se o novo Rio aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuavam a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas.

Isso ocorria na festa Portuguesa da Penha, tomada por negros e pela população dos subúrbios, e na Pequena África da Saúde, onde a cultura negra fertilizava-se, criando ranchos carnavalescos e inventando o samba. Mais tarde, o futebol também foi incorporado por esse grupo e, exatamente por isso, transformou-se em esporte de massa. Toda essa marginalização, na verdade, contribuiu para que surgisse a

primeira identidade brasileira, ou seja, era efetivamente a primeira identidade coletiva da cidade, aquela que se identificava com o samba e o esporte de massa.

Em relação a Lima Barreto, como já se disse, o literato era mulato e pobre, o que muito colaborou para seu fracasso na escola Politécnica do Rio, de onde saiu sem conseguir diplomar-se. A esse respeito, ao comparar a capital do Brasil com Buenos Aires, capital da Argentina e idealizada também ao modelo parisiense, dizia que o Rio de Janeiro queria ser visto como terra de brancos, por isso um mulato pobre ali não venceria com facilidade.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital Argentina tem longas ruas retas; a capital Argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (*A volta*)

4. LIMA BARRETO, RACISMO E O ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA

A angústia e a crítica de Lima Barreto em relação aos preconceitos que o deixavam alijado da sociedade e que faziam com que sua escrita não tivesse o reconhecimento merecido foram plenamente manifestadas na obra *Recordações do Escrívão Isaías Caminha*, a pioneira, publicada em 1909. Nela, o literato retrata sua crítica à sociedade preconceituosa que obriga as classes populares ao silêncio, a não terem direito à voz. Como o próprio nome indica, trata-se das memórias de Isaías Caminha que surgem quando o personagem lê um artigo, no qual o autor considerava que pessoas negras eram desprovidas de inteligência, o que se revelaria na sua vida adulta:

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor público da comarca.

Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na maturidade, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em geral, pela ausência dele (BARRETO, 1997, p. 32).

A afronta e a rotulação que a população negra sofria era tão grande e tão fortemente engendradora, que Caminha chega a questionar sua inteligência diante de um rápido exame de sua vida:

Mentalmente comparei os meus extraordinários inícios nos mistérios das letras e das ciências e os prognósticos dos meus professores de então, com este meu triste e bastardo fim de escrívão de coletaria de uma localidade esquecida.

Por instantes, dei razão ao autor do escrito (BARRETO, 1997, p. 33).

Entretanto, logo o personagem se dá conta de que seu suposto insucesso deveu-se não à sua falta de inteligência, mas à falta de oportunidades, à desvalorização a que a sociedade social e racialmente preconceituosa submetia-o:

Verifiquei que, até ao curso secundário, as minhas manifestações quaisquer, de inteligência e trabalho, de desejos e ambições, tinham sido recebidas, senão com aplauso ou aprovação, ao menos como coisa justa e do meu direito; e que daí por diante, **dês que dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei, não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda aquela soma de ideias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia**⁴⁹ (BARRETO, 1997, p. 33).

A obra é, portanto, um marco na disputa de negros por espaço na sociedade brasileira, e retrata o racismo presente nas instituições e instâncias de poder, mesmo 20 anos após a abolição da escravatura. É com a intenção de demonstrar isso, que Lima Barreto, ou seu alter ego Isaías Caminha, sentencia de quem é a culpa pelo fracasso do “homem de cor”:

[...] resolvi narrar trechos da minha vida, sem reservas nem perífrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo que, sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e nosso sangue, mas fora de nós, na sociedade que nos cercava... (Barreto, 1997, p. 34).

Para Lima Barreto, o Rio de Janeiro era uma cidade segregada, sendo o Centro, o espaço remodelado para o estrangeiro ver e para a burguesia se exibir; Botafogo e Flamengo, os bairros de moradia da elite; e o subúrbio, o lugar destinado aos ignorados, os pobres, os operários, os imigrantes, os negros, enfim, o povo excluído pelo sistema republicano. A cidade, portanto, em *Recordações*, é reconstruída com o ponto de vista do excluído, do mulato que idealiza o espaço urbano como local do conhecimento e do saber. Isaías Caminha é esse mulato que sai do interior, onde nascera e fora criado, em busca de estudos e oportunidades na capital, acreditando que os estudos e a boa formação lhe abririam as portas para o reconhecimento e para uma vida mais digna, pois se tornaria doutor. Convicto de que alcançaria esse objetivo, Isaías confessa:

⁴⁹ Grifos nossos.

Ouvia uma tentadora sibila falar-me, a toda hora e a todo o instante, na minha glória futura. Agia desordenadamente e sentia incoerência dos meus atos, mas esperava que o preenchimento final do meu destino me explicasse cabalmente (BARRETO, 1997, p. 40).

O rapaz fora bom aluno desde pequeno e era um admirador da inteligência do pai, da facilidade como falava sobre as coisas, da capacidade de ler e entender idiomas diferentes, da forma como dominava as questões de linguagem. Isaías, também queria ser assim, pois via nisso um passaporte para a cidadania:

Pareceu-me então aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las, constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente (BARRETO, 1997, p. 39).

De certa forma, o rapaz já questionava, mesmo antes de chegar ao Rio, os valores da sociedade, os quais, de acordo com Assis (2004, p. 168), “configuravam instrumento de classe e de repressão que ajudava a impedir que os homens vivessem em harmonia”. Por isso, ele queria o diploma de “doutor”. Enxergava nele a possibilidade de ser respeitado, o direito à voz. Acreditava que seu “defeito de cor” seria suplantado pelo título:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor. [...] Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se contorciam no meu cérebro [...] Ah! Doutor! Doutor! Andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano (BARRETO, 1997, p. 45-46).

Então, em viagem para o Rio de Janeiro, Isaías passa pela primeira experiência de segregação racial, o que se tornaria constante. Numa parada, é tratado com rispidez e desprezo por um caixeiro e observa a diferença do tratamento respeitoso que recebera um “rapazola alourado”. Ao relatar o episódio, ele se descreve, anunciando-se como mulato:

Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. [...] As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repug-

nante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada⁵⁰ (BARRETO, 1997, p. 49-50).

Lima Barreto, assim como Isaías, também sofria preconceitos por ser mulato e buscou denunciá-los com sua narrativa que apontava a invisibilidade social dos negros e mulatos, bem como os preconceitos dos quais era alvo constantes. É nesse sentido que nosso autor descreve uma passagem de Isaías pela delegacia. Ressalte-se que o personagem nada tinha de criminoso. Entretanto, o hotel onde se hospedava havia sido roubado e todos os hóspedes foram convocados a prestar depoimento. Ao chegar à tal delegacia, Isaías ouve palavras do Capitão Viveiros, pessoa que o interrogaria: “**Já apareceu o tal mulatinho**⁵¹?”. Diante disso, Isaías reflete:

[...] quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. **Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo**⁵² [...] Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal [...] Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: **amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixaza de tratamento, todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar**⁵³ (BARRETO, 1997, p. 88).

Quando chega à presença do delegado, o personagem percebe como o negro/mulato é socialmente invisibilizado ou, de outro modo, como é visto como inferior, incapaz de, pelo menos, receber uma educação formal. Essa constatação se constrói a partir da direção que toma o interrogatório:

- Qual é a sua profissão?
- Estudante?
- Estudante?!
- Sim, senhor, estudante, repeti com firmeza.
- Qual estudante, qual nada!

A sua surpresa deixara-me atônito. Que havia nisso de extraordinário, de impossível? Se havia tanta gente besta e bronca que o era, porque não o podia ser eu? [...] Ele por sua vez, tomou o meu embaraço como prova de que mentia.

Com ar de escarninho perguntou:

- Então você é estudante?

⁵⁰ Grifos nossos.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Grifos nossos.

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada a priori, que eu adivinhei na sua pergunta⁵⁴ (BARRETO, 1997, p. 92-93).

Sobre essa invisibilidade, que é racial, mas também social, e que ainda está desmedidamente presente em nossa sociedade, Cury explica:

O preconceito racial é fenômeno e enquanto tal simultaneamente revela e esconde a realidade. Revela enquanto aponta para a discriminação racial de fato existente no conjunto social. Esconde porque, como elemento catalisador, pode “apagar” a discriminação social, que no caso é também racial, mas não exclusivamente (CURY, 1981, p. 151).

Nesse sentido, Silva diz que “a vítima do preconceito racial torna-se socialmente congelada, e isto ocorre por meio do isolamento social que lhe é tangenciado. O oprimido se silencia e busca ocultar seus efeitos” (SILVA, 2017, p. 31). Lima Barreto, entretanto, não se deixou silenciar e escreveu esse romance que inaugura, na literatura brasileira, *uma linhagem de escritos dos excluídos*. De acordo com Souza (2004), são dessa linhagem

as obras que trazem para o cenário literário o universo dos marginalizados, tratados não como meros figurantes de um painel social heterogêneo, mas alçados a personagens centrais. Esses textos, em sua maioria, caracterizam-se também pelo registro da linguagem própria desses grupos e pelo tratamento menos judicioso de seus narradores em relação aos valores desses grupos (SOUZA, 2004, p. 89).

Em Lima Barreto, isso é identificado tanto nas transgressões de forma quanto no modo peculiar de utilizar personagens pouco usuais para a ficção nacional da época e, ainda, pela maneira particular de se articular no campo literário. Essa escolha reflete a posição ideológica do literato, que é manifestada constantemente em seu discurso. Nesse sentido, Isaiás tentava

modificar a opinião dos seus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo [...] a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados (Barreto, 1997, p. 120).

Considerando que, histórica e culturalmente, a literatura é também o direito à voz, o que defendia Lima Barreto era o direito à voz da população menos favorecida, o direito à voz do negro que deveria ser considerado cidadão como qualquer outro indivíduo.

⁵⁴ *Ibidem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma identidade coletiva só se apresenta como problema quando categorias sociais distintas, portadoras de identidades diferentes se veem colocadas em presença umas das outras e na medida em que surge, em consequência, a possibilidade de desigualdade e de domínio em que um grupo (racial, por exemplo) pode excluir, assimilar ou subjugar outros. Essa etnocracia é denunciada por Lima Barreto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Aquele que conhece a biografia do autor facilmente pode associá-lo a Isaías. De fato, em sua tentativa de ascensão profissional, o escritor enfrentou os mesmos preconceitos raciais e sociais (também era mulato e pobre) que serviram de obstáculo ao personagem. Além disso, o projeto humanitário de Caminha, frustrado pela sociedade preconceituosa e racista que não lhe concede oportunidades em função de sua condição de mulato, também se aproxima do de Lima Barreto. Sem saída, Isaías torna-se alguém capaz de fazer qualquer coisa para sobreviver. Lima Barreto entrega-se ao álcool. Antes disso, porém, talvez durante essa entrega, ele procura impactar a sociedade com sua literatura.

O cidadão marginalizado que era Lima Barreto consegue, como escritor, levantar sua voz contra a classe dominante dizendo aquilo que foi impedido de dizer fora do contexto simbólico. Sendo assim, sua escrita funciona como um dispositivo de conscientização dos oprimidos sobre os seus direitos. É nesse sentido que, em sua obra, há sempre algo a mais a ser revelado, posto que o literato mostra o que a sociedade procura esconder, como preconceitos e corrupção.

É comum que a literatura seja o lugar onde primeiro ocorrem as mudanças sociais. Lima Barreto aproveita-se disso e, ao criticar o modelo vigente, projeta em seu discurso um outro modelo de sociedade. Nesse sentido, reafirma-se o que literato sempre defendeu: que a literatura fosse militante, que tivesse o compromisso humanitário de afetar e ser afetada. Assim, visando à conscientização da população brasileira, busca dar sentido a processos de formação da identidade de grupos excluídos do modelo social pensado por nossa sociedade durante a modernidade, principalmente o negro e o pobre. Tudo isso é colocado em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, romance que denuncia o preconceito revelando seus desdobramentos sociais, abordando o que ele pode provocar na formação do caráter, no autorreconhecimento da identidade do indivíduo marginalizado.

Ao ler *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (e *Lima Barreto*), revela-se a atualidade da obra e das questões nela abordadas, pois ainda vivemos num Brasil preconceituoso, elitista, onde os títulos doutorais, o “bom nascimento”, a cor da

pele e o poder econômico ditam quem o indivíduo será na sociedade. Reforçamos, portanto, o importante papel de Lima Barreto não só como escritor militante que usou do poder da linguagem contra o *establishment* de um país recém-saído do regime escravocrata em seus primeiros anos de regime republicano, mas como um escritor que, em pleno século XXI, fala de perto sobre os problemas vivenciados por grande parte da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. O Pré-modernismo: A luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. In: *Pensares em Revista*, São Gonçalo, RJ, n. 1, p 117-134, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/4806/3530>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ASSIS, Lúcia Maria de. O antipurismo linguístico em Lima Barreto. In: *Mário Barreto Gramática e Léxico*. Cadernos do CNLF, vol. VIII, no. 13, 2004. p. 164-170.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: PubliFolha, 1997.

BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: São Paulo: Penguin, 2011.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon* (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Breves Considerações sobre Lima Barreto. In: ASSIS, Lúcia Maria de; NASCIMENTO, Luciana Marino; SANTOS, Janete Silva dos (orgs.). *Lima Barreto na sala de aula*. São Paulo: Blucher, 2021.

DELGADO, Manuel. *El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona: Anagrama, 1999

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: F. H. Cardoso e Octávio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, 18(2), p. 269-287, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200014>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12525>. Acesso em: 28 fev. 2021.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MORETTI. *Atlas do romance europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 13.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita, 1994.

NASCIMENTO, Luciana Marino do. *Entre Paris e Lisboa: a modernidade de Cesário Verde*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2003.

NASCIMENTO, Luciana; SARAIVA, Luciano Mendes. Apresentação. In: NASCIMENTO, Luciana; SARAIVA, Luciano Mendes (orgs.). *Modernidades: Múltiplas Leituras*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

OLIVEIRA, Fátima Maria de. *Correspondência de Lima Barreto: À roda do quarto, no palco das letras*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

PENTEADO, Alice Áurea Martha. *Lima Barreto e a crítica (1900-1922): a conspiração do silêncio*. Madri: Espéculo. Revista de Estudos Literários, no. 16. Universidad Complutense de Madrid, 2000. Disponível em: www.ucm.es. Acesso em: fev. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto e a escrita de si. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 33, n. 96, pág. 137-154, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem público*. As tiranias da intimidade. Trad. Lygia Watanabe Araujo. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Quésia Ferreira da. *Lima Barreto e seu duplo provável em Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

SOARES, Maria Therezinha. Divisões principais e limites externos do Grande Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia; SOARES, Maria Therezinha. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

SOUZA, Fábio Elionar do Carmo. *Do subúrbio à Neofavela: Contravenções Literárias e Discurso em Lima Barreto e Paulo Lins*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, 2004.

WILSON, Elisabeth. The invisible flâneur. [O flâneur invisível]. Trad. Edinan J. Silva. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 43-63, jul.-dez. 2013. Disponível em: www.seer.ufu.br/artcultura/article/download Acesso em: 01 jul. 2020.



Em seu segundo volume, *Lima Barreto na sala de aula* apresenta um leque de abordagem da literatura nacional em sala de aula, mediante análise da escrita de um autor que fez da arte literária um mecanismo de reflexão sobre o Brasil de sua época, com narrativas que se tornaram referência de denúncia sobre as injustiças por que passavam os descendentes dos escravizados. Lima Barreto deixou um legado precioso a leitores curiosos por versões das duras realidades ficcionalizadas sobre a discriminação que cerca, ainda hoje, a vida dos negros brasileiros, lançando luz sobre vertentes que constituíram tanto a formação do pensamento quanto das mazelas nas práticas sociais e políticas de nosso país em relação aos desafortunados, em geral, negros ou mestiços, especialmente as mulheres. É nesse sentido que, sabendo da importância atual dos diferentes temas abordados por Lima Barreto, acreditamos que a visita interessada aos textos expostos neste volume trará excelentes frutos a diferentes leitores



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access